

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Anna Luiza Trein

*“O que estamos fazendo aqui?”*

Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS



PORTO ALEGRE

2012

Anna Luiza Trein

*“O que estamos fazendo aqui?”*

Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Tittoni

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Anna Luiza Trein

*“O que estamos fazendo aqui?”*

**Sobre o pesquisar e a autonomia nos jogos de visibilidade do SUAS**

Conceito Final: \_\_\_\_\_

Dissertação aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Avaliadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Beatriz Kochenborger Scarparo (PUC-RS)

---

Avaliadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS)

---

Avaliador: Prof. Dr. Nelson Eduardo Estamado Rivero (UNISINOS)

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Tittoni (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à banca examinadora por aceitar nosso convite para este debate tão importante e atual. Alegro-me com a múltipla composição de olhares e saberes que formamos juntos, desconfiando do que dizemos a cada atualização das análises.

Ao CNPq pela bolsa-auxílio de pesquisa durante o segundo ano de Mestrado.

À Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social de São Leopoldo-RS pelas portas abertas ao trabalho/estudo.

Ao grupo do PAS pelo carinho, pelas constantes provocações que auxiliaram nas análises de implicação e também por aceitar embarcar na proposta desse estudo.

Ao Marcelo e à Ceres por compartilharem angústias e também promoverem debates: belos interlocutores entre cafés e corredores.

À Jaque pelo acolhimento e instigação dos problemas de pesquisa; por incentivar-me gentilmente a assumir e sustentar meus vários lugares ao lado e para além de pesquisadora; por delicadamente enxergar beleza naquilo que os olhos passam tão apressadamente!

Ao grupo de pesquisa, especialmente à amiga Jéssica, com quem compartilhei esse percurso bonito e intenso. A escuta é viva, digo isso... É viva e por vezes dói; mas se temos com quem partilhar, há como também olhar de outro jeito, ressignificar.

À cunhada e amiga Roberta por ceder espaço na sua cota de livros de outra universidade, atendendo sempre prontamente aos meus pedidos.

À prima e amiga Débora pelas traduções para o inglês e pelos diálogos foucaultianos à distância.

Pela leitura atenta e pelos debates teóricos, ao meu pai Hans, com quem já caminhava nos trilhos do trem e da pesquisa muito antes de me problematizar como pesquisadora: em Canoas nos anos 80, com um grupo de mães que pensavam sobre o que dizer à bíblia, um prato de polenta com açúcar e umas pecinhas de *lego*... afinal, eu queria brincar.

À Käthe, minha mãe, que inverteu a lógica dos saberes sobre informática entre as gerações e me ensinou a entender melhor algumas funções do *word*.

À minha família Hans, Käthe, André e mais recentemente Virgínia por tornarem a minha passagem para outra casa tão doce e segura. Ah, preciso de mais semente de girassol!

À minha nova família Pepe e Bel, que estiveram na outra ponta para dar continuidade à doçura e segurança do novo lar. Até estender a roupa se torna gostoso, olhando para vocês!

*Vamos começar pelo meio. Talvez a narrativa de um estudo com encontros faça sentido a partir de qualquer ponto que possa se desenvolver para o resto. Sabe-se até onde a intervenção alcança? Ou desde que momento e de que lugar ela passa a operar? Admitamos, pois, o meio caminho de algo. Meio caminho inteiro. Vidas. Sou o que? Psicóloga, pesquisadora, “analisadora das mentes”, professora. Mistura não balanceada, elementos significantes que levantam suspeita em quem mira, uma possível escuta atenta. Olha, vê o que vem por aí: uma “boneca” enfeitada com palavras e dois anos de tempo. Menos que isso. De julho a dezembro. É curto o tempo, sabemos. Vamos, apura! Tenho algo a dizer, tenho algo a mostrar. Não tenho medo de morrer, só de deixar minhas coisinhas... Tu recebeu semana passada? Eu sim, mas já perdi tudo de novo. Olha aqui! Chama o grandão, o prefeito! Fui eu que fiz. Está lá até hoje. Será que ele vem? Duvido dizer-lhe tudo! Foi nesse dia que soubemos. Vou me mudar? E aquela marca amarela na casa da vizinha? Por que os cachorros estão sempre junto? Ora, pelo cuidado... Claro, os bichos; só falta falarem. Às vezes me sinto como o Sansão: tenho que trabalhar mais e mais. Só Deus que me ajuda no fim das contas. É só ter fé. Mas o que mesmo estamos fazendo aqui?*

## RESUMO

Este estudo foi realizado a partir do acompanhamento de um grupo de transferência de renda do município de São Leopoldo-RS, onde pôde-se refletir sobre como a política de assistência social no Brasil produz os usuários como sujeitos e reitera a vinculação histórica entre trabalho e assistência. O objetivo deste estudo, no entanto, não foi realizar uma genealogia do trabalho nem da assistência social, campos já amplamente estudados e debatidos. E sim, visibilizar como trabalho e assistência social se atualizam nas relações com os usuários e se evidenciam nos jogos de verdade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A discussão teórica está embasada nas noções de sujeito, ética e produção de si no pensamento foucaultiano, e a metodologia fundamenta-se na pesquisa-intervenção e na intervenção fotográfica. A produção de imagens no grupo teve por função provocar as linhas de visibilidade do que é considerado trabalho para os sujeitos assistidos, bem como elementos para além do trabalho de que o grupo se ocupa, se questiona eticamente e que podem ser considerados como uma produção de si. Desse modo, as produções coletivas forneceram subsídios para pensarmos a autonomia não somente como conceito, mas como ela emerge das práticas que o dispositivo trabalho-assistência provoca.

Palavras-chave: Assistência Social. Trabalho. Autonomia. Intervenção fotográfica.

## **ABSTRACT**

This study stems from the observations of an income transfer group in the city of São Leopoldo, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, which supports reflections on how social welfare policy in Brazil produces subjects out of users and reiterates historical links between labor and social welfare. The objective of this study was not to create a genealogy of work or social welfare, topics which have already been thoroughly analyzed and discussed, but to highlight how labor and social welfare operate in relations with users and contribute to the “games of truth” of Brazil’s Social Welfare System (Sistema Único de Assistência Social – SUAS). The theoretical discussion of this study is based on notions of the subject, ethics, and the production of the self in Foucauldian thought, and the methodology applied is founded in intervention research and photographic intervention. The production of images in the group served to stimulate a discussion of the boundaries of what is considered labor among the observed participants, as well as activities beyond labor which the participants engage in and ethically question, practices that can be considered as a production of the self. In this way, these collective productions provided pathways to thinking of autonomy not only as a concept but how it emerges in practices that are promoted by the labor-welfare device.

**Keywords:** Social Welfare, Labor, Autonomy, Photographic Intervention.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CadÚnico – Cadastro Único  
CF – Constituição Federal  
CFP – Conselho Federal de Psicologia  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social  
CRP – Conselho Regional de Psicologia  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FIP – Frente de Inclusão Produtiva  
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
NOB – Norma Operacional Básica  
NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias  
PAS – Programa de Auxílio Solidário  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
RS – Rio Grande do Sul  
SACIS – Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social  
SEM HAB – Secretaria Municipal de Habitação  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

NARRATIVA DA PESQUISADORA-VIAJANTE.....	09
<b>1 Introdução ou uma primeira análise de implicação.....</b>	<b>13</b>
<b>2 A política pública de assistência social.....</b>	<b>21</b>
2.1 A questão do direito à assistência social ou a assistência social como um direito.....	26
2.2 O Programa de Auxílio Solidário – PAS em São Leopoldo-RS.....	30
<b>3 Sujeito e poder: uma visão sobre o sujeito usuário.....</b>	<b>37</b>
3.1 O SUAS como jogo de verdade.....	44
3.2 Sujeito moral e ético da assistência social.....	48
3.3 Polícia e política pública: o SUAS como uma biopolítica.....	51
3.4 Governamentalidade e o <i>homo oeconomicus</i> .....	58
<b>4 Trabalho e assistência social: como (um) dispositivo na produção da autonomia..</b>	<b>63</b>
4.1 As autonomias dentro da lógica de heteronomia.....	69
NARRATIVA DA FÁBULA DO CAVALO.....	76
<b>5 O pesquisar.....</b>	<b>81</b>
5.1 A escrita de si como uma experiência.....	82
5.2 A acontecimentalização na pesquisa.....	88
5.3 A pesquisa-intervenção.....	93
5.4 Discurso, imagem: intervenções, fotografias, discussões.....	97
SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DO GRUPO.....	105
<b>6 A pesquisa como experiência: os encontros do PAS.....</b>	<b>108</b>
NARRATIVA COM O BARRO.....	114
6.1 Produção de si: alguns analisadores da pesquisa.....	118
<b>7 Pesquisadora-catadora: considerações para finalizar um trabalho.....</b>	<b>124</b>
Referências.....	130
ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	137

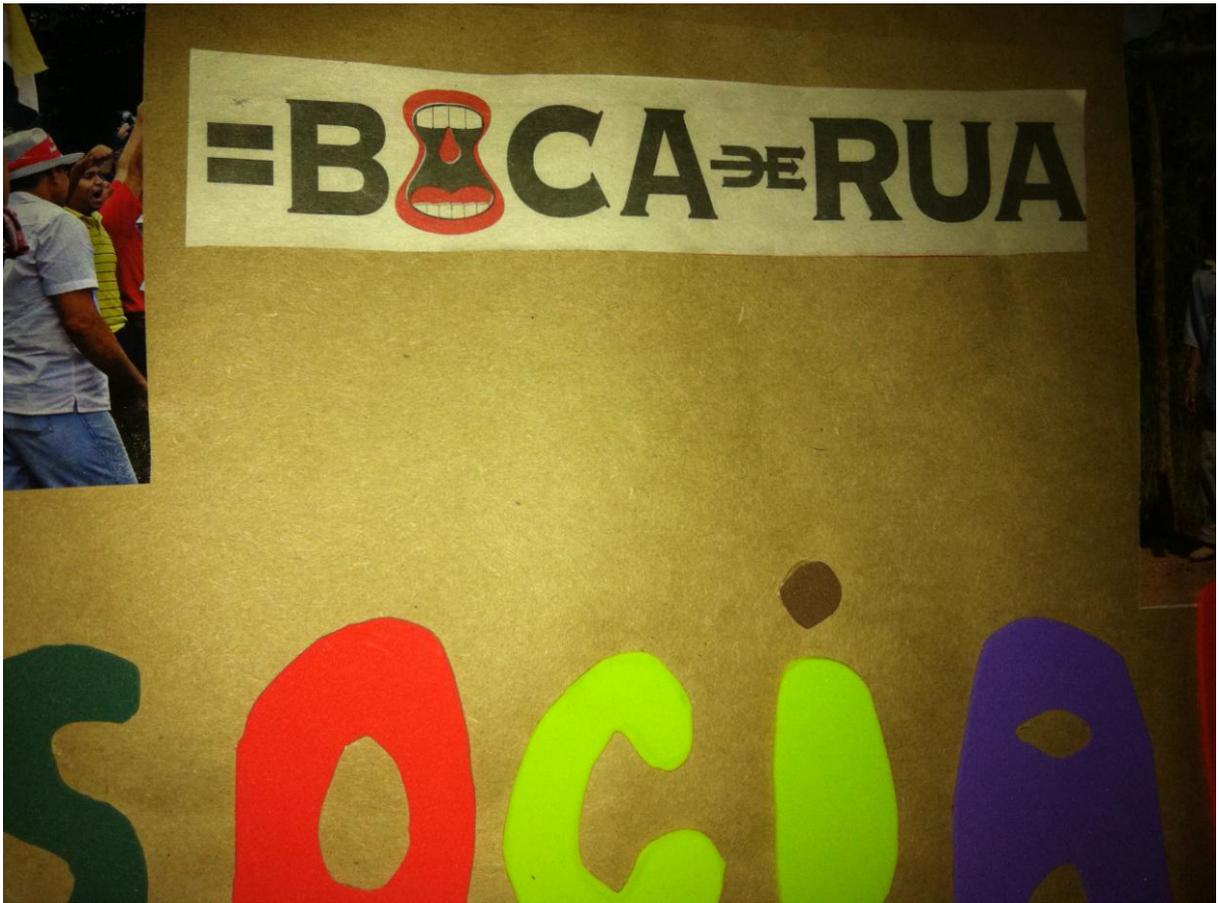
## NARRATIVA DA PESQUISADORA-VIAJANTE

Estas fotografias foram produzidas por mim ao longo do percurso da pesquisa. Jogos de luz, incidências, reflexos, perspectivas, brechas... Um começo para pensar a pesquisa com outros suportes técnicos possíveis.









## 1 Introdução ou uma primeira análise de implicação

Este estudo foi escrito em forma de narrativa, buscando enfrentar a tensão entre a narrativa e a produção de um texto científico e acadêmico tradicional. A ordem da narrativa, que é esta atual, mas que poderiam ser outras tantas diferentes, pautou-se principalmente pelos movimentos de afeto da pesquisadora e dos interlocutores, inspirando-se na possibilidade de deixar que também imagens falassem do processo. Começar pelo meio, entendendo meio como um nó de relações a partir do qual se produzem outras relações, pareceu ser uma premissa interessante a partir desta perspectiva narrativa, pois qualquer dos capítulos poderia compor este meio.

“Encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso” (VEYNE, 1998, p. 259), pois não estamos focados na causalidade (que seria algo como o início) e nem na finalidade (um tipo de propósito geral). Começar pelo meio significa assumir a entrada na ordem de certas discursividades. A inversão metodológica que Foucault propõe ao longo de sua obra é importante aqui: não se trata do discurso do sujeito<sup>1</sup>, da “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1996a, p. 49), mas sim, do sujeito do discurso, de como ele se constitui a partir das discursividades. Mais especificamente, como o sujeito pesquisador constitui-se na discursividade acadêmica e científica.

Podemos pensar a trajetória da pesquisa como uma arte de viajar, como coloca Onfray (2009). Nessa viagem, “descobre-se apenas aquilo de que se é portador” (ONFRAY, 2009, p. 26), que seria algo da ordem de uma análise de implicação<sup>2</sup>, uma vez que “a viagem rejuvenesce as coisas e envelhece a relação consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004a, p. 199). Quais são os vários lugares possíveis de tu, eu, nós habitarmos na soltura da viagem?

O viajante, movido pela paixão nômade de movimento e experimentação, mesmo com o “desregramento de todos os sentidos” (RIMBAUD, 1871 in ONFRAY, 2009, p. 30) se utiliza de certos mapas, livros, guias, cadernos de anotações, entre outros. Primeiro deseja a viagem, escolhe o destino (ou o caminho), organiza a memória, consulta mapas e outras referências, “inventa uma inocência”, desloca-se, habita entremeios, sucumbe à tagarelice ou, como diria Heidegger (ONFRAY, 2009), essa fraqueza da palavra para sustentar esse lugar entre vários lugares, depara-se com subjetividades, desnatura um cenário, cristaliza outros

---

<sup>1</sup> Sujeito e discurso são conceitos importantes para este estudo; cada um foi aprofundado à medida que se tornava pertinente.

<sup>2</sup> A análise de implicação permeia todo este estudo. No entanto, só é conceituada no capítulo sobre a pesquisa-intervenção.

e diz do mundo que enxerga.

O corpo do pesquisador, digo, do viajante e dos companheiros de jornada vai registrando os abalos sísmicos provocados pelos vários afetos e situações controversas. Abre-se à experiência, armazenando o difuso, a multiplicidade vivida em desordem, para depois poder dar-lhe algum sentido. “O viajante necessita menos uma capacidade teórica do que uma aptidão para a visão” (ONFRAY, 2009, p. 61).

Com técnicas que nos deixam mais à vontade, vamos como viajantes demarcando acontecimentos, provocando-os, criando vestígios de um conjunto de viagem. Tanto faz qual o suporte que usamos, cada qual “convoca um tempo singular: de um lado, a velocidade excessiva da máquina fotográfica, de outro a longa paciência da escrita poética trabalhada” (ONFRAY, 2009, p. 52).

Outro suporte possível nesta arte de viajar é o efeito do teatro, da vivência de cenas. Na peça de teatro intitulada “Transe” (RADDE, 1970)<sup>3</sup>, cinco personagens acordam em um ambiente fechado e, aparentemente, sem lembrarem-se de suas vidas e de quem são, começam a se perguntar o que estão fazendo ali e que lugar é esse. Encontro inusitado. Traços traiçoeiros de memória.

São duas mulheres e três homens, cada qual com suas questões, mas todos unidos por uma condição de estarem juntos no mesmo local e ao mesmo tempo. No decorrer da peça, ocorrem situações de enfrentamento, agonia, lembranças repentinas, gestos de cuidado e laços de amizade com tonalidades intensas de afeto entre as personagens.

Nesta pesquisa, igualmente cinco personagens, no mínimo: psicóloga, ex-trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pesquisadora, professora, boneca. Encontros e desencontros únicos, reveladores, confusos, afirmadores, dispersos, revoltados, ora mais militantes, ora mais entrecruzados, misturados. Que trama é possível de se contar a partir da constituição dessas personagens em cena, em ato? Parece-me que é na ação, dentro de relações de poder e resistência, que essas personagens e outras podem emergir, constituindo condição de sujeição, como veremos.

Trabalhei como psicóloga em dois Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – diferentes no município de São Leopoldo-RS<sup>4</sup>. Foi um período intenso de contato e aprendizado acerca do campo da política de assistência social, pouco ou quase nada presente na formação acadêmica.

---

<sup>3</sup> Atuei nesta peça em 2006 e 2007, representando uma das mulheres. A história me marcou pela intensidade do encontro entre as personagens.

<sup>4</sup> Em São Leopoldo, existem cinco CRAS, um em cada uma das cinco regiões abrangidas pela política de assistência: Leste, Oeste, Centro-Sul, Norte e Nordeste. Os CRAS têm realidades muito diferentes entre si.

Nesse período, várias inquietações surgiram: como a psicologia pode contribuir neste campo? O que vem a ser a autonomia – como um dos objetivos da política de assistência social – dos sujeitos atendidos? Que estratégias são possíveis na garantia do atendimento às famílias em direção à sua autonomia? E como os programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família – PBF a nível nacional e o Programa de Auxílio Solidário – PAS a nível municipal se colocam nessa relação com a autonomia das famílias? Não só a psicologia, como também o serviço social, agentes de cadastramento e educadores sociais sentem-se convocados a pensar os modos como a política de assistência social é formulada e executada nos territórios, inclusive gerando debates nas reuniões de equipe e demanda para formação enquanto trabalhadores do SUAS.

O que faz com que essa política exerça esse chamamento militante, técnico e exaustivo sobre os trabalhadores e faça com que se sintam tão convocados a participar ainda, agora por meio da pesquisa, por exemplo? Ao falar dos objetivos do meu estudo para a equipe, uma das trabalhadoras lembrou-me gentilmente da múltipla constituição das minhas personagens (psicóloga, ex-trabalhadora do SUAS e pesquisadora), dizendo que *“não é à toa que tu escolhes este CRAS onde tu já foste trabalhadora...”*. Exato. É o afeto historicizado nessa complexa trama de papéis, junto com a aparente fragilidade da política de assistência, tão nova e intensamente refletida por gestores, trabalhadores, usuários e também por outros grupos sociais. É o que isto tudo provoca em mim, que me faz retornar a esta equipe, me perguntar se ainda faço parte dela para, de alguma forma, continuar pensando a política de assistência, estranhar alguns aspectos, intervir e acolher intervenções alheias e coletivas. Neste caso, a própria escrita pode ser uma das maneiras de visibilizar estes encontros e questionamentos, muitas vezes sem lugar instituído para acontecer e, mesmo assim, pedindo espaço, acontecendo.

Este chamamento de pensar-se sobre a política de assistência social também tem como efeito que muito se tem escrito sobre a assistência social e a autonomia dos usuários assistidos (MACHADO, 2011; DIAS, 2009; XIMENDES, 2008; SPOSATI, 2007). Estas informações evidenciam como a política de assistência social está sendo considerada e constituída como campo potente de problemáticas e análise, também em função da recente Lei do SUAS, sancionada em 6 de julho de 2011.

O início do mestrado, quando algumas personagens já estavam se encontrando e conhecendo (psicóloga, trabalhadora do SUAS e pesquisadora), intensificou ainda mais esses questionamentos que puderam ser retomados com o auxílio de conceitos foucaultianos, principalmente. Em julho de 2011, retornei ao último CRAS onde atuei para dar início ao

acompanhamento de um dos grupos do PAS na perspectiva da pesquisa-intervenção. Uma das primeiras dificuldades encontradas foi quanto à minha identidade no CRAS: será que faço parte da equipe novamente? Muitas vezes, as conversas de corredor que ocorriam com profissionais da equipe davam a impressão de convocar-me como psicóloga do CRAS, respondendo ainda a partir desse lugar.

Portanto, a minha entrada no antigo campo de trabalho já trouxe consigo algumas questões importantes que precisaram ser analisadas quanto à minha implicação no campo de pesquisa. Esta análise de implicação vai encontrar, como veremos, questões que concernem os campos de trabalho e autonomia, noções que vão sendo atravessadas e colocadas em movimento, estranhadas a partir da experiência como algo transformador.

Uma das inquietações mais presentes nesse encontro foi o atravessamento de ser pesquisadora onde fui trabalhadora. Nesse sentido, a discussão possível sobre trabalho não poderia deixar de considerar esses vários campos de força presentes. Nosso estudo começou com o propósito de acompanhar os usuários da política de assistência e encontrou o desafio de pensar os atravessamentos também com os anseios da própria equipe de trabalhadores do SUAS. Considerando-se, pois, que as posições usuário e trabalhador só existem uma em função da outra e organizadas por uma política pública que possibilite esse encontro, faz-se necessário olhar para o trabalho do outro e para a relação deste com o nosso trabalho. Este é o primeiro ponto de análise da experiência de si na prática da pesquisa: a experiência de si pode provocar outras experiências de si, e o encontro entre pesquisadora, usuários e trabalhadores do SUAS é, nesse sentido, um encontro de várias possibilidades de experiência de si como práticas transformadoras de si, umas atuando em relação a outras.

A minha entrada no campo de pesquisa para acompanhar o grupo do PAS aconteceu em um momento em que eu já não estava mais vinculada formalmente, ou seja através de contrato de trabalho, como trabalhadora do SUAS. No entanto, outros vínculos permaneciam e novos criaram-se, fazendo com que eu me sentisse convocada a continuar em contato com esta política pública, entre outros também por uma relação de afeto e cuidado com a equipe do CRAS.

Por um lado, não estar mais formalmente vinculada ao CRAS e ao trabalho dos técnicos me possibilitava escutar algumas angústias da equipe de trabalho a partir de outro lugar, bem como também possibilitava encontrar os usuários de outra forma. Por outro lado, esta relação próxima à equipe por já ter trabalhado junto com ela, por vezes, possibilitava que outros elementos pudessem ser visibilizados, problematizados. De um ou de outro modo, as análises – também teóricas – sempre ocorreram de dentro das próprias práticas. Esse

tensionamento entre estranhamento ou deslocamento e proximidade também teve efeitos sobre as relações com a equipe, usuários e gestor. Modificou as condições de diálogo e encontro.

Uma situação no início da pesquisa (agosto de 2011) que ilustrou bem essa tensão sobre o meu lugar no CRAS foi quando me chamaram para ajudar a atender na recepção durante uma manhã, pois havia poucas pessoas da equipe naquele momento. O principal disparador desse pedido foi também o fato de que havia um homem “*confuso que não está entendendo que não há agendamento para ele hoje*” no balcão da recepção. Este chamamento me deixou confusa, pois parecia que eu tinha que justificar minha circulação pelo CRAS, se já não mais pela via do trabalho formalizado, então pela via do trabalho visível: ir à recepção, fazer-me ver e falar, pela equipe do CRAS, ao homem confuso. Como veremos mais adiante em outros atravessamentos, a visibilidade do trabalho é um tema recorrente na pesquisa.

Este fato remete a pensarmos como Foucault (2008b) formulava algumas questões a respeito de governamentalidade, segurança, território e população. Para o autor, uma das funções da polícia<sup>5</sup> como elemento integrador e organizador das práticas governamentalizáveis era cuidar da circulação de bens e pessoas nas cidades, afinal precisava haver um conjunto de regras que limitassem e regulamentassem a circulação a fim de proteger a nação de riscos externos. Essa função, juntamente com outras, dá condições para a polícia agenciar a governamentalidade da população, integrada em uma determinada arte de governar que se pauta pela noção de população governável e não mais de território defensável e expansível, agenciar a governamentalidade da população. Circulação, por conseguinte, dizia respeito a um certo conjunto de princípios que organizam os governáveis. Dessa forma, minha circulação pelo CRAS deveria não só fazer algum sentido para a equipe no aqui e agora, como também deveria ser policiada dentro das ações no CRAS. O sujeito pesquisador, psicólogo, ex-trabalhador, professor e boneca encontrava também sua condição de sujeito governável por uma certa lógica policial dentro do serviço, do campo de pesquisa, da sala de aula ao ar livre e da estante.

Além dos questionamentos sobre o meu lugar no CRAS, também fui identificada como professora, educadora social (“*sora*”) no grupo do PAS, ao lado do educador social do grupo. Isto surgia talvez em função da ansiedade de o grupo nomear-me. Eu não era nem usuária do SUAS nem educadora. Eu participaria sempre do grupo? Não sempre, mas

---

<sup>5</sup> A noção de polícia, neste caso, é definida por Foucault como sendo “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 421). Polícia como uma tecnologia reguladora das funções do Estado, mas estando a serviço dele e de sua razão governamental, portanto.

regularmente durante um certo período. Isto convocou-me a repensar constantemente meu lugar e meu fazer na pesquisa.

Também a cada entrada de novo usuário no grupo, eu me apresentava de uma maneira diferente, ora enfatizando minha formação acadêmica, ora minha antiga contratação no CRAS, ora meu projeto de pesquisa. Este modo diferente de me apresentar aos demais participantes do grupo inaugurava, me parece, sempre de novo um outro lugar, uma outra relação com o grupo. Dessa forma, também o grupo se atualizava, se reconfigurava. Um exemplo disso foi quando surgiu uma pergunta: *“essa daí vai vir sempre agora?”*, referindo-se a mim. Neste momento, apresentei-me ao grupo como sendo alguém que gostaria de conhecê-los melhor e os acompanharia até o final do ano no grupo. Isto aconteceu no terceiro encontro com o grupo. Ainda no mesmo encontro, fiz algumas fotografias após ter moldado uma figura em argila e enquanto os demais participantes faziam as suas moldagens em argila. Aparentemente isto incomodou algumas mulheres, que prontamente reagiram, dizendo *“lá vem a delegada, a polícia”*<sup>6</sup>. Em tom de brincadeira, uma delas continuou: *“e a boneca não vai fazer nada?”*

A boneca, podemos dizer, foi um papel que deu um pouco mais de “trabalho” para mim, talvez por ter disparado um processo analítico que colocou as outras figuras em análise também. Este chamamento incomodou e me desacomodou, pois entendi dessa fala que eu estava sendo vista como alguém desimplicado do processo do grupo.

Comecei a me perguntar sobre a minha implicação na pesquisa e o lugar que ocupo nela. Certamente essas reações refletem também o modo como me inseri no grupo, querendo conhecê-los – por que não me apresentei, dizendo que também eles poderiam conhecer-me? Muito facilmente se poderia ter a impressão de eu realmente estar controlando, policiando as ações do grupo, como pareceu a algumas participantes durante o momento em que produzi algumas fotografias ocupando o lugar de ex-técnica da equipe, psicóloga, pesquisadora. Talvez essa dinâmica toda, posta em movimento nesse encontro entre usuários, educador e essa rede de personagens volúveis em que eu estava tenha reproduzido o modo como se dão as relações assistenciais do ponto de vista do usuário: ele é aquele de quem tudo se quer, todo tipo de registro – também imagético. É quem se visita, sobre quem se afirmam e validam informações, quem é beneficiado através de serviços, programas e projetos garantidos por lei.

---

<sup>6</sup> Aqui retorna, de outro jeito, a função policial e de circulação como efeito da minha presença no CRAS.

O usuário pode estar sendo visto e tratado como um boneco<sup>7</sup>, a nada fazer, simplesmente devendo corresponder ao que lhe é examinado: vulnerabilidade social.

Podemos dizer que houve uma relação agonística entre as personagens: uma existindo e persistindo em função de outras, se reconstituindo, reformulando, questionando a existência da outra e da própria multiplicidade que fundava sua relação. Será que não seria uma pesquisa mais fiel se só tivéssemos uma personagem emergindo? Um elemento claro, límpido? Isto nem seria possível, justamente pela complexidade que constitui os nossos lugares nos grupos e organizações. Além disso, a pesquisa-intervenção, como veremos, não trabalha com a perspectiva de neutralidade, clareza e isolamento de variáveis; e sim, com a complexidade de condições e seus efeitos de subjetividade. Foi, portanto, nesse jogo de lugares, funções, imagens, expectativas e olhares múltiplos, que foi surgindo uma rede de condições que possibilitaram a emergência de um devir pesquisador junto com outros devires.

O processo deste pesquisar está narrado neste estudo. A política pública, o direito à assistência e o PAS são nosso primeiro meio, ou marcam o início da narrativa, que apresentam o enquadre e o campo deste estudo. Após, enfocamos o sujeito usuário da assistência: como se constitui, de que maneira circula como *homo oeconomicus* no jogo de verdade e biopolítico do SUAS. O terceiro bloco analisa questões referentes a trabalho, assistência e autonomia, o cerne deste estudo, pois articula trabalho e assistência como dispositivo e recorta as possibilidades de autonomia dentro de uma lógica de heteronomia. Já o quarto e último bloco, fala da pesquisa como experiência e acontecimentalização, das intervenções propriamente ditas, de alguns discursos (também imagéticos) que foram tornados visíveis e de alguns analisadores que surgiram. As narrativas fotográficas entraram neste estudo como parte do texto. São efeito do que foi possível mostrar e narrar durante o processo.

Cada uma dessas partes é relevante para a discussão sobre como os sujeitos usuários da assistência estão operando o dispositivo trabalho-assistência e exercendo autonomia. As reflexões que fizemos sobre a pesquisa e o pesquisar surgiram justamente dos encontros e inquietações com estes sujeitos; provocaram-se outras linhas de visibilidade da própria pesquisadora, uma catadora. Dessa maneira, a teoria não serviu como ponto de partida para adentrar o campo; e sim, ofereceu subsídios, para pensar as práticas no âmbito da pesquisa. A cada importante analisador que encontrávamos, a teoria era revisitada e repensada, algumas

---

<sup>7</sup> Visto que o termo foi originalmente usado no feminino (a boneca), podemos pensar que algumas questões de gênero também estão incluídas nessa discussão. Isso faz sentido, se olharmos para a configuração dos grupos e dos atendimentos individuais no SUAS: a maioria são mulheres. Historicamente este dado é muito relevante; entretanto, não aprofundamos esse aspecto no presente estudo pela complexidade de análise que exigiria.

vezes demandando um deslocamento do nosso foco para atender ao que emerge como linha de força de dentro do próprio campo de estudo.

## 2 A política pública de assistência social

A assistência social como uma diretriz política no Brasil começou a ser discutida muito antes da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) e da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Já na virada do século XIX para o XX, o advogado Ataulpho Nápole de Paiva sugeria a criação de uma Direção Geral de Assistência Pública no Brasil baseada nos princípios fraternos e solidários franceses e influenciada pelos efeitos da sociedade de bem-estar social inglesa (SPOSATI, 2007). Ataulpho já sugeria que o Estado devesse prover a devida proteção social aos cidadãos que se encontravam “temporária ou definitivamente na impossibilidade física de prover as necessidades da existência” (SPOSATI, 2007, p. 11). No entanto, na época, só se conseguiu que o Estado garantisse a previdência social para homens trabalhadores.

A assistência social no Brasil é marcada historicamente por um viés religioso, de primeiro-damismo<sup>8</sup> e caridade, pois as ações sociais dependeram por muitas décadas da boa vontade, não se constituindo ainda como direito social (SPOSATI, 2007). São fundados o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS em 1938, que foi substituído pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS em 1993, a Legião Brasileira de Assistência – LBA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, que começou a lutar contra a pobreza no Brasil. Começa-se a sistematizar a assistência prestada a várias etapas de vida da população mais vulnerável brasileira. Também ocorre uma acentuação da assistência social como objeto de estudo e pesquisa (SPOSATI, 2007).

A Constituição Federal de 1988 é promulgada, e muitas mudanças acontecem. Uma delas é que a assistência passa a ser assegurada como proteção, não como assistencialismo para os cidadãos brasileiros que necessitarem dela. Porém, até 1993, quando é aprovada a LOAS, os movimentos de garantia dos direitos no campo da assistência realizavam-se de maneira centralizada, federal. A LOAS (BRASIL, 1993) refere, entre outros, que a política de assistência social deve “(...) subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes [aos usuários] garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência” (BRASIL, 1993, seção V, art. 25). Isto significa que a autonomia das famílias é um desejo e um fim da lei.

---

<sup>8</sup> Apesar de essa prática de primeiro-damismo como uma prática assistencialista em grande parte já ter sido superada com os avanços dos códigos legais sobre a assistência social, ainda se observam projetos e programas sociais, geralmente em municípios de pequeno porte, iniciados e/ou apoiados pela primeira dama.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS é um documento que foi elaborado em 2004 como uma diretriz para a assistência social no país. Ela é anterior ao surgimento do SUAS (em 2005), que organiza e operacionaliza a PNAS. De acordo com a PNAS (2004), a proteção social básica tem como objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 27).

Segundo Di Giovanni (1998 in BRASIL, 2004), entende-se por proteção social as formas "institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros" (DI GIOVANNI, 1998 in BRASIL, 2004, p. 25). Aquilo de que se devem proteger os membros de uma sociedade decorre de certas vicissitudes da vida, como por exemplo, doenças, velhice, privações. A proteção social refere-se a princípios reguladores que devem garantir sobrevivência e integração na vida social de várias formas, seja com bens materiais ou culturais, como saberes (BRASIL, 2004).

A LOAS e, mais tarde, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS reorganizam a assistência social de forma descentralizada, com uma nova racionalidade, que pretende maior participação democrática das três esferas governamentais. É criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, bem como a PNAS, abrindo portas para o surgimento do SUAS. Mesmo com os claros marcos históricos e legais, a assistência social não é algo que surge com a Constituição Federal nem com a LOAS, mas sim, já existia como prática anteriormente e foi paulatinamente se constituindo para além de uma relação paternalista e assistencialista: como um direito do cidadão e um dever do Estado.

O CRAS, como operacionalização da política de assistência social, é a porta de entrada do usuário<sup>9</sup> que usufruir das políticas sociais do município. Constitui o nível da proteção social básica (chamada baixa complexidade)<sup>10</sup>. Em São Leopoldo-RS, município

<sup>9</sup> Chamaremos "usuário" aquele indivíduo que for atendido pela política pública de assistência social de maneira geral, assim como preconiza a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). Já o termo "beneficiário", parece-nos, refere-se ao fato de o indivíduo ser beneficiado por algum programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o Programa de Auxílio Solidário (PAS). Quando a ênfase da análise estiver, portanto, sobre essa especificidade de receber transferência de renda, chamaremos o indivíduo de "beneficiário". Assim, todos os beneficiários são também usuários da política de assistência social.

<sup>10</sup> O CRAS não é o único serviço da proteção social básica. No entanto, constitui referência para a política de assistência social no território correspondente, pois os demais serviços (p. ex. o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) devem estar bem articulados ao CRAS (BRASIL, 2009).

onde foi realizada a pesquisa, a política de assistência social é organizada e gerida pela Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social – SACIS.

Ao lado dos CRAS, existem os serviços de proteção social especial, divididos em média e alta complexidade, tal como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que é da média complexidade, e as casas-lares ou instituições de abrigo para crianças e adolescentes ou então para adultos em situação de rua ou vínculos familiares rompidos, que correspondem à alta complexidade. Ao contrário do CRAS, cuja equipe realiza intervenções de proteção social junto a famílias em situação de vulnerabilidade social e que, mesmo com seus direitos ameaçados, ainda mantêm seus vínculos familiares, o CREAS intervém junto a famílias cujos vínculos já estão se destituindo e cujos direitos já foram violados. Como a pesquisa aconteceu junto a um grupo de beneficiários da proteção social básica, interessa-nos a constituição desse serviço de baixa complexidade.

A equipe do CRAS tem como principal objetivo desenvolver ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF junto a famílias do seu território de abrangência, a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários na rede socioassistencial local, bem como promover acesso a direitos e qualidade de vida. Deve respeitar e valorizar as diferenças culturais existentes no território.

No caso de São Leopoldo-RS, que é considerado um município de grande porte<sup>11</sup>, a equipe de referência para o nível da proteção social básica no CRAS deve compor-se da seguinte maneira para cada cinco mil famílias referenciadas: a) quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e outro profissional do SUAS, b) um coordenador de nível superior e c) quatro técnicos de nível médio (BRASIL, 2006). Ainda poderão compor as equipes as seguintes categorias profissionais para atender a especificidades dos serviços socioassistenciais: antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta (BRASIL, 2011).

A “equipe mínima”, como é chamada nos serviços socioassistenciais do município, tem sido problematizada na equipe do CRAS onde realizei esta pesquisa. Os profissionais da equipe questionam-se sobre a confusão entre assistência social e serviço social, por exemplo. Nesse sentido, perguntou-se em uma determinada reunião de equipe: “*Qual é o maior número*

---

<sup>11</sup> De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, existiam no ano de 2000 209 municípios no país que tinham entre 100.001 e 900.000 habitantes (BRASIL, 2004). São Leopoldo conta com 209.611 habitantes de acordo com estimativas do IBGE de 2005 (fonte: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br>).

*de profissionais na equipe?*”, ao que se respondeu “*educadores*”. “*Não, mas de técnicos?*”<sup>12</sup>. São assistentes sociais. Ressaltamos a importância que essa problematização parece ter na equipe, visto que “a inexistência de debate sobre os recursos humanos tem dificultado também a compreensão acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes (...)” (BRASIL, 2004, p. 47). E qual é o lugar do psicólogo na equipe de referência e no SUAS como um todo?

A psicologia no Brasil possui uma inserção mais intensa junto às políticas públicas mais recentemente, sendo que o Conselho Federal de Psicologia – CFP sentiu a necessidade de formular diretrizes comuns ao fazer do psicólogo Brasil afora criando Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP<sup>13</sup>. Para cumprir este objetivo, o CREPOP promoveu encontros e debates dentro a categoria que culminaram na elaboração conjunta de um guia técnico que servisse de referência para a atuação do psicólogo no SUAS, mais especificamente nos CRAS. Este documento se chama “Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS” (2007)<sup>14</sup> e tem como base teórica preceitos da psicologia institucional e comunitária, principalmente.

O trabalho do psicólogo dentro do CRAS deve estar alinhado ao que o SUAS prevê em termos de auxiliar na criação de condições para a autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social. Lane (2001 in CREPOP, 2007) diz que o trabalho do psicólogo é apontar para o ponto de interseção entre sua história individual e a história de sua comunidade, reconhecendo-o, com isso, como indivíduo produtor de sua história.

A psicologia, como parte da equipe mínima no CRAS, também deve promover potencialidades e o protagonismo social, bem como atentar para os movimentos de controle social, apoiando-os, uma vez que se intenta o fortalecimento da comunidade em questão, levando-se em conta sua territorialidade, suas demandas específicas, entre outros. É chamado de um “compromisso ético-político” o fazer do psicólogo no SUAS, pois este deve assumir um caráter de transformação social e de afirmação dos direitos e da vida da população com a qual se trabalha (CREPOP, 2007). Por fim, um objetivo do trabalho do psicólogo no CRAS

---

<sup>12</sup> Há uma discussão interessante, mas que não cabe aprofundar aqui: são considerados técnicos e, portanto, com alguns afazeres diferenciados dos demais da equipe, somente os trabalhadores do SUAS que têm formação superior completa na área do serviço social ou da psicologia e que exercem estas funções na equipe. O preenchimento e atualização das fichas cadastrais das famílias de usuários, por exemplo, deveria ficar a cargo somente dos técnicos, o que nem sempre acontece, gerando alguns embates sobre o sentido das fichas e dessa diferenciação de tratamento entre trabalhadores.

<sup>13</sup> O CREPOP é um órgão do CFP que tem por principal objetivo ampliar a atuação dos psicólogos na esfera pública e, com isso, contribuir com a promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

<sup>14</sup> Para maiores informações, acessar <http://crepop.pol.org.br/publique/media/referenciascras.pdf>.

que reforçaria todos os acima citados é o que segue: fortalecer o usuário como sujeito de direitos.

Ao lado destas normas técnicas a nível federal, outro espaço tem sido oferecido pelo CREPOP para uma maior aproximação das práticas psicológicas ao campo da assistência social. O Conselho Regional de Psicologia – CRP da região 7 tem promovido encontros mensais justamente para discutir o papel do psicólogo dentro das políticas de assistência social no estado do Rio Grande do Sul. Os encontros recebem o nome de “Conversando sobre o SUAS” e têm sido muito aproveitados por profissionais desta região que sentem a necessidade de discutir o seu trabalho na assistência.

Apesar de o instrumento criado pelo CREPOP (2007) nortear ações e, principalmente, uma postura ético-política da psicologia nos CRAS, a entrada do novo psicólogo em julho de 2011 na equipe do CRAS onde se realizou a pesquisa demandou que se trocassem ideias sobre os diversos fazeres do psicólogo no CRAS. Parece-nos que o instrumento não é suficiente para pensar a prática do psicólogo no SUAS. Afinal, estas diretrizes criadas pelo CREPOP podem ser entendidas como um jogo de verdade e um conjunto moral validado como verdadeiro pelo órgão de representação da categoria<sup>15</sup>. Não diz, ainda, respeito à maneira como os profissionais se conduzem, se relacionam com essas diretrizes e orientações, que seria a dimensão prática e ética. Esta dimensão ética<sup>16</sup> é o que justamente se coloca em jogo quando o psicólogo me pergunta o que eu fazia de fato no CRAS e que efeitos perceptíveis estes fazeres tinham. Isto nos remete a pensar que, para além dos diferentes jeitos de fazer psicologia, parece haver um grande ponto de interrogação sobre a presença e atuação da psicologia na assistência social, em especial na proteção social básica.

---

<sup>15</sup> O conceito de jogo de verdade será explicado mais adiante.

<sup>16</sup> A discussão sobre moral e ética será aprofundada após o conceito de sujeito nas relações de poder.

## 2. 1 A questão do direito à assistência social ou a assistência social como um direito

Para pensar a assistência como um direito, inicialmente, penso ser interessante uma pequena comparação entre os sistemas públicos de saúde e de assistência social, considerando as redações sobre o direito dos usuários e também a configuração da condição de sujeito usuário – neste caso, da assistência social. O Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentado através da lei 8.080 de 1990, já fora criado na Constituição Federal de 1988 com o artigo 196, com os seguintes dizeres:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, art. 196).

Todos têm direito à saúde, gratuitamente, através de ações que a promovam, protejam e recuperem. Também a assistência social é um direito independente de contribuição prévia. Junto com saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e proteção à maternidade e à infância, a assistência social aos “desamparados” (BRASIL, 1988, art. 6º) configura um direito social garantido pela Constituição.

Cabe ressaltar, ainda, o tripé da seguridade social, que, segundo o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, é composto pelo direito à assistência social, à saúde e à previdência. Estes são de responsabilidade do poder público e da sociedade<sup>17</sup>.

Também o trabalho pode ser entendido como um direito social: todo cidadão brasileiro tem direito a trabalhar. Não só o brasileiro, pois, desde a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1919, da qual vários países tornaram-se membros, existe o objetivo comum dos países em auxiliar programas a “proporcionar emprego integral para todos e elevar os níveis de vida” (OIT, 1946, III a)<sup>18</sup>. No mesmo documento, quer-se assegurar proteção social a todos, com renda mínima vital e direito de consumo (“usufruir do progresso”). Inclusive, pensando na saúde do trabalhador e também na sua satisfação em realizar tarefas em que se sintam úteis e possa usar suas habilidades.

A OIT foi criada em um contexto pós-guerra, tendo se reforçado em sua emenda após a Segunda Guerra Mundial. Isto é um importante elemento de análise para entender o

<sup>17</sup> Mais adiante, no art. 204, é exposto que as ações governamentais serão custeadas com recursos da seguridade social e outras fontes, considerando-se a descentralização político-administrativa – à esfera federal cabe coordenar e normatizar programas, enquanto às esferas estadual e municipal fica a responsabilidade de executar tais programas. Também é prevista a participação popular através de grupos de controle social organizados.

<sup>18</sup> Trata-se da 29ª Conferência da OIT, Montreal (Canadá) no ano de 1946. O texto sobre os fins da OIT, porém, já havia sido elaborado e aprovado em 1944. O Brasil ratificou o instrumento de emenda da Constituição da OIT em 13 de abril de 1948, conforme Decreto de Promulgação n. 25.696, de 20 de outubro de 1948. Os países membros são os das Nações Unidas.

surgimento do direito ao trabalho: as condições financeiras precárias advindas dos períodos pós-guerra (principalmente na Europa) trouxeram a necessidade de se assegurar crescimento econômico e populacional em nações enfraquecidas, e isto através de trabalho. No Brasil, estas marcas não foram quase evidenciadas, uma vez que não foi zona de tamanho conflito mundial. E, no entanto, nosso país é membro da OIT e persegue seus objetivos através de programas nacionais, tais como o atual Próximo Passo<sup>19</sup>.

“Não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas” (BOBBIO, 1992, p. 19). Esta é, fundamentalmente, uma premissa genealógica. Uma breve história dos modos como o trabalho passa a ser considerado direito social indica que se deve estar atento ao tipo de projeto social proposto no seu contexto, a exemplo da discussão sobre os Direitos Humanos. De acordo com Boaventura de Souza Santos (2003), “a política dos direitos humanos, que pode ser simultaneamente uma política regulatória e uma política emancipatória está presa nesta dupla crise, ao mesmo tempo que é sinal do desejo de superá-la” (SANTOS, 2003, p. 430). É como se os Direitos Humanos viessem para preencher o vazio do contemporâneo que certos projetos emancipatórios, como o socialismo, deixaram, diz Santos (2003).

O autor refere que os Direitos Humanos universais (leia-se ocidentais) tendem a operar como localismo globalizado, ou seja, como parte dos interesses culturais de uma nação ou comunidade, expandido e validado para as demais nações. Todavia, sugere, os Direitos Humanos devem ser multiculturais, levando em conta as especificidades, diferenças e incompletudes de cada localidade. Desta forma, têm mais chances de se efetivarem como um projeto emancipatório. O próprio conceito dos Direitos Humanos, diz Santos (2003), “é baseado em um bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente ocidentais, designadamente: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade (...)” (SANTOS, 2003, p. 439). Apesar de estarem baseados em pressupostos que garantam a continuidade do capitalismo ocidental, Santos (2003) acredita que as lutas e os movimentos pelos Direitos Humanos sejam contra-hegemônicos.

Neste sentido, pode-se fazer uma analogia com o trabalho no SUAS: por mais que a política pública possa ter um caráter regulatório da população, ela pode ser também

---

<sup>19</sup> Têm sido firmadas parcerias com o Ministério do Trabalho na oferta desses cursos, tais como pedreiro pintor e pedreiro azulejista, dentro da ação governamental federal intitulada “Próximo Passo”. Esta ação é interministerial e objetiva capacitar beneficiários do Programa Bolsa Família para a área de construção civil e turismo (Fonte: <http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=6845&PalavraChave=proximo>).

instrumento para um projeto emancipatório junto aos seus usuários. Talvez este seja um dos grandes desafios das equipes atuantes do SUAS – conseguir transformar, através do seu saber-fazer profissional, o elemento regulador em elemento autonomizador. Ou, pelo menos, operar com ambos os campos de interesse, admitindo um tensionamento agonístico constante entre eles.

Bobbio (1992) refere que fundamentos absolutos (irredutíveis) para direitos são ilusórios, que não se pode generalizá-los, pois, geralmente, um conseguiria anular ou pelo menos questionar algum outro. Mas o autor divide em dois tipos os direitos do homem: individuais (consistem em liberdades) e sociais (consistem em poderes), que se relacionam de maneira reversamente proporcional um em relação ao outro. Enquanto um for privilegiado, o outro é limitado. As liberdades exigem obrigações dos outros, restringindo-os; já os poderes só se realizam, impondo-se aos outros.

Do ponto de vista da assistência social, o SUAS possui algumas particularidades: diferentemente do SUS, que prevê direito à saúde a todos e dever do Estado, o SUAS dirige-se a quem necessitar da assistência social, ou seja, não é destinada a todos os cidadãos em todos os momentos de sua vida – “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (...)” (BRASIL, 1988, art. 203). Além da proteção à infância, maternidade, adolescência, família, idosos e pessoas com deficiência, a assistência social objetiva a promoção da integração ao mercado de trabalho<sup>20</sup>.

O que significa necessitar da assistência social? Em que situações de vulnerabilidade social o sujeito será assistido? E com que objetivo cumprido deixará de sê-lo? Estas são apenas algumas das perguntas que podem ser feitas às políticas públicas de assistência social. No entanto, para a psicologia, é interessante pensar que ambas as políticas públicas – de saúde e de assistência social – estão falando de sujeitos específicos, estão constituindo sujeitos específicos, se observarmos a diferença de redação e concepção na Constituição Federal.

A saúde é para todos; basta o sujeito dirigir-se a uma unidade básica de saúde ou qualquer outra instância de outras complexidades para exercer seu direito a atendimento<sup>21</sup>. Já na assistência social, o atendimento é para quem dele precisa; isto significa que precisa acontecer algo, precisa ser evidenciado algo sobre a situação de necessitado do sujeito nesta

---

<sup>20</sup> Reforça-se, aqui, a idéia de o trabalho ser um direito social do cidadão brasileiro. Por conseqüência, aquele cidadão que não tiver garantido seu direito ao trabalho será um sujeito assistido pela política de assistência social com o objetivo de integrar-se (novamente) ao mercado de trabalho.

<sup>21</sup> Não constitui parte da discussão, aqui, a qualidade dos serviços em saúde. Importante é notar que todos têm direito, sem diferenciação por qualquer critério.

política pública (CASTEL, 1998). Qual é o caminho que um sujeito percorre para tornar-se usuário da política de assistência social?

A via de entrada no serviço é completamente outra, comparada à da saúde. Logo de entrada, há de ser um sujeito que tenha alguma carência ou fragilidade comprovada: seja por meio de declaração de baixa renda, por situação de denúncia (violência), encaminhamento da rede local, situação de conflitos familiares, abuso de substâncias psicoativas, situação de desemprego<sup>22</sup>, precariedade de habitação, dificuldade na relação com outros órgãos e entidades (escola), entre outros.

Para ser um sujeito assistido pela política de assistência, este deve apresentar uma falta, uma lacuna. A pessoa que não precisar da assistência social não terá direito a ela – porquanto sua condição de não necessitado persista. Esta pessoa está sujeita à política somente à medida que está sujeita aos critérios pré-estabelecidos como sendo de vulnerabilidade social. Desta forma, coloca-se a necessidade de pensar como estes critérios pré-estabelecidos e legitimados juridicamente provocam efeitos nos modos de subjetivação nos usuários dessa política, bem como é necessário olhar com mais atenção para as condições de sujeição que ocorrem já no ingresso do sujeito no atendimento de assistência social: a que condições de vida ele deve corresponder para poder ser atendido?

---

<sup>22</sup> O emprego pode ser entendido como uma forma de relação de trabalho que inclui um recebimento regular de salário e benefícios sociais e que é regulada juridicamente pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (TITTONI, 2007). Desempregado é, portanto, quem está disponível ao trabalho e à procura de um emprego (CATTANI, 1996 in TITTONI, 2007). Pode-se pensar neste contexto o que Marx chamou de “exército industrial de reserva” (MARX, 1982) para designar uma parcela da população que está de prontidão para assumir postos economicamente ativos, para produzir e consumir. Para Castel (1998), são os “supranumerários” e os “inimpregáveis” (p. 21).

## 2. 2 O Programa de Auxílio Solidário – PAS em São Leopoldo-RS

Antes de o PAS existir como lei municipal, havia outro programa em São Leopoldo, o chamado “Mutirão tudo limpo”, que funcionou até o fim do ano de 2004<sup>23</sup>. Este programa distribuía cestas básicas aos cidadãos mais vulneráveis em troca da sua prestação de serviço de limpeza de ruas e praças do município (popularmente chamado de “*trecho*”). Na opinião de gestores e também de muitos beneficiários, a cesta básica limitava a escolha – e, por conseguinte, uma certa autonomia – das famílias com relação ao seu consumo de produtos diários.

Portanto, no intuito de alinhar as práticas nos programas municipais de assistência social às diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, como por exemplo as NOB SUAS (BRASIL, 2005), foi aprovado o Programa de Auxílio Solidário como lei municipal (lei nº5.719) em 2005. Este preconiza que, no lugar de distribuir cestas básicas, seja realizada transferência de renda aos cidadãos leopoldenses que estão econômica e socialmente vulneráveis para contribuir com o processo de sua autonomia.

Atualmente, há aproximadamente 900 famílias no PAS no município<sup>24</sup>. Eis os principais critérios para ser beneficiário deste programa: ter idade entre 18 e 65 anos, apresentar renda mensal familiar de até 25% do salário mínimo nacional e residir há pelo menos um ano no município. O valor que é pago a estes cidadãos é de 25% do salário mínimo nacional por um período máximo de seis meses<sup>25</sup>. Estes critérios foram estabelecidos originalmente, assim como as condicionalidades (seguem abaixo). Entretanto, já é preciso apontar que alguns elementos foram sendo alterados com o passar do tempo, como se vai poder observar.

Para fazer parte deste programa, era necessário originalmente, também, obedecer a certas condicionalidades, tais como: participar de cursos de formação humana e cidadã (ministrados por educadores sociais) e de capacitações profissionais, bem como continuar contribuindo com a organização e melhoria dos serviços na cidade a partir de atividades coordenadas pelo poder público local. Em outras palavras, o serviço de embelezamento e limpeza da cidade perdurou, sendo que possivelmente se acabou associando isto a trabalho e este trabalho, ao auxílio concedido.

---

<sup>23</sup> De acordo com o Secretário da SACIS, o atual governo do município não teve acesso a informações sobre o programa “Mutirão tudo limpo” quando assumiu a prefeitura em início de 2005, sendo que não se sabe desde quando, de que modo, com que critérios e com que regularidade ocorria o programa.

<sup>24</sup> Dado informado em entrevista com o Secretário da SACIS de São Leopoldo.

<sup>25</sup> Sobre este prazo há mudanças a partir do Regimento Interno de 2009, como ser verá mais adiante.

Com isso, pode ter se criado um imaginário de que esses beneficiários seriam funcionários da prefeitura e estariam sendo pagos através do seu benefício pelo trabalho prestado ao município. Também as outras secretarias parceiras do PAS, tais como a do Meio Ambiente e a de Obras, pareciam enxergar os beneficiários como mão-de-obra, o que dificultou que se concebesse o PAS como um programa de formação, diz o Secretário da SACIS em entrevista para esta pesquisa.

Na metade do ano de 2009, no entanto, entrou uma importante mudança em vigor para o PAS, pois o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS<sup>26</sup> de São Leopoldo entendeu, a partir de análises e discussões, como sendo errônea a ideia de os beneficiários participarem de atividades de organização e melhoria da cidade, justamente por conceber que o benefício seria da ordem de um direito social, e não como estava sendo possivelmente entendido pelos beneficiários e outros – um “salário” em troca de trabalho. O processo de alteração do Regimento Interno do PAS teve três versões diferentes, sendo que nas duas primeiras o fator do trabalho permanecia como condicionalidade ao benefício, só desaparecendo na terceira versão<sup>27</sup>. Esta resistência que mantinha a prestação de um serviço em troca do benefício do PAS evidencia o caráter mercantilista de troca que vivemos, mesmo em um sistema de direitos que não está pautado na troca.

Por outro lado, diz o Secretário da SACIS, a ideia de se manter algum compromisso do beneficiário no Programa, seja por meio do trabalho, educação ou por profissionalização, criaria condições para que este sujeito da assistência pudesse desenvolver-se. “Não se quer que a pessoa saiba ler e escrever; se quer que ela pense sobre a sua vida”, reflete o Secretário<sup>28</sup>. Neste sentido, o trabalho como compromisso dos beneficiários no PAS faria com que o sujeito beneficiário se pensasse no seu ambiente de desenvolvimento.

No entanto, aponta o Secretário, o trabalho como condicionalidade talvez não conseguisse cumprir esta função, justamente por ser prescrito pelo Estado, sendo necessário que os próprios beneficiários pudessem ajudar a construir formas de compromisso consigo no Programa. Além disso, sair de um programa de transferência de renda não significa não ter

---

<sup>26</sup> O CMAS foi criado em São Leopoldo em 16 de junho de 2005 e é responsável pelo controle social da política pública de assistência social no município.

<sup>27</sup> Nas três versões trabalhadas pelo CMAS fala-se em autonomia e emancipação dos beneficiários a partir do conjunto de ações políticas realizadas, tais como o processo formativo, a transferência de renda, entre outros. Como efeito, a SACIS avalia que esta emancipação tenha se expressado na regularização da documentação, no acesso a questões como abertura de conta bancária, crédito comercial e outras políticas públicas, aquisição de bens domiciliares, inclusão no mercado de trabalho formal e informal, participação em movimentos sociais e comunitários, entre outros.

<sup>28</sup> Castel (1998) se questiona como se pode transformar o indivíduo assistido em um “produtor de sua própria assistência” (CASTEL, 1998, p. 93). E, ele continua, não é a assistência que pode responder a isso, e sim o trabalho.

direito a ter outro tipo de acompanhamento por parte da política de assistência social. Faz-se necessário pensar em que medida a política está conseguindo realizar isto.

“Ninguém emancipa ninguém”, continua. O que a assistência social pode fazer é criar mecanismos que auxiliem o sujeito a enxergar-se na política. Em outras palavras, trata-se de como o sujeito da assistência social opera visibilidades de si, do seu fazer por meio da política de assistência. E acrescento: o objetivo talvez seja chegar à pergunta ética<sup>29</sup>, de pensar sobre a vida, de saber o que se está fazendo ali. Talvez aqui resida a autonomia.

A partir da Resolução 24/2009 de 28 de agosto de 2009 do CMAS, portanto, modificaram-se alguns critérios no Regimento Interno do PAS. Um deles é que o beneficiário deve ser mulher<sup>30</sup>. Deve-se, também, permanecer no programa por, no máximo, dois anos consecutivos<sup>31</sup>, ser chefe de família, estar desempregado, ser referenciado no CRAS de sua região, não ter outros benefícios sociais<sup>32</sup> e nem outros membros da família recebendo o benefício do PAS.

Dentre estas mudanças, também ficou estabelecido que os beneficiários não realizariam mais serviços de limpeza e embelezamento da cidade. Estas discussões disparadas no CMAS e as consequentes mudanças no PAS apontam para a centralidade do trabalho na política de assistência social, seja como critério (estar desempregado) ou no rompimento do entendimento de que deveria haver uma contrapartida para o benefício. Afinal, o lugar do trabalho para a política de assistência social é um efeito de como se dão os jogos de poder nesta política<sup>33</sup>.

A partir da suspensão das atividades de embelezamento da cidade, a população beneficiada passou a temer não receber mais o benefício. Parecia entender que prestava um trabalho remunerado à prefeitura. Estas mudanças, como parecem à equipe do CRAS, geraram ansiedade nos beneficiários, sendo que se ouviram seguidamente frases<sup>34</sup> de

<sup>29</sup> Esta discussão é retomada no capítulo sobre as autonomias dentro da lógica de heteronomias.

<sup>30</sup> Este é um dado, no mínimo, curioso e digno de estudo de gênero. Assume-se, com este novo critério, que a mulher é quem está desempregada e está mais apta a ser usuária do SUAS? Apesar de constar como um critério para ser beneficiário do PAS, esta prática acaba sendo apenas uma preferência no serviço: na dúvida, se decide por conceder o benefício à mulher/mãe/cuidadora da família.

<sup>31</sup> O Secretário também coloca que o próprio tempo estabelecido de no máximo dois anos não deveria ser imposto a todos igualmente; e sim, dever-se-ia respeitar o processo de formação de cada família, buscando outras referências que digam das condições de organização e autonomia das famílias.

<sup>32</sup> No caso de a família do beneficiário já estar recebendo outro benefício, como o Programa Bolsa Família, por exemplo, calcula-se apenas um adicional em cima do valor já recebido, respeitando-se o teto municipal, que atualmente é de R\$306,00 por família estabelecido para a assistência.

<sup>33</sup> Nos próximos capítulos, será discutida a questão da relação de poder junto com a do sujeito.

<sup>34</sup> As frases transcritas neste capítulo são oriundas de diferentes grupos do PAS quando eu ainda era trabalhadora do CRAS.

beneficiários de diferentes grupos ao longo do ano de 2010 como “*quem vai cuidar agora da cidade?*”.

Sabe-se que, para alguns grupos, pode não ter ficado claro o motivo das alterações no programa. O que talvez para os gestores do PAS estivesse claro, para os beneficiários não estava ou apenas precariamente. Lidar, portanto, com essa confusão de olhares, diferentes entendimentos, com a noção de trabalho, direito social, cidadania e benefício passou a ser uma preocupação dos CRAS com o seu público beneficiado do PAS.

Com base nessas informações, faz-se necessário pensar o caráter provisório e temporário de um benefício social: como trabalhar soluções para sair da condição de beneficiário, visto que o programa prioriza a população desempregada? Como se observou na prática de atendimento e acompanhamento de famílias neste programa, muitas vezes há a desconfiança de omissão de atividades econômicas por parte dos usuários. São os populares “*bicos*”, cuja camuflagem tem aparentemente o objetivo de não afetar o recebimento do benefício do PAS. Isto significa possivelmente que os beneficiários estejam se organizando da maneira como podem, dentro do seu contexto, e que somente aos olhos da assistência social eles estejam ainda em situação de dependência de programas específicos de transferência de renda. Cabe, portanto, analisar com maior atenção a maneira como estes sujeitos assistidos estão sendo concebidos pelos serviços e também como se lida com os critérios de inclusão nos programas de assistência social. Por último, quem avalia se um sujeito necessita ou não da inserção em programas de assistência social também se inclui nesta análise, por entender-se que, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade se apresentam de forma a serem julgadas subjetivamente por quem as atende.

O ano de 2011 trouxe algumas outras mudanças para os beneficiários do PAS: com o novo Regimento Interno de 2009, instituiu-se que todos os usuários participariam do currículo mínimo<sup>35</sup> no primeiro no e, no segundo ano, da chamada inclusão produtiva. Isto significa que a assistência social do município vem pensando estratégias de saída e (re)colocação no mercado de trabalho para estes usuários do PAS. No entanto, cada CRAS tem sido autônomo na maneira de conduzir esse processo de mudanças estruturais, sendo que, como eu participei de parte do processo do último CRAS no qual trabalhei, é este exemplo que vou referir.

---

<sup>35</sup> O currículo mínimo organiza os grupos do PAS em grupos de vinte integrantes com atividades semanais junto aos educadores sociais dos CRAS de sua região e dá direito a certificado ao final deste período. Constitui parte do eixo de formação básica do programa. Esta baseia-se nos pressupostos da educação popular e tem como objetivo desencadear processos de reflexão sobre as diferentes realidades em que os beneficiários estão inseridos e que os mesmos produzem no cotidiano. A partir do que for levantado de interesses, necessidades e potencialidades ao longo da formação básica, haverá determinados encaminhamentos para a chamada formação continuada, que se estende até o fim da permanência do usuário no PAS. Para maiores informações, consultar o Regimento Interno do PAS (2009).

Nesse CRAS, foi realizado um encontro com cada um dos onze grupos do PAS em janeiro de 2011 para retomar esta regra do Regimento Interno e já vislumbrar possíveis escolhas dos usuários com relação ao seu segundo ano de programa<sup>36</sup>. Foram pensadas cinco opções de destino para os usuários, entre as quais eles poderiam a) participar de cursos de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA<sup>37</sup>; b) participar de cursos de capacitação profissional; c) participar de grupos de convivência do CRAS<sup>38</sup>; d) participar de alguma iniciativa de inclusão produtiva<sup>39</sup> ou e) ser desligados do PAS.

Esta última opção – do desligamento do programa – foi bastante temida por quase todos os beneficiários, que afirmaram que o PAS é muito importante na sua vida, que conseguem pagar as contas, alimentação e bens de consumo a partir do benefício mensal. Ao mesmo tempo em que sabiam que teriam que dar outro rumo às suas vidas, afirmando “*a pessoa não pode ficar parada*” e “*o PAS é o primeiro passo*<sup>40</sup>; *o segundo passo é correr atrás*” e se mostrando solidários, compreendendo que o programa tem caráter provisório e deve beneficiar e acompanhar novas pessoas a cada ano, os beneficiários do PAS tinham e ainda têm muita dificuldade de imaginar sua saída do programa, de vislumbrar possibilidades para sua vida sem este benefício. Frases como “*a gente se divertia ao mesmo tempo que trabalhava*”, “*se não tivesse isso [PAS], a gente era estranho um do outro*” e “*a gente ganhava reconhecimento nas ruas com o uniforme do PAS*” demonstram um pouco da importância do programa também em outras esferas para além do benefício financeiro. Fizeram-se amizades e conquistou-se um lugar visível, “*útil para a cidade*” como eles mesmos dizem, uma certa imagem social de limpadores de rua – na época do “*trecho*”.

Ainda na mesma linha de pensamento da importância do programa para os beneficiários, ouviu-se “*acho que vamos ser cortados*”, “*a gente está nervoso que o PAS vai terminar*” e também “*se a gente sair daqui [PAS], vocês vão nos dar emprego?*”; estas são

---

<sup>36</sup> Ao CRAS, como instância executora desta política pública municipal (PAS), foi importante não só levantar as possibilidades e formas de permanência dos beneficiários para 2011, como também propor um exercício de projeto de vida, de o usuário tentar se enxergar para depois que sair do programa e não receber mais o benefício. Com base nessa perspectiva de médio prazo, é que o CRAS se propôs a pensar junto aos usuários os seus destinos já a partir de agora.

<sup>37</sup> Trata-se de um programa de ensino da rede pública brasileira que visa a oferecer o ensino fundamental e médio a pessoas que não estão mais em idade escolar e não tiveram esta escolaridade e/ou são trabalhadoras. Para maiores informações, acessar <http://www.mundoeducacao.com.br/educacao/educacao-para-jovens-adultoseja.htm>.

<sup>38</sup> Exemplos são o grupo de mulheres, grupo de idosos e o grupo de pais que se pretende realizar em 2012.

<sup>39</sup> O CRAS apóia e acompanha o trabalho de uma Horta Comunitária do seu território de abrangência, bem como tem parceria com a FIP (Frente de Inclusão Produtiva), que é parte de uma ação do MDS na qual alguns cidadãos estão adquirindo experiência de trabalho – geralmente no setor de limpeza pública – e recebendo um benefício por isso.

<sup>40</sup> Interessante observarmos que o PAS foi referido como um primeiro passo. Isso pode vir ao encontro do que mais adiante veremos sobre as práticas de liberação como parte necessária para autonomia.

palavras que apontam não só para a ansiedade dos usuários frente ao seu último ano de permanência no programa, como também a postura de depositários de ações e programas, esperando por uma continuidade dessa condição de serem sujeitos dessas políticas.

Parece-nos que a questão mais relevante para os beneficiários do PAS durante o “*trecho*” era a visibilidade. Não só o embelezamento da cidade era visto, mas também o próprio beneficiário do PAS, vestindo uniforme.

Esta questão pode ser remetida e contraposta a como Marx (1982) define as relações de trabalho e coloca o homem como alienado nesse processo. O autor refere que trabalho equivale à força de trabalho que o trabalhador vende (MARX, 1982). O trabalho, nesse sentido, é sempre abstrato. O trabalhador ganha salário em troca da sua força de trabalho; esse trabalho cria um valor, que é extorquido do trabalhador.

Marx (1844; FERNANDES, 1989) faz uma análise sobre o lugar do trabalhador a partir de algumas noções da economia política clássica, que toma a propriedade privada como algo estabelecido, instituído e não a coloca em relação genealógica com o que se produz social e historicamente no sistema capitalista. Desse modo, existe, por um lado, o possuidor de propriedade e de meios de produção e, por outro, o possuidor da força de trabalho.

O trabalhador, enquanto possuidor de força de trabalho, cria objetos a partir do seu trabalho. Mas não só isso; ele mesmo cria-se como trabalhador, objetificando sua força de trabalho. Marx (1844) aponta para um processo de escravização do trabalhador pelo seu objeto, uma vez que se produz uma relação de dependência: é o objeto que dá possibilidade de subsistência e existência ao trabalhador. Com relação ao “*trecho*”, poderíamos considerar que era ele que possibilitava uma existência visível aos beneficiários, já que a PNAS (BRASIL, 2004) objetiva incluir os “invisíveis”.

No entanto, o objeto produzido não pertence ao trabalhador; este fica alienado daquele, segundo Marx (1844). Esta alienação (do alemão *Entfremdung*) no processo de trabalho é ampla e não se restringe somente ao objeto físico, produto do uso da força de trabalho. Ocorre uma série de alienações do trabalhador com relação ao produto, à atividade de trabalho, aos outros (semelhantes) e a si mesmo. Dessa maneira, o trabalho vai objetificando a vida do trabalhador, que afasta naturalmente seu corpo inorgânico (produtos) de si.

De maneira geral, talvez a maior alienação dos grupos do PAS durante a época do “*trecho*” fosse a do próprio direito social. Mesmo que a rua e os canteiros não lhes pertencessem, assim aos beneficiários era importante visibilizar seu feito, sua diferença e composição na paisagem da cidade. Talvez a imagem do seu feito lhes pertencesse. Parece-

nos que os beneficiários sabiam o que estavam fazendo no “*trecho*”<sup>41</sup> e o que isto significava para eles. Algo acontecia durante o “*trecho*” que deixou um ar saudosista em quem viveu este período e fez com que os beneficiários se encontrassem de outro jeito com seus vizinhos, conhecidos, produzindo outras coisas para além da limpeza urbana. Como falar de alienação a si e aos outros neste contexto, considerando as falas anteriores sobre o significado do “*trecho*” para o grupo?

Como aponta a PNAS (BRASIL, 2004), não basta identificar as fragilidades e necessidades da população; é preciso enxergar nela capacidades e forças<sup>42</sup>. Talvez o “*trecho*” tivesse preenchido essa função temporariamente, mesmo que de maneira controversa, na direção contrária ao direito que estes usuários do SUAS têm de receber um benefício sem dar algo em troca.

Três aspectos interessantes emergem dessa discussão: a) assistência social e trabalho parecem bem vinculados um ao outro na visão dos beneficiários<sup>43</sup>; b) tanto assistência social quanto trabalho pertencem ao campo dos direitos sociais. Isto significa que o trabalho aparece como intermediado, promovido, facilitado por meio da política de assistência social, mesmo que este cenário não corresponda muitas vezes à expectativa dos beneficiários. De qualquer forma, é interessante perceber que ambos os campos apareçam interligados intimamente. Esta é, certamente, uma questão para a assistência social pensar, mas não sozinha; como incluir outros ministérios na efetivação das políticas públicas?

E finalmente c) os jogos de visibilidade operam sobre a vinculação entre trabalho e assistência social, provocando outros olhares, outras imagens, outras subjetividades possíveis. Então se coloca uma questão interessante a partir desse tensionamento: visto que a questão da visibilidade enquanto potência de subjetividade está em jogo, de que forma o direito à assistência social pode ser garantido sem que se anule ou prejudique as diferentes visibilidades dos usuários?

---

<sup>41</sup> Este aspecto é importante para a discussão posterior sobre como os beneficiários do grupo do PAS acompanhado na pesquisa se fazem a pergunta ética “o que estamos fazendo aqui?”.

<sup>42</sup> Dentre todos os textos legais que estudamos sobre a política de assistência social, a PNAS é a que nos pareceu mais analítica, construindo uma leitura pertinente e crítica da realidade e, inclusive, trazendo a noção de sujeito como “estar sujeito a” processos, noção esta que se aproxima bastante da noção de sujeito para Foucault, como veremos logo em seguida.

<sup>43</sup> E nas práticas assistenciais também, pois essa associação é uma produção social histórica que, no caso do PAS, os grupos apenas estão refletindo e operando. Esta associação será debatida no capítulo do dispositivo da assistência social e do trabalho.

### 3 Sujeito e poder: uma visão sobre o sujeito usuário

Foucault (1995b) estudou diferentes modos que objetivaram e subjetivaram os seres humanos. Os modos que transformam humanos em sujeitos são chamados modos de objetivação, pois tomam o ser humano como objeto de conhecimento. Podem ser divididos em três momentos: a) modo da investigação, que objetiva o sujeito no seu discurso, no seu ser e fazer; b) modo das práticas divisórias<sup>44</sup>, que classifica o sujeito de acordo com suas práticas e c) modo como o sujeito se reconhece como sujeito – por exemplo sujeito da sexualidade.

Não se é, portanto, automaticamente sujeito. A própria noção de ser humano já é uma construção, uma produção histórica. O que Foucault (1995b) aponta em seus estudos é como o sujeito é levado a se reconhecer como tal a partir de suas práticas, da possibilidade de objetivação de si para o conhecimento de si e também a partir do olhar que se pode lançar sobre si dentro de sua historicidade. Desse modo, modos de objetivação e sujeição andam juntos, necessariamente.

Na política pública de assistência social, o sujeito usuário constitui-se a partir de diversas práticas. O usuário é atendido pelos profissionais e encaminhado ao devido serviço, programa ou projeto social de acordo com o nível de sua vulnerabilidade e acesso aos direitos<sup>45</sup>. Isto significa que os instrumentos disponíveis para estes encaminhamentos podem ser entendidos como uma forma de racionalizar a situação em que o usuário se encontra, possibilitando que ele seja objeto de conhecimento e intervenção. Sujeito usuário é, portanto, aquele que, primeiramente, evidencia vulnerabilidade ou risco social ou pessoal a alguém capacitado para escutar e identificar tal evidência, isto é, um profissional que tenha um saber sobre os indicadores de vulnerabilidade.

O usuário da política de assistência, para ser considerado sujeito de assistência, deve também reconhecer-se como usuário desta política. Em outras palavras, suas práticas discursivas devem coincidir com as prescrições previstas em lei. Estas práticas podem ser observadas nos atendimentos psicossociais que os serviços da política prestam, por exemplo. Inclusive o próprio fato de o usuário buscar – quando é ele quem busca<sup>46</sup> – um serviço da

---

<sup>44</sup> As noções de objeto, prática e discurso serão discutidas e desdobradas mais adiante.

<sup>45</sup> De maneira geral, trata-se também dos encaminhamentos à devida complexidade (baixa, média ou alta) da política de assistência.

<sup>46</sup> Na política de assistência, além da possibilidade de os usuários buscarem atendimento, também as equipes de profissionais podem organizar períodos de busca ativa, isto é mapear e atender pessoas de um determinado território que aparentemente não tenham condições de acesso à política por conta própria. Outra situação possível é o encaminhamento aos serviços, programas e projetos da política de assistência por entidades da rede socioassistencial local, tais como escolas, serviços da política pública de saúde, entre outros.

política de assistência já é um dado importante na discussão sobre como o sujeito se reconhece usuário desta política.

A PNAS (BRASIL, 2004) define usuário da seguinte maneira:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Essa definição de usuário, fixada na PNAS (BRASIL, 2004)<sup>47</sup>, que sistematizou a LOAS (BRASIL, 1993) e preparou o campo para o SUAS (BRASIL, 2011), funciona como uma grade de inteligibilidade pela qual os serviços socioassistenciais podem orientar-se para identificar quem é usuário da política de assistência e quem não é. Constitui, por conseguinte, um importante instrumento de identificação do sujeito usuário como alvo (e objeto) da política de assistência.

Outras passagens legais definem usuário como quem “dela [política de assistência] necessitar” (BRASIL, 1988; 2004) e também quem apresentar uma demanda por “necessidades básicas” (BRASIL, 1993; 2011). Apesar de essas definições estarem um tanto vagas, geralmente são entendidas e operadas nas práticas a partir de um viés socioeconômico<sup>48</sup>. Os próprios critérios de entrada em um programa social, por exemplo, já apontam para como está sendo concebido “necessidade”. No caso do PAS, ter um trabalho é considerado uma necessidade que deve ser suprida, assim como ter renda mensal familiar acima de 25% do valor do salário mínimo nacional.

O próprio termo “usuário” já tem sido identificado algumas vezes como insuficiente ou problemático por equipes de trabalho da política de assistência e em outros espaços de discussão sobre a política. Entre outros, um dos questionamentos mais corriqueiros na prática dos serviços é com relação à noção de “uso” que o termo traz consigo: trata-se do uso do direito à assistência social? Talvez dos benefícios eventuais? Seja como for, se este “uso” não incluir a participação popular na formulação e no controle da política, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na LOAS (BRASIL, 1993), na PNAS (BRASIL, 2004)

<sup>47</sup> Os preceitos legais para a política pública de assistência social originalmente surgiram da Constituição Federal (BRASIL, 1988), artigos 203 e 204.

<sup>48</sup> Mais adiante, serão desdobrados alguns aspectos que possibilitarão compreender por que o viés socioeconômico aparece com tanta força na operacionalização desta política.

e na lei do SUAS (BRASIL, 2011), então estamos diante de uma importante questão na relação entre usuário e política pública que pode apontar para uma possível herança das práticas assistencialistas.

Este incômodo a respeito do termo “usuário” aponta para uma reflexão que trabalhadores têm feito acerca da relação com o sujeito usuário. Também é importante na medida em que visibiliza os modos como os textos legais estão objetivando o usuário. Pode-se pensar, pois, no cuidado que trabalhadores da política talvez tenham com relação ao público atendido para que esta relação não seja pautada por um viés assistencialista. Diante dessa breve discussão, podemos imaginar a complexidade de elementos que subjetivam o usuário da política de assistência social.

Além de “usuários”, os textos legais também se referem à população usuária da assistência social como sendo “beneficiários” (SUAS, LOAS, PNAS), “indivíduos” (SUAS, PNAS)<sup>49</sup>, “cidadãos” (SUAS, LOAS, PNAS), “destinatários” (SUAS, LOAS, PNAS), “famílias” (SUAS, LOAS, PNAS E Constituição Federal), “pessoas” (SUAS, LOAS, PNAS e Constituição Federal), sendo que este termo geralmente vem associado à deficiência (“pessoa com deficiência”) ou à situação de rua, “mais carente” (LOAS e Constituição Federal)<sup>50</sup> e determinados grupos como “crianças”, “adolescentes” e “idosos” (SUAS, LOAS, PNAS e Constituição Federal). Destacam-se os termos “indivíduos” – principalmente nos textos legais mais recentes – e “famílias”, que são os mais recorrentes.

Na discussão sobre o sujeito usuário da assistência social, a família é central (BRASIL, 2004), sendo que família é considerada

a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio (BRASIL, 2007).

Os serviços, programas e projetos da política de assistência social devem ocupar-se deste núcleo, potencializando-o como unidade de referência (BRASIL, 2004). A partir destas colocações, fica claro que o elemento de inteligibilidade da configuração familiar é

<sup>49</sup> Interessante notar que o termo “indivíduos” não aparece nenhuma vez na LOAS (BRASIL, 1993) e na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que são os documentos legais mais antigos legitimados no Brasil; na Constituição Federal, o termo só aparece em outro contexto, fora da assistência social. Apesar de não nos aprofundarmos sobre essas diferenças históricas com relação às referências à população usuária da assistência neste estudo, apontamos para a importância de se fazer um estudo genealógico sobre isso, uma vez que o fenômeno da individualidade – ou melhor, de visibilidade dos modos individuais – parece crescer a partir da década de 90, concomitantemente aos movimentos neo-liberais no Brasil.

<sup>50</sup> Percebe-se que o termo “carente”, referindo-se à população usuária da assistência social, não é retomado nos textos após a LOAS (BRASIL, 1993), evidenciando um avanço na discussão sobre como o sujeito da assistência é visto. Este avanço é notório, principalmente, no texto da PNAS (BRASIL, 2004).

econômico, pois é considerado membro de uma família quem tiver rendimentos e/ou despesas para si e para os demais membros. Isto não é por acaso, pois a palavra economia significa lei ou governo da casa<sup>51</sup>, que, para Foucault (2008b), é o que se entendia como objeto do governo até meados do século XVIII: a felicidade e o bem-estar da família. A partir daí, família passou a ser considerada como “um modelo estreito demais, frágil demais, inconsistente demais” (FOUCAULT, 2008b, p. 137), sendo necessário incorporá-la a outra noção, a de população, como veremos mais adiante. De modelo, a família passa a ser instrumento de governo, como é o caso da política de assistência social.

No entanto, explicita Foucault, não se pode falar de subjetivação sem levar em conta as relações de poder em meio às quais, justamente, é constituído o sujeito. O sujeito não é uma substância, diz; é uma forma em constante movimento e transformação, pois está vivamente ligada às relações de poder que também são mutáveis e instáveis (FOUCAULT, 2004a).

Uma definição mais geral de poder, diz Foucault, é a seguinte: “o termo poder designa relações entre parceiros” (FOUCAULT, 1995b, p. 240). Parceiros, aqui, significam ações responsivas entre si; ações de uns sobre os outros. Nessa concepção de poder, não existe, pois, um poder por si só, como força ou como dominação, como geralmente é entendido no senso comum; e sim, existe poder como relação.

Mesmo que se apóie sobre determinadas estruturas (como o Estado, por exemplo), “o poder só existe em ato” (FOUCAULT, 1995b, p. 242), ou seja, só em práticas. E, como tal, a relação de poder não age diretamente sobre coisas ou pessoas, mas sim, sobre suas ações: é ação sobre ação<sup>52</sup>. Há que se pressupor um outro – para haver relação – e que este outro seja reconhecido como sujeito de ação. Portanto, viver em sociedade significa que se está constantemente enredado em diversos entrecruzamentos de relações de poder.

Na assistência social, pode-se associar esta necessidade de reconhecimento do sujeito de ação como a emergência da necessidade de reconhecimento de um sujeito de direitos. Programas e ações não devem, simplesmente, agir sobre esses sujeitos assistidos, transferir renda e administrar seus dados, isto seria equivalente a uma relação de violência. Mas sim, programas e ações desta política de assistência social devem promover uma relação com os seus usuários de forma que um leque de possibilidades possa ser potencializado a partir das intervenções. Assim, há “um conjunto de ações sobre ações possíveis” (FOUCAULT, 1995b,

---

<sup>51</sup> Esta característica da família como uma economia será retomada na discussão sobre governamentalidade.

<sup>52</sup> Diferentemente da relação de poder, a relação de violência age diretamente sobre corpos e coisas, coagindo-as. Esta não admite resistência; encerra as possibilidades de escape do sujeito.

p. 243), um final aberto, uma política com fins bem definidos, embora não saiba ainda de que maneira estes fins serão atingidos pelos seus sujeitos de direito. Uma vez que se abra a oportunidade de agir sobre as ações, estabelece-se uma relação de poder.

Se pensarmos no SUAS, este só pode configurar uma rede de relações de poder, à medida que considerar o usuário um sujeito de ação. A partir daí, a política de assistência deverá permitir que todos os atores envolvidos possam agir uns sobre os outros na lógica de serem parceiros desta relação, não na dicotomia de dominadores ou dominados.

Outra definição de poder, também por Foucault (1988a), confere mais um caráter de jogos de força: o poder, que está por toda a parte, não é instituição<sup>53</sup> nem estrutura; é o “nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (p. 89). É o jogo de forças atuando e constituindo uma certa organização e objetivação dos sujeitos.

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade no qual diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, e sim, de violência, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (FOUCAULT, 1995b, p. 244).

As relações de poder se dão sempre em forma de ação e também em lugares múltiplos, tais como na família, na vida sexual, na maneira como se tratam loucos, presos, enfim. São visíveis em todas as relações políticas (FOUCAULT, 2003). Sujeito ao outro e a si próprio (reconhecer-se como sujeito dentro de um determinado contexto de práticas) só é possível, portanto, na medida em que se insere em uma relação de poder. Nessa concepção, “poder” é entendido não como um elemento antagônico de liberdade, mas sim, como uma condição e um elemento agônico da liberdade, fazendo dela condição necessária para ele existir.

As relações de poder pressupõem, ademais, possibilidade de resistência. A resistência ou “resistências, no plural” (FOUCAULT, 1988a, p. 91) apresentam-se no interior das

---

<sup>53</sup> Instituição, juntamente com instituído e instituinte, será definida mais adiante.

relações de poder e são possibilidades de estratégia<sup>54</sup> (de escape ou) de luta, e a liberdade dos indivíduos ou coletivos.

A noção de resistência é fundamental para o entendimento de poder ou das relações de poder também, porque elas “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os” (FOUCAULT, 1988a, p.92). Desta forma, as relações de poder serão sempre instáveis, móveis, precárias, reversíveis e passíveis de transformação.

Na discussão sobre o sujeito usuário, podemos considerar o SUAS uma rede de relações de poder que produzem subjetividade sob algumas condições de possibilidade: o SUAS objetiva os usuários, circunscrevendo-os com determinadas características como alvo da política de assistência; os próprios usuários são levados a reconhecer-se como sujeitos a este modo de objetivação; por fim, as relações de poder existentes e operantes nas práticas consideram os atores envolvidos como parceiros, sendo que um deve reconhecer o outro como sujeito de ação livre e com possibilidade de resistência. Desse modo, temos, agora, um sujeito usuário desenhando-se desde as relações de poder presentes na política de assistência social. Estas definições baseiam as demais construções analíticas que seguem.

As formas das relações de poder vão se atualizando na medida em que produzem e operam em determinados jogos de verdade<sup>55</sup>, que legitimam o verdadeiro e o falso através de um conjunto de regras de produção de verdades sobre o sujeito, a vida, o trabalho, a assistência, entre outros tantos (FOUCAULT, 2004a). Entre outros, um dos objetivos principais de Foucault (1990) era o de delinear uma história dos diferentes modos como os homens têm desenvolvido um saber acerca de si mesmos em nossa cultura.

Portanto, é importante assinalar que não é somente com o poder, propriamente, que Foucault está preocupado, e sim, com o sujeito. Nesse sentido, o autor aponta para a importância de se pensar como o sujeito, nesse caso, sujeito usuário de assistência, produz-se ou faz a experiência de si, atualizando-se em práticas que são determinados jogos de verdade (FOUCAULT, 2004a) a partir das relações de poder das quais emerge e ajuda a produzir.

O sujeito da assistência constitui-se através do regime de verificação do SUAS, mas com possibilidade de jogar sempre de maneira diferente, constituindo outras maneiras de

---

<sup>54</sup> O termo estratégia é pensado aqui como aponta Foucault (1995b): como estratégia de poder ou de confronto. Enquanto a de poder se refere aos meios necessários para manter determinada relação de poder, a de confronto vem questionar o *status quo* das relações de poder, atualizando-as, reorganizando-as. É principalmente com esta segunda noção, da estratégia de confronto, que nos parece que o trabalho dos psicólogos e das psicólogas se propõe a lidar, dentro da política de assistência, quando discute produção de subjetividade no contexto de transformação social. Porém, talvez seja necessário apontar para a constante tensão entre esses dois tipos de estratégia como um jogo de forças interdependentes.

<sup>55</sup> Os jogos de verdade serão explicitados logo adiante.

jogar o mesmo jogo ou até demandando a produção de outros jogos de verdade, conforme veremos no próximo capítulo. Trata-se de práticas estratégicas que o sujeito opera nos jogos de verdade, pois ele pode usar “outros trunfos” e mostrar “que há outras possibilidades” (FOUCAULT, 2004a, p. 281).

Também pensando na dimensão política dessa experiência de si do sujeito, Foucault sugere, ao final do seu texto “O sujeito e o poder” (1995b), que as relações de poder em uma sociedade sejam constantemente analisadas, revistas, para pensar criticamente os seus efeitos sobre a subjetividade. Refere que “a análise, a elaboração, a retomada da questão das relações de poder, e do ‘agonismo’ entre relações de poder e intransitividade da liberdade, é uma tarefa política incessante; e que é exatamente esta a tarefa política inerente a toda existência social” (FOUCAULT, 1995b, p. 246). E nesse exercício crítico constante, não se objetiva um retorno a uma época considerada “melhor”, pois “na minha opinião [Foucault], não há um valor exemplar num período que não é o nosso” (DREYFUS; RABINOW, 1995b). E sim, a experiência ética que implica conexões, construções e institucionalizações de cada período deve ser posto em questão com relação à sua genealogia<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> A perspectiva genealógica esteve presente nos estudos de Foucault, em diferenciação à perspectiva arqueológica que se questiona sobre a origem. Ambas as noções serão revisitadas no capítulo sobre a metodologia.

### 3. 1 O SUAS como jogo de verdade

Foucault (2004a) define jogo como sendo um conjunto de regras que produzem verdades. Através de jogos, são produzidos saberes considerados verdadeiros e falsos. Todavia, os jogos de verdade não são cristalizados, eles podem ser alterados quanto às suas regras.

Para esta discussão, faz-se necessário resgatar as noções de objeto, prática e experiência. Tomando-se a noção da relação entre prática e objeto em Veyne (1998), podemos considerar que não há objetos naturais (*a priori*), e sim objetos sempre em relação a práticas: “o objeto não é senão o correlato da prática” (VEYNE, 1998, p. 250). É a prática que determina o objeto de conhecimento, que objetifica um certo fenômeno. É precisamente ela que funda o objeto para o qual se pode olhar e o qual se pode analisar. Por exemplo, as práticas de exclusão e encarceramento de loucos tornaram possível que se pudesse olhar para os loucos e constituir o objeto “loucura”, pois “a loucura não existe como objeto a não ser dentro de e mediante uma prática, mas essa prática não é, ela própria, a loucura” (VEYNE, 1998, p. 264).

A objetificação ocorre em um dado momento da história, ou seja, temos o elemento da historicidade nesse processo de objetificação. Como os objetos são históricos, as práticas são sempre diversas; “cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo” (VEYNE, 1998, p. 268).

Foucault, ao longo de sua obra, preocupou-se em questionar como determinado objeto (a partir das práticas que o definem) se constitui problema para o pensamento de uma época e um território (historicidade). Essa correlação genealógica entre objeto e prática indica que devemos olhar para as práticas e desnaturalizá-las, abri-las para análise para entendermos como constituem uma questão para certa época e lugar da história. Afinal, o objeto, emergindo das práticas, parece determinar a conduta de indivíduos e grupos (VEYNE, 1998) que visibiliza uma certa problemática de uma época.

A prática, para Veyne (1998), é “o que fazem as pessoas” (p. 248). No entanto, como se trata de algo complexo e que, muitas vezes escapa à análise, o autor sugere que se situe a prática provisoriamente abaixo da linha de visibilidade, como uma parte oculta de um *iceberg*. Para o autor, prática não se configura como uma instância ou como um motor, mas sim como algo que liga necessariamente uma determinada conduta à sua correspondente mentalidade, como por exemplo, estar feliz e rir.

São “as representações e os enunciados” (VEYNE, 1998, p. 253) que fazem parte da prática. Em outras palavras, são as práticas que vão identificar se o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da conduta<sup>57</sup>. Isto significa assumir que a prática está intrinsecamente ligada ao processo de subjetivação. E como as práticas se atualizam historicamente, atualizando, com isso, também os seus objetos, discursos e relações de poder, novas relações éticas vão sendo fundadas, uma vez que ética é uma prática<sup>58</sup>. O sujeito vê-se modificado diante de novas condições de sujeição.

De maneira geral, Foucault define prática como sendo a racionalidade que organiza o que os homens fazem de uma forma recorrente e sistemática, ou seja, incluindo-se as categorias de objetivação – saber, poder – e subjetivação – ética (CASTRO, 2009). Considerando-se que práticas permitem objetivar e que o sujeito reconhece-se enquanto objeto de conhecimento, podemos sugerir que o modo sujeito, ou seja, o ser sujeito seja também uma prática.

Também é um “encadeamento do que se diz e do que se faz” (FOUCAULT, 2003, p. 338), constituindo-se um regime de práticas no qual se experimenta uma racionalidade prescritiva e de verdadeiro e falso – assim como no jogo de verdade. Desse modo, temos as práticas disciplinares, entendendo disciplina como o uso de técnicas que respondam a objetivos locais, tais como aprendizagem escolar, tratamentos médicos e acompanhamentos psicológicos (FOUCAULT, 2003; 2004b) e também outros tipos de práticas que escapam às disciplinas, mas mantêm até certo ponto sua própria lógica e regularidade. São as chamadas práticas ou técnicas de si, que, como artes da existência, são práticas “racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular” (FOUCAULT, 2004b, p. 198). As práticas de si são as responsáveis pela constituição do sujeito enquanto moral, conduzindo-se de maneira a corresponder suas ações a determinados códigos morais<sup>59</sup>.

O SUAS pode ser entendido como uma rede discursiva que veicula determinados jogos de verdade nos quais, por exemplo, o sujeito da assistência social é aquele que se confessa miserável frente a práticas que Foucault (1988a) chamaria de “práticas de confissão” exercidas pelos técnicos (trabalhadores) do SUAS. Estas práticas podem ser visitas domiciliares, entrevistas de acolhimento, preenchimento de cadastros e fichas, entre outros. Afinal, esta política é para quem dela precisa (BRASIL, 1988); o seu endereçamento está

<sup>57</sup> O enunciado, assim como a sua relação com a conduta, será explicitado mais adiante.

<sup>58</sup> A ética também será retomada a seguir.

<sup>59</sup> As práticas de si retornam no capítulo do sujeito moral e ético da assistência.

bastante claro, a princípio. No entanto, deve-se obedecer a determinados critérios previstos em lei, normas e resoluções sobre o atendimento ao usuário. De qualquer modo, usuário da política de assistência social é aquele sobre quem se pode evidenciar alguma falta, alguma vulnerabilidade, como vimos, considerada como relevante no jogo de verdade do SUAS.

O conjunto de práticas que o SUAS regula e baliza é o que precisamente circunscreve o objeto do qual a assistência social vem se ocupando há décadas e, com isso, a forma como os usuários desta política são objetivados: a vulnerabilidade social. Esta objetiva pelas relações de saber e poder e, ao mesmo tempo, cria condições de subjetivação aos usuários pela relação ética, enredando um jogo de verdade no qual determinadas premissas são falseadas e outras, consideradas verdadeiras. Um exemplo disso é o próprio lugar do usuário como um cidadão que tem o direito aos mínimos sociais (BRASIL, 2011). Esta posição o objetiva como um sujeito de direitos e, ao mesmo tempo, coloca o Estado no lugar de provedor ou mediador desse direito.

Entretanto, quando as práticas se modificam, modifica-se também o objeto, como vimos. Esta característica de ser um sistema aberto e inacabado do jogo de verdade permite que ocorra um deslocamento das relações, uma transformação. Nesse sentido, podemos entender que o SUAS, como um jogo de verdade, funciona como um jogo de forças operantes sobre os sujeitos e, concomitantemente, os sujeitos operam no SUAS as relações entre objeto e prática que lhe são possíveis num dado momento. E, quando uma prática é passível de modificação, modificando-se também seu objeto e a conduta do sujeito, pode-se falar em experiência.

Entendemos por experiência a correlação, em uma dada cultura, “entre domínios de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984, p. 10). Foucault (1984) refere que a experiência diz respeito a algo da ordem de uma transformação. Experiência que tem como efeito “arrancar-me a mim mesmo, a impedir-me de ser o mesmo” (FOUCAULT, 2003, p. 43). Ortega (1999) talvez refine melhor a experiência, pois ela “constitui algo do qual se sai transformado. A experiência constitui uma práxis espiritual ou ascética, ou seja, as transformações que deve experimentar o sujeito para alcançar outra forma de ser” (ORTEGA, 1999, 43).

A Foucault interessava saber quais as condições de possibilidade de emergência de um modo sujeito. De que maneira operam os modos de subjetivação e de objetivação (em jogos de verdade), criando uma trama que possibilite o surgimento de um determinado modo sujeito? Como o sujeito entra em um determinado jogo de verdade, como ele se relaciona com as regras deste jogo, como ele consegue alterá-las, estando sujeito mais a umas do que a

outras regras e também sendo constituído pelo seu conjunto?

Para os fins deste estudo, interessou-nos visibilizar de que modo o sujeito usuário experiencia suas condições de sujeição no jogo de verdade, no SUAS. Em outras palavras, de que maneira o sujeito usuário, de dentro das relações de poder que lhe possibilitam emergir como tal, consegue fazer uma experiência de si<sup>60</sup>, criando outras condições de sujeição e provocando um tensionamento entre o que é considerado verdadeiro e falso nesse jogo de verdade da assistência social. Dessa forma, a experiência de si nesse jogo poderia fazer emergir, por exemplo, algo diferente dos mínimos sociais no atendimento ao usuário. No entanto, primeiramente o sujeito usuário deve constituir-se como um sujeito moral da assistência social, como veremos a seguir.

---

<sup>60</sup> A noção de experiência de si é importante neste estudo e será explorada quando da discussão sobre a análise de implicação na pesquisa-intervenção.

### 3. 2 Sujeito moral e ético da assistência social

Moral, para Foucault (1984), pode ter basicamente dois significados. Por um lado, pode significar um conjunto de normas de ação que diferentes aparelhos<sup>61</sup> prescrevem aos indivíduos<sup>62</sup> ou grupos. Estas normas de ação podem ser bem claras, coerentes e explícitas, assim como podem também ser difusas e complexas, deixando lacunas de prescrição. A este sistema o autor chama “código moral” (FOUCAULT, 1984, p. 26; FOUCAULT, 1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995b). Por outro lado, moral também pode ser o próprio comportamento dos indivíduos e grupos com relação a normas prescritivas (FOUCAULT, 1984)<sup>63</sup>. A maneira como os indivíduos vão se submetendo ora mais ora menos às normas, como resistem, negligenciam e respeitam esse código é o que corresponde ao seu comportamento moral.

Foucault (1984) traz a ideia de que, além dessas duas formas de entender a moral, também é preciso olhar para os modos como o indivíduo conduz-se para se constituir como um sujeito moral, uma vez que o sujeito não nasce moral, ele atua uma moralidade e, pelas suas práticas, se torna um sujeito moral. A esta forma especial de conduzir-se para ser um sujeito da moralidade o autor chama de substância ética<sup>64</sup>: “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (FOUCAULT, 1984, p. 27).

Sobre a moral pode-se dizer, portanto, que há três elementos constitutivos: a) é uma norma prescritiva; b) é o comportamento real com relação a esta norma e c) é também uma certa relação consigo mesmo a partir de práticas de si (FOUCAULT, 1984), afinal, “não há constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’ e sem uma ‘ascética’ ou ‘práticas de si’ que os fundamentem” (FOUCAULT, 2004b, p. 214). A relação consigo mesmo, o

---

<sup>61</sup> O autor cita alguns exemplos de aparelhos com relação a esta temática: podem ser famílias, escolas, Igreja, entre outros (FOUCAULT, 1984).

<sup>62</sup> A forma de poder pastoral intensifica uma relação com um indivíduo, com uma racionalidade pautada na economia da obediência do rebanho: “a obediência pastoral adquire fundamentalmente a forma da relação individual” (FOUCAULT, 2008b, p. 315). Afinal, a prática pastoral, atualizada na moral cristã, tinha efeitos individualizantes no sentido de que prometia a salvação de todos e de cada um. Cada um poderia, a partir dessa relação de obediência ao pastor, conhecer a sua verdade. Dessa forma, “a individualização do homem ocidental durante o longo milênio do pastorado cristão foi realizada à custa da subjetividade. Por subjetivação. É preciso tornar-se sujeito para se tornar indivíduo” (FOUCAULT, 2008b, p. 310). Lembrando que sujeito se dá a partir de processos de subjetivação e de objetivação, podemos considerar o indivíduo um modo sujeito, pois ele surge como um objeto de governo pastoral.

<sup>63</sup> Em entrevista a Dreyfus e Rabinow (1983), Foucault diferencia conduta/ato de código moral. O código como sendo um conjunto de prescrições e a conduta como o verdadeiro comportamento das pessoas referente a determinado código moral.

<sup>64</sup> A substância ética retorna logo mais, quando serão elencados quatro aspectos da relação consigo na constituição de si como um sujeito de uma certa moralidade.

conhecer-se, controlar-se, pôr-se à prova diz respeito à ética e à ascética<sup>65</sup>, sendo que os indivíduos efetuam uma série de operações e transformações de si no percurso de se tornarem sujeitos a/de uma certa moralidade.

No trabalho ético, o sujeito experiêcia os jogos de verdade como um conjunto moral e opera sobre/com eles de forma reflexiva (FOUCAULT, 2010). O próprio trabalho ético do sujeito é um trabalho sobre si mesmo e seu fazer que visa a “transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 1984, p. 28). Trata-se da maneira pela qual se deve constituir a si próprio como um sujeito moral de suas ações (FOUCAULT, 1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995a).

No SUAS, o usuário se torna sujeito moral à medida que, de certa forma, obedece a um conjunto de preceitos validados como verdadeiros, por exemplo a respeito da vulnerabilidade social. Em outras palavras, é o trabalho ético dos usuários que lhes possibilita que se tornem sujeitos da moralidade assistencial, pois é preciso que façam uma série de operações para corresponderem aos jogos de verdade dentro dos quais são produzidos. Os sujeitos usuários agem conforme este conjunto de saberes, conduzindo-se como sujeitos de uma moralidade de assistência. Isto é visibilizado de várias formas diferentes, tais como a visita domiciliar, os atendimentos psicossociais, os preenchimentos de fichas e cadastros, entre outros<sup>66</sup>. A finalidade do trabalho ético seria, assim, a transformação do sujeito em um sujeito de uma determinada moralidade.

Foucault (1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995a) aponta quatro aspectos da relação consigo na constituição de si como sujeito moral. São eles a) a substância ética, que permite saber que parte de si mesmo que corresponde à conduta moral; b) o modo de sujeição, que diz respeito a como o sujeito se vê compelido – se assujeita – a conduzir-se moralmente; c) a prática de si<sup>67</sup>, que são os meios pelos quais o sujeito se transforma para um sujeito ético e d) a teleologia, ou seja, a questão da finalidade da conduta moral; “qual é o tipo de ser a que aspiramos quando nos comportamos de acordo com a moral?” (FOUCAULT, 1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995a, p. 265).

---

<sup>65</sup> Ascética são as formas de subjetivação moral e as práticas de si (FOUCAULT, 1984), que tiveram diferentes modalidades nas concepções filosófica, helenística-romana e cristã. Enquanto a filosófica preconizava a ascese como a constituição de si mesmo, os romanos apontavam para a necessidade de dotar-se de algo que não tinham e o cristianismo tratava da renúncia a si na busca pela verdade (CASTRO, 2009).

<sup>66</sup> Mais adiante veremos como as chamadas “práticas de confissão” (FOUCAULT, 1988) visibilizam essa relação do sujeito moral da assistência social.

<sup>67</sup> Prática de si ou ascetismo ligados à ideia de que o acesso à verdade só era possível na medida em que o sujeito “(...) praticasse em si mesmo um certo trabalho que o tornaria suscetível de conhecer a verdade” (FOUCAULT in DREYFUS; RABINOW, 1995a, p. 277).

Um exemplo de mudança na relação consigo, o autor coloca entre os gregos clássicos e os cristãos. Os gregos consideravam a *aphrodisia*<sup>68</sup> como substância ética, o modo de sujeição era uma questão de escolha político-estética, a prática de si se referia às técnicas do corpo e a teleologia era a maestria de si mesmo. Já os cristãos consideravam o desejo da carne a substância ética, a lei divina o seu modo de sujeição, o auto-exame como a sua prática de si e a imortalidade sua teleologia. Essa mudança ética advém da mudança de papéis sociais tanto nos lares quanto na vida pública política, que passaram a demandar outras condutas morais dos cidadãos.

Para Foucault (2004a), ética se define como prática reflexiva da liberdade. A liberdade não existe por si só ou como valor absoluto; ela é condição ontológica da ética e é experienciada historicamente. Na Antiguidade, por exemplo, a prática da liberdade girava em torno da questão do cuidado de si<sup>69</sup>: para cuidar de si, era preciso conhecer-se bem e as regras dos jogos de verdade para fazer um trabalho ético sobre si mesmo em liberdade. Pensar a liberdade como condição ontológica para o trabalho ético significa também assumir que a liberdade é política, pois, para os gregos na Antiguidade, por exemplo, escravos não eram homens livres e, portanto, não podiam realizar uma reflexão em liberdade (FOUCAULT, 2004a).

O autor faz uma distinção entre práticas de liberdade e práticas de liberação. Em algumas situações em que há uma relação de dominação e em que práticas de liberdade – tais como o exercício ético – não podem ocorrer, Foucault (2004a) coloca que se faz necessário um movimento de práticas pontuais de liberação, como no exemplo de povos colonizados ou então nas medidas emergenciais assistenciais – benefícios eventuais. Apesar de práticas de liberação não serem suficientes para serem consideradas práticas de liberdade, são necessárias como “condição política ou histórica” (FOUCAULT, 2004a, p. 295) para as práticas de liberdade.

---

<sup>68</sup> *Aphrodisia* refere-se a um conjunto dinâmico e, para os gregos, inseparável entre desejo, ato e prazer, o que foi separado na visão cristã moderna (CASTRO, 2009).

<sup>69</sup> O cuidado de si está ligado ao esforço de não ser escravo de si e de suas paixões (FOUCAULT, 2004; 2010), pois, sendo escravo de si, corre-se o risco de entrar em uma relação de dominação com os outros. Por isso, Foucault aponta que o cuidado de si é ético em si mesmo: implica um trabalho reflexivo que passa pelo “si”, envolvendo necessariamente as relações com os outros.

### 3. 3 Polícia e política pública: o SUAS como uma biopolítica

Uma das atualizações das relações de poder pode ser identificada no exercício do chamado “poder pastoral” (FOUCAULT, 1995b; 2008b). Esta forma de poder apresenta um caráter ao mesmo tempo totalizante e individualizante (*omnes et singulatim*) e pode ser observado em diversos campos de prática, entre os quais destacam-se as práticas constitutivas da moral cristã: com o objetivo da salvação das almas, fazem-se “revelar os seus segredos mais íntimos” (FOUCAULT, 1995b, p. 237) através de confissões.

Considerando-se o poder pastoral para os campos da psicologia e do serviço social, implicados na política de assistência, utilizam-se instrumentos de saber-poder sobre as famílias: técnicas de “fazer falar”<sup>70</sup> que possibilitam enquadrar as famílias em determinadas modalidades de atendimento, objetivando-as e circunscrevendo-as. Seu trabalho está intrinsecamente ligado a este mecanismo das relações de poder. Neste sentido, pode-se pensar o trabalho destes profissionais também ligado ao poder pastoral, que é totalizante e individualizante: quer saber do comportamento de sua população<sup>71</sup> como um todo (para melhor governá-la), mas também da vida secreta e particular de cada um dos seus indivíduos. Isto quer dizer que o trabalho dos técnicos de assistência está sendo, de certa forma, ordenado e organizado a fim de produzir estes dados sistematizados. E também o seu lugar de trabalhadores é colocado sob a vigilância e o zelo estatal enquanto representantes do poder público. No entanto, é importante ressaltar que o mecanismo de confissão não se constitui como uma prática que advém dos trabalhadores, e sim, que este mecanismo opera sobre todos os atores envolvidos a partir do jogo de verdade que o SUAS legitima.

O sujeito da política de assistência é, portanto, convocado a confessar-se vulnerável para ser usuário. Mais do que isso: a confissão deve passar pela vulnerabilidade (muitas vezes, pela miserabilidade) para chegar também no desejo de autonomia desse sujeito<sup>72</sup>. Podemos assumir, portanto, que é a partir da sua confissão que um sujeito se reconhece usuário da política e é também subjetivado a deslocar-se dessa condição na medida em que conseguir apontar saídas dessa situação de vulnerabilidade social para si e sua família – sejam

<sup>70</sup> Para Foucault (1988b), a diferença entre a confissão e o fazer falar é a seguinte: enquanto a confissão goza de um estatuto de verdade que levaria ao caminho certo e à salvação do sujeito (clínica e demais práticas pastorais são exemplos), o fazer falar não tem necessariamente um destino ou propósito (por exemplo moral) ao qual se quer chegar. Porém, parece-nos que ambos os mecanismos são utilizados nas políticas públicas no percurso do sujeito usuário tornar-se um sujeito moral da assistência social.

<sup>71</sup> O conceito de população será problematizado a seguir.

<sup>72</sup> Neste sentido, Foucault (1988b) coloca que há um imperativo de “devermos dizer o que somos, o que fazemos (p. 60)” e “não somente confessar (...), mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso” (FOUCAULT, 1988b, p. 24).

elas quais forem, mas geralmente relacionadas ao fator econômico e, com isso, ligadas diretamente ao trabalho e geração de renda.

O Estado<sup>73</sup> também se utiliza de modulações do poder pastoral, muitas vezes através das políticas públicas com fins de segurança e manutenção da sua razão governamental (FOUCAULT, 2008b). Com efeito, o “poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho” (FOUCAULT, 2008b, p. 168) e uma “multiplicidade” em movimento (FOUCAULT, 2008b, p.173), a população que se quer salvar. Uma característica desse poder é a relação de cuidado, de zelo com o rebanho. No entanto, zelo aqui também denota um caráter de vigilância e controle sobre a população.

O Estado acabou adquirindo historicamente um determinado *status quo* das relações de poder por excelência. Isto porque, segundo o autor, as relações de poder foram se “estatizando”, significando que há uma racionalidade política de um centro de governo presente nas relações de poder. A função do Estado, para Foucault, é “constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio de regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder num conjunto social dado” (FOUCAULT, 1993, p. 246).

Para fazermos algumas considerações foucaultianas sobre as políticas públicas, faz-se necessária uma incursão sobre a biopolítica, o governo e a governamentalidade. Também a noção de polícia, para Foucault, é importante nesta discussão.

Nos seus estudos sobre direito de morte e poder sobre a vida, Foucault (1988a) coloca que a relação entre o soberano e seus súditos até o século XVII era guiada por um “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” (FOUCAULT, 1988a, p. 128). O soberano dispunha do limiar entre a vida e a morte dos súditos, causando sua morte ou deixando-os viver – por exemplo, no gládio.

Essa forma de poder sobre vida e morte conheceu uma virada no século XVII, quando se experimentou uma organização de forças em direção a um crescimento econômico. Isto demandou outra forma de poder, mais centrada sobre a vida. “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação” (FOUCAULT, 1988a, p. 130).

Esse chamado biopoder assumiu duas formas principais de relação com o corpo dos governados, uma vez que o acesso ao corpo foi garantido pelo fato de o poder passar a

---

<sup>73</sup> O Estado pode ser definido como uma inteligibilidade constituída de um conjunto de instituições e realidades (FOUCAULT, 2008b).

encarregar-se da vida, mais do que de fazer morrer ou deixar viver: a) corpo como máquina, que possibilitava um certo adestramento do corpo em direção a uma maior produtividade e b) corpo-espécie, que centrava o poder sobre processos biológicos (p. ex. saúde, higiene, natalidade, longevidade, entre outros). Ambas as formas de relação com o corpo que o biopoder passou a determinar convocaram intervenções e controles reguladores, perfazendo um conjunto biopolítico de ações. Passou a existir uma “administração dos corpos” e uma “gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988a, p. 131).

Em “Nascimento da biopolítica”, Foucault (2008a) vai desdobrando diversos aspectos ao longo dos seminários a respeito da biopolítica, formando atravessadores interessantes para se refletir sobre o modo de governar uma população. Biopolítica diz respeito à maneira de racionalizar os problemas da prática governamental através de fenômenos próprios de uma população. Nesse sentido, a biopolítica tem a função primeira de estudar, prever e regular o comportamento da população num determinado território e regular o modo de vida da população.

Tratando-se de políticas públicas, podemos entender o SUAS como uma biopolítica. Nessa perspectiva, pode-se pensar que os usuários atendidos só são governáveis quando são objetiváveis, ou seja, no caso dos sujeitos de assistência, obedecendo a certas condições de sujeição e tomados como objeto de estudo e discurso. Isto significa que precisam evidenciar essas condições que o tornam sujeitos de assistência, por exemplo, através das práticas de confissão, como vimos. Esse desdobramento dos modos de subjetivação e objetivação possibilitam à biopolítica que aja sobre a sua conduta<sup>74</sup>, passe a compreender e prever seu comportamento, seja ele de consumo, de produção, de moradia, de condições de vida ou de outros através, por exemplo, de instrumentos como o Cadastro Único<sup>75</sup>.

Pode-se presumir, assim como Foucault (1988a), que o biopoder catalisou o desenvolvimento do capitalismo e, como veremos mais adiante, está intrinsecamente ligado à figura do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008a), o homem econômico como alvo de políticas – também sociais – enquanto sujeito governável. Em outras palavras, o capitalismo e a figura do *homo oeconomicus* apontam o fator econômico como ao mesmo tempo produtor e

<sup>74</sup> Como já vimos, a conduta é determinada pelo objeto, que por sua vez é determinado pelas práticas (VEYNE, 1998). Em outras palavras, a conduta depende dos modos de objetivação que se observam nas práticas.

<sup>75</sup> O Cadastro Único (ou CadÚnico, como é apelidado) é um amplo instrumento do Governo Federal que caracteriza a situação das famílias cadastradas em todo o Brasil. Tem se desenvolvido cada vez mais nos últimos anos, tendo chegado atualmente a um nível complexo de informação prestada pelo usuário. Atualmente, são 19 milhões de famílias cadastradas no país. Podem cadastrar-se famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos no total do domicílio. Famílias que tiverem renda superior a esta só poderão se cadastrar se estiverem vinculadas ou forem incluídas em programas sociais do poder público. Para maiores informações, consultar o site do MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>.

efeito dessa virada de relação com os corpos dos súditos, que foi de um direito soberano sobre o limiar entre vida e morte para uma organização em direção a uma maior produtividade em vida.

A crescente preocupação do Estado com a população – inclusive o surgimento da noção de população – é fruto de um percurso de modificações da arte de governar que, conforme Foucault (2008b), começou com a soberania (condição de totalidade) e a preocupação com o território e foi passando a considerar cada vez mais elementos de segurança, mas sem deixar de considerar o território. O soberano, dentro da lógica de poder pastoral na qual havia uma preocupação com o coletivo e uma promessa de salvação em outra dimensão, dá lugar à razão de Estado preocupada em expandir-se e, portanto, com “historicidade aberta” (FOUCAULT, 2008b, p. 347) pelo caráter indefinido que a razão de governar apresenta. Esta última tem uma atualização do poder pastoral, agora já não mais de um governo das almas, e sim, um governo dos homens.

Trata-se do reconhecimento de uma força que dizia respeito a uma existência biológica – a população, ao mesmo tempo em que foi responsável pela passagem de estudos de história natural para estudos das “ciências da vida, do trabalho e da produção”, funcionando assim como um “operador de transformação” (FOUCAULT, 2008b, p. 102). São formuladas intervenções sobre o organismo população com função de regulá-la. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988a, p. 131).

População também é definida por Foucault como correlato das técnicas de poder. A partir daí, pôde também tornar-se objeto de saber. É um conjunto de elementos que apresentam regularidades desde a condição biológica (de pertencer à espécie humana) até as especificidades de ser público, “no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” (FOUCAULT, 2008b, p. 99). População é tomada primariamente como princípio de riqueza e poder do Estado.

A população deve ser entendida aqui não necessariamente como sociedade civil, mas antes como um campo de problemáticas, talvez como um dispositivo<sup>76</sup>. Se entendermos a população como um dispositivo (uma máquina abstrata que faz ver e falar), podemos levantar dois pontos: a) devemos levar em consideração o que e através de que instrumento a população fala e mostra; b) devemos analisar se população se configura como algo, de fato,

---

<sup>76</sup> A discussão sobre o dispositivo está no capítulo sobre a metodologia e vem acompanhado da noção de analisador. No entanto, para os fins desta discussão sobre a população, consideramos a formulação de dispositivo de Deleuze: uma máquina abstrata que faz ver e falar (EIZIRIK, 2002).

abstrato. Primeiramente, parece-nos que a população fala e mostra através de instrumentos estatísticos, revelando dados biopolíticos, concernentes à sua vida e organização – vide o CadÚnico no SUAS. Esses dados são fundamentais para o Estado e sua racionalidade de governo, pois vão balizar e criar diretrizes de atuação, de governo sobre os outros.

Em segundo lugar, quanto à análise se e em que medida a população se apresenta como algo abstrato: Foucault (2008b), em sua incursão sobre a relação entre Estado e população, afirma que a população está ao mesmo tempo presente e ausente, “porém mais ausente do que presente” (FOUCAULT, 2008b, p. 369). Está ligeiramente presente na medida em que deve obediência ao Estado e também quando se questiona sobre a finalidade do Estado – é o próprio Estado<sup>77</sup>; neste caso, o povo se torna sujeito e objeto dessa felicidade. No entanto, Foucault aponta para o surgimento da noção de população mais precisamente a partir do século XVIII através de uma série de transformações, incluindo-se o exercício do aparelho “polícia”, que vai fazer surgir um novo sujeito. A população, portanto, como uma certa abstração, parece funcionar como dispositivo que visibiliza determinadas relações que serão importantes para a governamentalidade.

A arte de governar foi encontrando alguns desafios no seu desenvolvimento, tais como o paradoxo da abstração de governo sobre o território em relação à microunidade concreta da família<sup>78</sup>. Pôde-se observar que a unidade familiar, pela qual o governo passa necessariamente, não se configura como um instrumento de inteligibilidade suficiente para entender e controlar alguns fenômenos, como por exemplo epidemias. Nesse sentido, a noção de população englobou a de família como seu elemento interior, possibilitando, com isso, maior visibilidade aos efeitos específicos do corpo populacional. “A população tem suas regularidades próprias” (FOUCAULT, 2008b, p. 138) que são evidenciadas através de estatísticas e que permitem administrar uma população com sutileza, em profundidade e em detalhe, segundo Foucault (2008b).

Foucault (2002) define “polícia” como sendo um conjunto de regulamentos e instituições que asseguram as funções de ordem, enriquecimento e saúde em uma nação. Também se configura como uma linha descendente, que vai do governo do Estado à gestão da família: na medida em que o Estado é bem governado, as famílias também o são. Desse modo, as ações de governo repercutem diretamente na conduta dos indivíduos. Juntamente com a

---

<sup>77</sup> Foucault (2008b) confere ao Estado a visão dos teóricos da razão de Estado da seguinte maneira: “O Estado só se subordina a si mesmo, busca seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, não deve desembocar em nada mais que em si mesmo” (p. 389).

<sup>78</sup> Como vimos anteriormente, a família se configura como um importante núcleo micro-econômico para o SUAS, pois sua constituição e funcionamento econômico se evidenciam em instrumentos da assistência social, tais como o Cadastro Único.

pastoral cristã e as técnicas diplomático-militares, a polícia constituiu apoio para a arte de governar que foi governamentalizando o Estado.

Foucault (2008b, p. 421) coloca que a partir do século XVII, “vai-se começar a chamar de ‘polícia’ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado”. Polícia como uma tecnologia reguladora das funções do Estado, mas estando a serviço dele e de sua razão governamental, portanto. Inclusive, funda-se uma teoria sobre isso, a *Polizeiwissenschaft* (ciência da polícia, traduzido livremente do alemão para o português). Esta teoria alemã do século XVIII diz respeito à regulamentação de tudo o que vem a reforçar o Estado como tal e trazer bem-estar para sua população, mantendo sua ordem e disciplina (FOUCAULT, 2008b). Tudo o que vai produzir bem-estar da população – e isto, justamente, dar força ao Estado – é o objetivo da polícia. Trata-se da polícia como instrumento que vai regular a “coexistência dos homens uns em relação aos outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 437).

Não é à toa, parece-me, que os termos “polícia” e “política” têm a mesma origem etimológica. Ambas as noções dizem respeito à *polis*, à cidade, à vida e organização na cidade, no território, no Estado. Assim também ocorre nas línguas inglesa (*police*, *policy* e *politics*) e alemã (*Polizei* e *Politik*). Pode-se pensar, a partir dessa aproximação etimológica, que política pública seja uma maneira de instrumentalizar a função-polícia no Estado: o elemento “público” talvez trate da democratização e da expansão dos efeitos do governo do Estado sobre as famílias, garantindo, então, um reforço do Estado através desta regulação da população.

Para que o instrumento “polícia” seja integrado às atividades dos homens governáveis, esta deve ocupar-se de, no mínimo, cinco aspectos: a) o número de cidadãos/habitantes, pois quanto maior for o número, mais força a nação deverá ter, contanto que haja os recursos necessários para tantos habitantes; b) as necessidades<sup>79</sup> da vida, afinal, os habitantes precisam viver (alimentos, provisões, facilidades e incentivos na produção agrícola, entre outros); c) problema da saúde, porque se faz necessário que se criem condições propícias à saúde e ao bem-estar para que estes indivíduos estejam aptos a trabalharem e enriquecerem a sua nação; d) organizar atividade para todos para que ninguém fique ocioso – principalmente os “pobres válidos” (FOUCAULT, 2008b, p.436) e, finalmente, e) cuidar da circulação de bens e

---

<sup>79</sup> A necessidade tem uma ligação intrínseca com a razão de ser da política. Afinal, “a política não é uma coisa que tem de se inscrever no interior de uma legalidade”, pois a “necessidade emudece as leis” (FOUCAULT, 2008b, p. 351).

pessoas, afinal precisa haver um conjunto de regras que limitem e regulamentem a circulação a fim de proteger a nação de riscos externos.

A política pública talvez seja uma forma de relacionar-se com o problema do descontentamento do povo (FOUCAULT, 2008b), que é inevitável em um certo ponto. É preciso, sustenta Foucault (2008b), que se mantenha um pouco de esperança no povo, sem deixar que o seu descontentamento “chegue a tal ponto que não encontre outra saída senão a explosão na revolta e na sedição” (FOUCAULT, 2008b, p. 361). Com isso, o autor provoca a relação do Estado com a população, pois o interesse do Estado é manter-se e expandir-se, o que não seria possível, caso a população se revoltasse contra ele. Portanto, Foucault aponta para este tensionamento existente entre as ações do Estado e a população, que deve ser mantido em um nível aceitável – e produtivo, de preferência – entre o medo e a esperança: dessa forma, ela continua a obedecer, nos termos de poder pastoral que o Estado exerce e atualiza, mas sem prejudicar os objetivos estatais<sup>80</sup>.

Foucault relaciona lei, disciplina e segurança de uma forma interessante. Enquanto a lei proíbe e a disciplina prescreve, a segurança, sem proibir nem prescrever, “(...) tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (FOUCAULT, 2008b, p. 61).

Conflitos, em geral, devem ser regulados e administrados pelo Estado (FOUCAULT, 2008b), não liquidados. Esta regulação faz parte do instrumentário estatal diplomático, junto com o da guerra e da presença constante militar, que, somados, configuram proteção para a paz universal. Foucault (2008b) aponta para uma preocupação de que haja um equilíbrio não só entre as nações (política externa), como também para que sejam balanceados medo, esperança, guerra, pobreza, oportunidades, etc. na população (política interna). Com esta perspectiva, talvez se possa problematizar a função da política pública como uma atualização desse balanço diplomático estatal.

Cabe questionar a respeito de como se dá o governo desse sujeito da assistência social. Qual a racionalidade e a arte de governar que operam sobre a população atendida pelo SUAS? A seguir, algumas explanações a respeito do governo (de si e dos outros), bem como da governamentalidade.

---

<sup>80</sup> Assim como Marx (1982) postula que a tendência do capital é a sua auto-expansão, poderíamos ponderar que também o SUAS parece utilizar-se de estratégias de manutenção de si, de um mecanismo de segurança, definido por Foucault (2008b, p. 398) da seguinte maneira: como a “manutenção de uma relação de forças” e o incremento das forças para que não haja ruptura do conjunto. Entretanto, este é um assunto para outro estudo.

### 3. 4 Governamentalidade e o *homo oeconomicus*

Foucault (2010), retomando um diálogo entre Sócrates e Alcibíades, preconiza o cuidado de si como condição para o governo dos outros. É preciso ocupar-se de si mesmo, fazer um exercício de inflexão sobre si para o que os gregos chamavam de *epiméleia heautoû*: “o conjunto de condições de espiritualidade, o conjunto das transformações de si que constituem a condição necessária para que se possa ter acesso à verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 17).

A questão do governo do outros, mais precisamente a governamentalidade como um campo estratégico de relações reversíveis, convoca o sujeito a fazer uma série de operações éticas sobre si. A análise da governamentalidade seria, assim, uma análise das relações de poder na medida em que estas compõem um campo reversível de forças, ou seja, não entendidas como estáticas, cristalizadas.

A questão política e ética seria, desta forma, a maneira com que o sujeito reflete suas práticas em liberdade na condição de governável por uma certa racionalidade operante. Conhecer-se passa a ser não só uma questão ética, mas também política, pois diz respeito a uma trama das relações de poder e governo de si e dos outros. Ser governável passa a ser um dispositivo que faz o sujeito desejar conhecer-se e confessar-se dentro das relações de poder pastoral que ele experimenta.

Governo de si e governo dos outros andam necessariamente juntos, assim como processos de subjetivação (sujeito que faz experiência de si) e de objetivação (sujeito do conhecimento, governável). Afinal, o cuidado de si como uma inquietação e uma relação ética sempre diz de uma relação com o outro também. Em última análise, trata-se da experiência de sua alteridade<sup>81</sup> (ORTEGA, 1999).

O cuidado de si exige o conhecimento de si, que é o imperativo délfico “conhece-te a ti mesmo” (*gnôthi seautón*). Nessa perspectiva, a verdade que se persegue não é uma verdade universal, e sim, a verdade no sujeito. Ou melhor, aquela parte do sujeito que é passível de ser conhecida, de ser objetivável<sup>82</sup>. Trata-se do “eu”, que é vivido como uma tarefa moral, diferentemente do “si”, que é a experiência que o sujeito faz no trabalho ético (ORTEGA, 1999).

---

<sup>81</sup> Esta noção lembra como Guattari (1992 in ROCHA, 2006) define a ética: como sendo o reconhecimento da alteridade num desafio à convivência.

<sup>82</sup> Foucault pergunta: “mais precisamente, ‘converter-se a si’ não implicaria, fundamentalmente, constituir a si mesmo como objeto e domínio de conhecimento?” (FOUCAULT, 2010, p. 226).

No entanto, não só para a atuação política será necessário praticar o cuidado de si; esta prática será importante para toda a vida<sup>83</sup>, incluindo-se questionamentos sobre a morte e o morrer (FOUCAULT, 2010). A chamada *meléte thanátou* (meditação da morte), que foi muito praticada por Sêneca, possibilita que o próprio sujeito seja juiz de suas ações ante os limites da vida, ou ainda, do dia. Para Sêneca, cada dia deveria ser vivido como se fosse o último; e que o sujeito pudesse preparar-se para morrer. Nesse sentido, a morte seria uma condição de vida que justamente faz com que o sujeito se reflita e avalie, que lance “um olhar retrospectivo sobre a própria vida” (FOUCAULT, 2010, p. 454).

Veiga-Neto (2009), analisando a obra foucaultiana a respeito da governamentalidade, faz alguns apontamentos importantes: Foucault levantou, ao longo de sua obra, algumas pistas de como as práticas discursivas, presentes nas relações de poder, foram criando possibilidades de emergência da noção moderna de Estado<sup>84</sup>. Em outras palavras, de que maneira se passou da arte de governar para uma ciência política ou, ainda, da soberania para “um regime dominado pelas técnicas de governo” (FOUCAULT, 2002, p. 290).

A arte de governar gira em torno da seguinte questão, segundo Foucault (2002): como introduzir as práticas de gestão de indivíduos, bens e riquezas que são próprios da unidade familiar ao nível da gestão do Estado? Considerando-se que este governo da casa é propriamente o que a palavra “economia” quer dizer originalmente, então Foucault (2002) coloca que é precisamente esta a preocupação da arte de governar: incluir questões econômicas às políticas. Para poder governar um Estado, o governante deve primeiro saber se governar e a sua família (governo de si e dos outros), seus bens. Esta chamada linha ascendente era característica para a pedagogia do príncipe, que governava sobre um território, não necessariamente uma população (FOUCAULT, 2002).

Temos, pois, uma primeira definição de governo (do francês *gouverne*) como sendo aquele que intervém sobre os campos da economia e da população (FOUCAULT, 2002). Mas governo também significa “a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado” (LA PERRIÈRE in FOUCAULT, 2008b, p. 127), como o governo de um barco, que deve chegar inteiro até o seu destino – esta metáfora do barco foi utilizada por Platão em várias passagens da sua obra.

---

<sup>83</sup> A relação ética do cuidado de si, sendo para a vida toda, é o que para Foucault configura a estética da existência (DREYFUS; RABINOW, 1995).

<sup>84</sup> Foucault (2008b) brinca com a relação entre Estado e governamentalidade, perguntando-se se o Estado não seria somente uma forma da governamentalidade, esta sendo mais ampla: “Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 331).

Foucault (2008b) coloca três dimensões de governo: governo de si (moral), governo da família (economia) e governo do Estado (política). Nesse contexto, arte de governar seria justamente a continuidade de um tipo de governo a outro.

Existem muitos tipos de governo, sendo que a noção de governo que mais se conhece e comumente se usa atualmente – aparelho de Estado – constitui apenas uma de suas modalidades e atualizações. Para não correr riscos de um entendimento banalizado do termo, Veiga-Neto (2009) sugere que se diferencie “governo” de “governamento”. Para o autor, “governamento”<sup>85</sup> seria, pois, o aparelho centralizador que toma para si o ato de governar, a ação de governar. O governo estaria baseado em um conjunto de conhecimentos sobre o Estado que seriam necessários para o governante agir (VEIGA-NETO, 2009). Já “governo”, para Veiga-Neto (2009), baseado em Foucault (2002), seria uma noção mais ampla que estaria ligada à ideia de práticas múltiplas de agir sobre a conduta dos outros, sendo estas observadas nas relações entre professor e aluno, chefe de família e demais integrantes da família entre outros.

Governamentalidade, como foi dito anteriormente, não se refere somente à regência dos outros; é primariamente a relação consigo mesmo. Foucault (2004a) define governamentalidade da seguinte forma: “conjunto de práticas mediante as quais se podem constituir, definir, organizar e instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em liberdade, podem ter uns em relação aos outros” (p. 414). Agir sobre a ação dos outros.

Destaca-se o elemento da liberdade, para que ocorra relação consigo e com o outro. Neste sentido, o autor resgata o chamado imperativo socrático “funda-te em liberdade, mediante o domínio de ti mesmo” (FOUCAULT, 2004a, p. 415). Assim, a liberdade “é mais do que uma não-escravidão, mais do que uma liberação que tornaria o indivíduo independente de qualquer coerção exterior ou interior; na sua forma plena e positiva ela é poder que se exerce sobre si, no poder que se exerce sobre os outros” (FOUCAULT, 1984, p. 75). Em outras palavras, a governamentalidade retoma uma relação do governo de si e do governo dos outros. Também se define governamentalidade como sendo

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

---

<sup>85</sup> Veiga-Neto (2009) coloca que pode ser “governamento” ou “governança”. Enquanto o primeiro denota um sentido mais coletivo e instrumental, o segundo parece apontar mais para a ação propriamente dita ou seus efeitos. Para maiores detalhes sobre essa diferenciação que Veiga-Neto elucida, indicamos a leitura do seu artigo “Governo ou governo?” no endereço eletrônico <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art03.pdf>.

Em outras palavras, trata-se de um processo por meio do qual o Estado de justiça da Idade Média se tornou um Estado administrativo e governamentalizado.

A governamentalidade “têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (MACHADO in FOUCAULT, 2002, p. XXIII). E como a governamentalidade – como uma racionalidade de governo – está intrinsecamente ligada à população, está ligada, também, à biopolítica. E governar significa, segundo Foucault (2008a), reger a conduta dos homens com instrumentos estatais; agir sobre a ação dos homens. A partir dessa conceituação, o governo não tem em si mesmo sua finalidade, sua razão de ser; e sim, organiza todo um campo de relações no qual ações sobre ações surtem efeitos nesse jogo.

Reger a conduta dos outros na perspectiva da arte de governar remete, entre outros, à dimensão econômica<sup>86</sup>, como já foi apontado. Um dos pré-requisitos para ocorrer uma conduta econômica é que as reações não sejam aleatórias; estas precisam corresponder ao que foi pretendido. Becker (in FOUCAULT, 2008a) definia a economia como a “ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente” (p. 368). Se for sistemático, isto significa que não é aleatório; e sim, é previsível, calculável. Da mesma forma, o comportamento humano, do trabalhador, pode ser calculado, previsto e manejado. Este é o sentido da racionalidade na biopolítica.

Nesse sentido, Foucault, embasado na definição de Becker, (2008a) traz uma série de reflexões sobre a conduta econômica, criando condições para a existência do *homo oeconomicus*. O autor refere duas visões diferentes sobre o *homo oeconomicus*: a) é quem obedece ao seu próprio interesse; deixa-se que ele faça (*laissez-faire*) e, espontaneamente, os seus interesses convergirão com os dos outros; b) é quem aceita a realidade e responde sistematicamente a modificações no meio.

A economia não pode ser, por si só, a razão governamental, e sim, deve andar ao lado da política. “Isso quer dizer também que o indivíduo só vai se tornar governamentalizável, que só vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008a, p. 345). Ou seja, a conduta econômica da qual se falava acima é eminentemente um instrumento de muita valia para a governamentalidade. É através desta conduta dos homens econômicos, que seguem seus próprios interesses de produção,

---

<sup>86</sup> Quesnay (in FOUCAULT, 2008b) considera que um bom governo é um governo econômico. O que este autor frisa, para Foucault, está evidente já na arte de governar como sendo algo intimamente ligado à economia. No entanto, faz-se importante ressaltar este aspecto para os fins deste estudo, uma vez que estamos analisando de que formas a política de assistência social – que inclui mecanismos econômicos nos seus programas de proteção social – subjetiva os sujeitos usuários, e como esta relação atravessa as relações de trabalho e autonomia destes sujeitos.

consumo e troca, que se vai poder criar uma imagem de comportamento dos trabalhadores, para então, poder governá-los. O *homo oeconomicus* é considerado empresário de si, “sendo ele próprio seu capital” (FOUCAULT, 2008a, p. 311); o mesmo homem que consome é o homem que produz e, neste caso, produz também a sua própria satisfação através do consumo do que foi desejado.

Nesse sentido, entendemos que estejam sendo almejados sujeitos “empresários de si” (FOUCAULT, 2008a) tanto na economia liberal (com trabalhadores), quanto na política de assistência social (com usuários enquanto trabalhadores)<sup>87</sup>. São sujeitos que se autogerenciam e produzem sua própria satisfação; produzem-se como sujeitos autônomos, que sobrevivam no mercado de trabalho. Afinal, quando estes se tornam efetivamente homens econômicos, que produzem e estão aptos a consumirem o que produzem (o que não é automático, segundo Marx), significa que são governáveis a partir da racionalidade econômica liberal<sup>88</sup>.

E a estatística, como uma “ciência do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 134), é uma das ferramentas – e por que não dizer tecnologias – de maior confiança para a tarefa de governar a população, pois, como produção científica, produz conhecimento do Estado sobre si. Para Foucault (2008b), a estatística (do alemão *Statistik*) é totalmente intrínseca ao Estado, pois o estuda como tal.

---

<sup>87</sup> A economia liberal e a política de assistência social não são opostas ou estão dissociadas, como pode parecer nesta análise. Uma serve de condição de possibilidade para a outra emergir, reforçar-se, modificar-se, entre outros. Entendemos esse engendramento como um campo de forças no qual as relações de poder vão fazendo surgir determinadas condições de sujeição e também determinadas estratégias de manutenção, expansão, entre outros. A interdependência entre a economia liberal e a política de assistência social é o que justamente torna possível objetivar o usuário do SUAS como um *homo oeconomicus*, portanto governável dentro desta racionalidade.

<sup>88</sup> Esta discussão será retomada no capítulo sobre a autonomia.

#### **4 Trabalho e assistência social: como (um) dispositivo na produção da autonomia**

O trabalho tem sido objeto de produções e reflexões ao longo da história. Entendido como modo de produção da vida, o trabalho segue como fator crucial de problematização da produção dos modos de viver. Para além da discussão dos processos de trabalho ou do mercado de trabalho, campos já tradicionais dos estudos desta área, buscamos pensar como os modos de trabalhar e de viver podem entranhar-se, misturar-se e tecer-se em tramas complexas que podem fazer emergir percursos singulares. Deste modo, provocar os modos cotidianos de viver é deixar transparecer as produções de vida possíveis através do trabalho. E, assim, pensar o trabalho como uma produção social, histórica, capitalista, subjetiva, inscrita em jogos de poder que se redefinem nos movimentos que articulam e desarticulam capital, trabalho e subjetividade.

O trabalho como campo discursivo de encontros, inquietações, atividades, jogos de força e de poder-saber passa por uma importante fragilização. O *homo oeconomicus*, governável dentro da racionalidade socioeconômica liberal, vive a crise na qual, muitas vezes, se questiona sobre as formas de trabalho reconhecidas nos jogos de verdade que produzem as formas legitimadas de trabalhar. A partir dessa crise, alguns enunciados são possíveis. Neste estudo, nos colocamos no campo das políticas públicas de assistência social e enfocamos os lugares de trabalhadores e de usuários que se encontram como sujeitos desses enunciados justamente pelo trabalho um do outro.

Foucault sugere que se estude o “trabalho como conduta econômica”, ou seja, dentro da racionalidade econômica de governo sobre os sujeitos (FOUCAULT, 2008a, p. 307). Pode-se pensar, portanto, na categoria trabalho como um ordenamento moral que o sujeito experiencia dentro de um determinado jogo de verdade econômico. A ênfase deste estudo não está, pois, no trabalho, mas sim, nas operações que os sujeitos da assistência social realizam para conduzir-se enquanto sujeitos dessa moralidade de produção visível.

Nesse sentido, Foucault (2003) discorda da proposição hegeliana que aparece em Marx, postulando que o “trabalho não é a essência do homem” (FOUCAULT, 2003, p. 259), e sim, o homem passa a ver-se obrigado a trabalhar dentro do jogo de determinadas forças políticas que investem no corpo humano essa característica de força produtiva chamada e naturalizada como trabalho. Não só se vê obrigado, como também desenvolve desejo e prazer em trabalhar, como parece ter ocorrido em parte com os beneficiários do PAS quanto ao popular “*trecho*”.

Nardi (2006) associa a subjetividade ao trabalho como sendo a “maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho” (p. 21). De acordo com o autor, as origens latinas da palavra “trabalho” associam trabalho a castigo e sofrimento: *tripalium* (triângulo que prendia e guiava boi) e *trepalium* (instrumento de tortura de três pés); a palavra inglesa *work* vem de *werg-on* (fazer). O trabalho concebido como vocação (*Beruf/Berufung*) a partir da Reforma Protestante difere da tradição católica na qual trabalho era igual a castigo.

Contudo, como pensar este tipo de tecnologia no “trabalho” dos usuários do SUAS sobre si mesmos, no sentido de produção de outros modos de ser sujeito, de transformação e de passagem de uma prática de confissão para a construção de outras relações consigo e com os outros? Os usuários realizam um certo número de operações sobre si mesmos, sobre sua conduta ou seus pensamentos, nas relações com outros sujeitos, em um contexto que convoca constantes problematizações e reflexões. A partir desse trabalho sobre si, os sujeitos podem produzir transformações de si mesmos, pois são convocados a todo momento a criar estratégias e inventar novos modos de ser diante das normas, dos procedimentos, diante de si mesmos, das suas limitações e potências e dos demais sujeitos.

De acordo com Tittoni (2007), trabalho pode ser definido como um campo no qual o sujeito opera determinados saberes legitimados por relações de poder na formação capital-trabalho. Este campo constitui-se de “infinitas possibilidades de articulação das fontes naturais e sociais que possibilitam a utilização da potencialidade criativa humana para a produção da vida (criação) e de sua manutenção (sobrevivência)” (TITTONI, 2007, p. 95).

Durante uma reunião de equipe da qual participei para falar um pouco da minha proposta de pesquisa à equipe do CRAS, falou-se de um pedido que a Secretaria<sup>89</sup> teria feito aos técnicos no período de alojamento que estava ocorrendo na cidade: de que deveriam ficar de plantão através dos seus telefones celulares também nos finais de semana. Uma das técnicas teria se negado a isso, alegando que não concordava que se tomasse esta medida quando ela não enxergava outras – preventivas – ocorrendo paralelamente. “*Dizem que a assistência é o eixo transversalizador das outras políticas... mas isso significa que temos que dar conta de tudo? Da educação, habitação, saúde, segurança pública?*”. E em outro momento também a seguinte fala: “*o SUAS tem um palavreado bonito, mas a prática ainda tem sido assistencialista*”.

---

<sup>89</sup> Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (SACIS).

Quase todos os trabalhos mais pontuais (auxílio-funeral, requisição de documentos, distribuição de alimentos e roupas, entre outros benefícios eventuais) são realizados por assistentes sociais, como levantou a equipe. O que isto quer dizer com relação ao seu trabalho? São os assistentes sociais, por se confundirem com a assistência, que puxam o trabalho, e isto ocorre através de instrumentos administrativos muito visíveis, tais como cadastros, encaminhamentos escritos, pareceres, solicitações de documentação, entre outros.

Unindo-se esta problematização com outra feita na mesma reunião – que quase só conseguem discutir encaminhamentos mais pontuais e administrativos em detrimento de, por exemplo, discussões de caso – pode-se pensar novamente no elemento de visibilidade do trabalho no SUAS. O modo como a política está sendo atualizada está privilegiando um determinado saber-fazer técnico possível e passível de ser bem enxergado em papéis, fichas, cadastros, números e tabelas para os relatórios encaminhados aos órgãos superiores. A política se efetiva no avanço desses números, sim. Mas, com certeza, tanto trabalhadores quanto usuários do SUAS estão apontando também para outras formas – necessárias ou possíveis – de relação com essa política, talvez ainda invisibilizadas.

Torna-se ainda mais interessante essa discussão, se considerarmos que foram assistentes sociais que provocaram esta análise de implicação na equipe. Isto pode apontar para um deslocamento da visibilidade do trabalho como um analisador. Que outras formas de trabalho existem, são importantes no sentido de constituir parte do acompanhamento das famílias no território e que talvez não estejam tão visíveis? Ou que possam se tornar visíveis à medida que puderem emergir também outros instrumentos que possibilitem essa visibilidade? Ficou claro que a equipe demandou em diversos momentos, também fora do espaço de reunião, o pensar sobre a política de assistência, sobre seus objetivos, possibilidades, impasses e utopias.

Também surgiram algumas falas importantes e analisadoras sobre o trabalho no SUAS. Uma técnica pergunta: *“precisa ter o SUAS para trabalhar o que a gente trabalha?”*. Entendo que esta pergunta se refira ao grau de autonomia que os trabalhadores têm de manejar a partir do código do SUAS, ou seja, trata-se aqui de pensar a relação ética que os trabalhadores têm com este jogo de verdade chamado SUAS.

Não é por acaso que, muitas vezes, a equipe se sentia sobrecarregada ao passo de não conseguir visibilizar seu trabalho, parecendo que não tinha feito quase nada durante o semestre ou ano. As relações de poder nas quais o “não fazer nada” ganha uma certa visibilidade – e talvez até provoque um jogo de acomodação-desacomodação – podem estar subjetivando os sujeitos envolvidos na política de assistência de tal modo, que não consigam

experimentar uma transformação de si, não consigam estranhar-se neste lugar e habitar novos lugares. No entanto, sabem que muito do que fazem fica invisibilizado.

Castel (1998) pensa o trabalho para além de uma relação técnica de produção: como um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24). O trabalho ocupa, portanto, uma posição social histórica e central, conforme Castel (1998) e Lazzarato e Negri (2001), sendo que uma série de operações sociais-assistenciais foram sendo organizadas pelo Estado afim de que pudessem dar conta de manter uma certa organização do trabalho. Dessa forma, havia “repressão da vagabundagem, obrigação do trabalho, controle da circulação da mão-de-obra” (CASTEL, 1998, p. 31). Tal organização do trabalho começa a ser ameaçada na sociedade industrial por aqueles que não encontram lugar de trabalho, sendo necessárias intervenções públicas do Estado sobre esta população desfilada<sup>90</sup>. Nasce uma forte vinculação histórica entre os campos do trabalho e da assistência social.

Outro aspecto da associação histórica entre trabalho e assistência social que Castel (1998) aponta em seus estudos é a noção da população considerada “incapaz” de trabalhar e prover seu próprio sustento na sociedade pré-industrial – são idosos, crianças órfãs, viúvas, doentes, entre outros. As origens das incapacidades podem ser múltiplas (gênero, idade, situação de saúde, etc), mas o tratamento era o mesmo: pela chamada “teoria da desvantagem” (CASTEL, 1998, p. 42), entendia-se estas pessoas como necessitadas e potenciais atendidos pelo social-assistencial, justamente em função de um não-trabalho. “Desde que consiga fazer reconhecer<sup>91</sup> sua incapacidade, o indigente pode ser assistido, ainda que, na prática e amiúde, esse tratamento se revele insuficiente, inadequado, condescendente e até mesmo humilhante” (CASTEL, 1998, p. 42).

Além destes, havia os chamados capazes de trabalhar, mas que não trabalhavam. Porém, como não comprovavam incapacidade, eram rechaçados também pela assistência, vagando em uma situação contraditória (CASTEL, 1998).

O autor coloca que na história da assistência enquanto prática sempre se considerou a proximidade geográfica, o território e a relação dos indivíduos com as suas redes – primárias ou secundárias. Com esses elementos, “a participação na assistência é feita pela combinação

---

<sup>90</sup> O autor prefere usar os termos “desfiliação” e “invalidação social” ao termo “exclusão”, que, segundo ele, teria caráter estanque e não daria conta de falar do processo, dizendo apenas do estado de privação. Já desfiliação seria o processo pelo qual a existência e proteção de um indivíduo inscrito familiar e socialmente não estão garantidos (CASTEL, 1998).

<sup>91</sup> É preciso dar a ver a situação de miséria no corpo do indivíduo; quanto mais sinais de pobreza se podiam reconhecer no corpo do mendigo, por exemplo, mais chance ele tinha de ser auxiliado por entidades eclesiais na sociedade pré-industrial, segundo Castel (1998). Eis novamente o jogo de visibilidades presente na vinculação entre trabalho (ou melhor o não-trabalho) e a assistência social, que perdura até os dias de hoje.

de uma relação com o trabalho e de uma relação com a comunidade” (CASTEL, 1998, p. 89-90).

“Presos entre a obrigação de trabalhar e a impossibilidade de trabalhar segundo as formas prescritas” (CASTEL, 1998, p. 118), poder-se-ia acrescentar legitimadas e verificadas pelo jogo de verdade capital, o autor levanta a questão do lugar de quem parece “livre” no sentido de estar disponível para o trabalho, assim como sugeriu Marx (1982) com a expressão “exército industrial de reserva”, e carece, ao mesmo tempo, de muitos recursos. A partir dessas concepções, pode-se considerar trabalho e assistência, vinculados historicamente, como um dispositivo. A seguir, algumas definições de dispositivo.

Foucault (2002) analisa a função metodológica que o dispositivo pode conter. Para o autor, dispositivo demarca um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2002, p. 244). Trata-se de elementos ditos e não-ditos que formam uma determinada rede de jogos, posições e funções.

O autor também entende dispositivo como uma resposta dada em certo momento histórico a uma certa urgência, adquirindo uma função de controle e dominação sobre tal urgência<sup>92</sup>. Em termos estratégicos, Foucault (2002) considera que o dispositivo englobe principalmente duas funções: a) sobredeterminação funcional e b) perpétuo preenchimento estratégico. Enquanto na primeira função, trata-se de uma articulação entre os diferentes elementos com seus diferentes efeitos dispersos, na segunda, os efeitos de uma determinada intervenção são estrategicamente redirecionados para produzir outros efeitos. Dessa forma, Foucault atribui ao dispositivo o objetivo estratégico de intervir e manipular uma certa relação de forças existentes em um contexto. O dispositivo sustenta, com isso, determinados tipos de saber, ao mesmo tempo em que é circunscrito por eles, pois “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 2002, p. 246).

Ainda segundo Foucault e, mais tarde, Deleuze (1990; EIZIRIK, 2002), dispositivo se configura como uma máquina abstrata que faz ver e falar – são as curvas de visibilidade e de enunciação. Cada dispositivo tem seu próprio regime de visibilidades e invisibilidades, criando seu objeto naquele momento em que o torna visível. Ele é constituído de linhas múltiplas de força que ora afirmam, ora produzem descontinuidades (DELEUZE, 1990). A

---

<sup>92</sup> Aqui apontamos que a noção de dispositivo possa ser desdobrada e aprofundada, talvez em um futuro estudo, com relação à sua função de estar à disposição do grupo para as análises no âmbito institucional.

“produção de subjetividade” (EIZIRIK, 2002, p. 69) pode ser considerada um dispositivo, pois, segundo Deleuze (1990), é provocada por dobras das linhas de força sobre si mesmas, tensionando um “si mesmo”. Isto remete à suspensão de universais trabalhada por Foucault em suas pesquisas genealógicas: cada dispositivo produz-se em uma relação única de linhas de força, podendo existir variações múltiplas que se atualizam o tempo todo.

Para os fins deste estudo, levantamos a questão se o dispositivo composto de trabalho e assistência social pode produzir autonomia nos sujeitos assistidos. Antes faz-se necessário uma incursão sobre algumas questões que levantamos acerca da autonomia.

#### 4. 1 As autonomias dentro da lógica de heteronomia

Uma das racionalidades políticas mais conhecidas de governo é o liberalismo. Este é indissociável da biopolítica. O liberalismo não é nem uma teoria, nem uma ideologia; é uma prática, uma maneira de fazer, uma racionalização que obedece à regra interna da economia máxima. É um método de racionalização do governo. E governar, como vimos, significa reger a conduta dos homens com instrumentos estatais; o governo não tem em si mesmo sua finalidade, sua razão de ser. Mas ele age sobre a ação dos homens (FOUCAULT, 1979).

O princípio do liberalismo é justamente o que segue: “sempre se governa demais” (FOUCAULT, 1979, p. 433). No sistema liberal, não se admite intervenção do Estado, pois se subentende que o mercado é autorregulatório. Ou seja, adotando-se a racionalidade liberal de governo, assume-se, ao mesmo tempo, que é esta racionalidade que vai ditar as regras de funcionamento político e econômico.

Esta sensação moderno-liberal de que sempre se governa demais parece-nos ser herança do efeito histórico da biopolítica como “tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1988a, p. 135). O efeito da ação biopolítica é sentido na normatização e nas regulações sobre vida em sociedade.

Pode-se considerar, a partir dos pressupostos foucaultianos acima, que as políticas públicas de assistência social fazem parte da biopolítica do governo, desse modo de esquematizar certos problemas – de cunho social – e apontar uma racionalidade possível para governar a população com tais necessidades (ou faltas). Se isto equivaler a uma forma de controle da população, da sua conduta, então se poderia concordar com Lazzarato e Negri (2001) que a carteira de trabalho ainda é um instrumento de controle no Brasil, pois fala de uma identidade de trabalho formal, dentro da lei. A assistência social estaria, assim, convergindo com o modelo formal de mercado de trabalho, promovendo ações de políticas de trabalho que resultem em emprego por carteira assinada<sup>93</sup>.

A assistência social prevê, entre outros, o desenvolvimento de autonomia. Se tomarmos a noção de autonomia no âmbito do pensamento liberal<sup>94</sup>, no qual esta se inscreve com facilidade no contemporâneo, pode-se pensar se seria possível conciliar, então, essa

<sup>93</sup> Boschetti (2005 in CALVETE; COUTO, 2009) assinala que o fato de voltar ao mercado de trabalho por si só não constitui condição para não mais ser acompanhado pela política de assistência social. Antes pelo contrário, pois a precarização das relações de trabalho trouxe consigo uma diminuição dos valores pagos, sendo necessária complementação de renda para uma vida digna, segundo o autor.

<sup>94</sup> Para aprofundar a discussão sobre o pensamento liberal e as políticas públicas, buscar artigo de Denise Gros de 2004 da Revista Brasileira de Ciências Sociais (fonte: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009)), visto que, neste estudo, não aprofundaremos esta discussão.

intervenção do Estado (através das políticas de assistência social) com os princípios do mercado neoliberal através de um eixo em comum, a autonomia. Mesmo que a assistência social coloque sua ênfase na convivência social e no coletivo, ela acaba por reforçar também um mecanismo de valorização do sucesso individual, caso o beneficiário de sua política consiga assinar sua carteira, por exemplo, e, com isso, deixe de ser público atendido por ela.

Dentre os documentos legais da política de assistência social que analisamos quanto ao contexto em que o termo “autonomia” relacionada aos usuários<sup>95</sup> emerge, estão a LOAS (BRASIL, 1993), a NOB-RH SUAS (BRASIL, 2006), a NOB SUAS (BRASIL, 2005), a Lei do SUAS (BRASIL, 2011) e a PNAS (BRASIL, 2004). Destes, a PNAS e a NOB SUAS são as que mais referenciam o termo autonomia, associando-o a determinadas condições dos usuários.

De maneira geral, a autonomia aparece como um valor a ser respeitado, mesmo que temporária ou permanentemente ausente<sup>96</sup>, como algo a ser desenvolvido no sujeito, a ser exercido através da transferência de renda, como segurança de sobrevivência ao lado do rendimento, restaurado, conquistado como auto-organização, oposto à tutela e ao assistencialismo e próximo da resiliência, da sustentabilidade, da liberdade, do protagonismo e da independência, localizado no núcleo familiar, objetivado por ações de proteção social e presente na construção de projetos pessoais e sociais. Como se pode observar, a noção de autonomia a partir destes textos legais remete a importantes aspectos, tais como: a) por vezes, trata-se da autonomia que o usuário já traz consigo e que deve ser respeitada, desenvolvida, restaurada, entre outros; b) em outros casos, a autonomia aparece como um objetivo a ser alcançado<sup>97</sup> e introjetado nos projetos pessoais dos usuários por meio das políticas de assistência, incluindo-se a transferência de renda, mas não só esta. Ou seja o viés econômico não é o único que diz da autonomia; mas ele também faz parte do grande projeto de emancipação que a política prevê.

Interessou-nos pensar como a autonomia aparece, opera, se visibiliza nas práticas da assistência social, ou seja também nos discursos, para então ligar-se a possíveis conceitos estudados ao longo da pesquisa. Isto significa que não partimos dela como um conceito *a priori*. Por exemplo, um primeiro ponto que chamou nossa atenção foi a autonomia ser, entre

<sup>95</sup> A autonomia também é citada quanto à gestão administrativa, financeira, fiscal dos entes federados e de cada esfera de governo, além da autonomia dos usuários.

<sup>96</sup> A NOB SUAS (BRASIL, 2005) especifica que alguns indivíduos que não apresentem autonomia constituem demanda para atendimento psicossocial.

<sup>97</sup> Como bem apontam Rocha e Aguiar (2003), se a autonomia aparece como um valor a ser alcançado, está-se considerando a prática de liberdade como algo externo, fora das circunstâncias. Nesse caso, para Foucault (1995b), sem liberdade como condição ontológica para as relações de poder, para a ética e para o sujeito, trata-se de outras relações: por exemplo, de dominação e violência.

outros, condicionada à transferência de renda para ser exercida. Isto remete-nos à ideia anteriormente explanada do *homo oeconomicus* e do sujeito “empresário de si” (FOUCAULT, 2008a). Aqui a ideia de autonomia está intrinsecamente ligada à condição de sujeição da governamentalidade sobre indivíduos produtivos e consumidores que se auto-gerenciam e produzem sua própria satisfação no mercado. O viés econômico da transferência de renda, nesta perspectiva, é o que possibilita que os usuários sejam governáveis na lógica capital. De fato, em comparação a quando os usuários do PAS, por exemplo, recebiam auxílio em forma de rancho ou cesta básica, tanto gestor quanto profissionais e beneficiários parecem concordar quando apontam para uma maior autonomia no cenário atual, pois os beneficiários recebem o valor em dinheiro.

Este exemplo suscita a questão da escolha e da liberdade, geralmente associadas à autonomia. Entender autonomia como algo da ordem da liberdade já se configura como um dispositivo que poderia ser analisado. Afinal, historicamente como a “liberdade” passa a significar uma norma que rege a conduta do indivíduo?

A liberdade é um tema caro ao sujeito. Foucault (2010), baseado em um texto de Sêneca, afirma que ser livre é fugir da servidão. É preciso ocupar-se de si mesmo, cultivar-se, ter-se como objetivo a si próprio diante dos olhos. O eu se torna algo que deve ser protegido, respeitado, honrado, sendo “preciso libertar de tudo o que pode sujeitá-lo”<sup>98</sup> (FOUCAULT, 2010, p. 243). Deve-se fugir da servidão de si mesmo, que é definida por Sêneca como a mais grave e pesada das servidões humanas. Todos estão sujeitos a esta luta contra a escravidão de si. E esta luta, na Grécia Antiga, incluía vencer as paixões, não ceder às tentações, fixar-se o próprio espírito como objetivo e preparar-se para a morte. Liberdade como uma análise crítica da condição de sujeição que atualiza o sujeito como um efeito de jogos de força, mas com possibilidade de transformação dessa condição de sujeição, principalmente por olhar para si, fazer o exercício de flexão de si sobre si para conhecer-se e a suas servidões.

Bauman (2003), na discussão sobre individualidade moderna ambivalente (entre a segurança e a liberdade), define liberdade como sendo “a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado, e muito menos desfazê-lo” (BAUMAN, 2003, p. 26). Isto poderia assemelhar-se ao que Foucault (2004a) chama de práticas de liberação, que constituem apenas uma parte das práticas de liberdade. Foucault (2004a) as diferencia da seguinte maneira: enquanto as práticas de liberação são práticas mais pontuais e emergenciais que podem ocorrer, tais como

---

<sup>98</sup> Parece-nos que aqui Foucault cria uma espécie de armadilha, pois se está justamente sujeito à luta contra toda forma de sujeição. Porém Foucault não parece resolver nem aprofundar este aparente paradoxo.

a transferência de renda, que provoca uma certa “liberação” do sujeito beneficiário a consumir o que desejar e, com isso, pertencer aos governáveis homens econômicos, as práticas de liberdade dizem respeito à ética, à prática de si; só são possíveis em um campo onde não há relação de dominação e de violência. Há um determinado espaço de liberdade dentro e a partir do qual as relações de poder acontecem. Assim, as práticas de liberdade dizem respeito a todo um campo que constitui as relações de poder (e não de dominação), dando-lhes condições de emergência e arranjo continuamente, ao mesmo tempo em que as práticas de liberdade são agenciadas pelas relações de poder.

Partindo do pressuposto foucaultiano de que sujeitos emergem das relações de poder e que, portanto, trata-se de sujeitos livres para agir, podemos considerar que também a autonomia como uma prática está condicionada a como as relações de poder ocorrem e se atualizam. Isto é depender sem ser escravo, pois “descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, 1998, p. 44). Esta proteção pode ser entendida como o enquadre que as relações de poder operam nos sujeitos: ao mesmo tempo em que os consideram livres, também os constituem. A partir daí pode-se considerar a autonomia sendo possível e regulada por heteronomias, ou ainda, por autonomies de outra ordem. Estas autonomies pertencem a outros jogos de verdade que se cruzam com os jogos atuais analisados. Podemos considerar o jogo entre autonomia e heteronomia semelhante ao de governo de si e governo dos outros, ou seja, como lógicas que caminham juntas, pois uma diz necessariamente respeito à outra. Nesse sentido, não há como reger-se a si próprio, governar-se a si mesmo sem que isto esteja ligado a como os outros são governados em sua conduta.

Outra possível abordagem é considerar a autonomia entre os jogos de confissão e a chamada *parrhesía* ou o franco falar (FOUCAULT, 2010). Com a discussão da biopolítica realizada anteriormente, fica mais claro que não é o trabalhador da assistência social que quer que o usuário se confesse, e sim, esta é uma lógica operacionalizada pelo SUAS. Mas o SUAS parece também querer que o sujeito pratique a *parrhesía*, pois seu interesse é que haja uma coincidência/adequação entre o sujeito da enunciação (que declara informações ao cadastro único) e o da conduta (como de fato vive, de quanta renda dispõe, etc), adequação esta que se configura como uma das funções da *parrhesía* (FOUCAULT, 2010). Ocorre o que o autor chama de comprometimento entre ambas as posições, pois no “momento em que diz ‘eu digo a verdade’, compromete-se a fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta, uma conduta que obedece ponto a ponto à verdade por ele formulada” (FOUCAULT, 2010, p. 365).

*Parrhesía* é uma técnica “que permite ao mestre utilizar como convém, nas coisas verdadeiras que ele conhece, o que é útil, o que é eficaz para o trabalho de transformação de seu discípulo” (Foucault, 2010, p. 216). É um campo de liberdade, dentro dos jogos de verdade, que pode permitir ao sujeito usar o que lhe convém – em termos de conhecimentos sobre si e sobre o mundo – e o que for necessário para que ele se transforme. Isto é precisamente uma prática de si, trabalho (ético) de si sobre si.

Os elementos de confissão, diz Foucault (2010), não são operadores; são instrumentais. “Não têm valor espiritual” (FOUCAULT, 2010, p. 326). *Parrhesía* significa poder dizer tudo, aberta e francamente. Diz-se tudo que é útil e verdadeiro sobre si e entende-se a *parrhesía* como uma qualidade moral que se espera do sujeito que fala. Mas também funciona como um ordenamento necessário ao discurso – principalmente filosófico –, pois se exige que haja uma lógica ordenadora no que se diz (*lógos e lexis*).

*Parrhesía* pode ser pensada como uma ética e uma moral, ao mesmo tempo uma técnica e uma arte. São “regras da formulação do discurso de verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 329). Trata-se da atitude moral junto com a técnica; ambos são necessários para compor um discurso verdadeiro para a “constituição de si mesmo como sujeito de soberania sobre si mesmo e sujeito de verificação de si para si” (FOUCAULT, 2010, p. 334). Não deve ser uma fala lisonjeira (discurso falso e que cria dependência), nem colérica e nem retórica (como uma arte de persuadir); esta última apenas à medida que o sujeito utilizar-se das regras retóricas para dizer verdadeiramente de si – aqui ele goza de um campo de liberdade. Diferentemente da lisonja, a *parrhesía* cria condições de, ao falar-se abertamente ao outro, constituir uma relação consigo mesmo que seja independente e satisfatória. O objetivo da *parrhesía* como fala franca ao outro é, pois, criar condições para que o sujeito discípulo não necessite mais do discurso do outro/mestre, justamente porque este discurso foi verdadeiro e teve efeito de verdade sobre o sujeito.

Talvez esta definição ajude a pensar sobre autonomia no contexto da assistência social: de que forma a prática da *parrhesía* pode operar na relação entre o sujeito e os elementos que o objetivam como usuário do SUAS para que ele possa se constituir com outras condições de sujeição para além desta? A *parrhesía*, pois, como uma possibilidade de autonomia da qual a lei do SUAS trata: é preciso trabalhar na direção de libertar as famílias da própria intervenção. Porém, ao contrário do que Foucault (2010) aponta como necessário para a *parrhesía*, na política de assistência social não se trata de agir generosamente e sem interesses no exercício da *parrhesía*; ambos (profissionais e usuários) parecem ter interesses.

Foucault (2010) aponta que precisa haver todo um contexto para que se possa praticar a *parrhesía* como discurso de verdade: a ocasião ou circunstância (*kairós*), a capacidade de os ouvintes conseguirem compreendê-la, as regras de prudência de quem fala, as condições de possibilidade de poder dizer algo verdadeiro em determinado momento, em determinada situação. Com esta formulação, talvez se possa pensar na existência de jogos entre a confissão e a *parrhesía* nas relações entre usuários e trabalhadores do SUAS, já que o sujeito que fala verdadeiramente de si, de sua situação atual, escolhe falar de tal aspecto que julga ser pertinente naquele momento para o técnico avaliar suas condições. Em outras palavras, dentro das práticas de confissão, é possível haver um jogo de liberdade no qual se possa dizer de si mesmo e somente o que o sujeito tiver condições e interesse para tal. Isto aponta, ao nosso ver, para uma possibilidade de escape das práticas de confissão, antes entendidas como um imperativo. No entanto, há de se perguntar se durante as práticas de confissão, é possível ao sujeito que realmente tenha espaço para constituir-se a si próprio e prescindir do outro/mestre/técnico/política pública.

Uma possível formulação da autonomia neste contexto dos jogos de prática de confissão e *parrhesía* poderia ser visibilizar as não-coincidências que possam surgir entre sujeito da enunciação e sujeito da conduta na relação com a política de assistência social. Isto significaria ir para além da *parrhesía* na relação com o usuário da política, algo que, por exemplo, o sujeito pesquisador pode fazer emergir e estranhar no serviço de atendimento, bem como nos grupos entre outros.

Talvez se possa pensar a autonomia também em uma relação ética através da maneira como o sujeito tem possibilidades de resistência e liberdade de refletir práticas a partir das relações de poder que o constituem como sujeito. Dentro da perspectiva foucaultiana de que a governamentalidade neoliberal se opera sobre homens livres e econômicos, pode-se pensar em como esse sujeito consegue refletir sobre sua condição de homem livre e econômico e, portanto, governável. Assim a autonomia poderia ser pensada como a própria possibilidade de reflexão crítica das práticas de governamentalidade que situam o sujeito em um determinado lugar – por exemplo, de assistido socialmente. Isso inclui, necessariamente, uma reflexão do sujeito com relação às instituições que o circunscrevem e aos aparelhos institucionais operantes aos quais o sujeito está ligado, como, por exemplo, a rede socioassistencial.

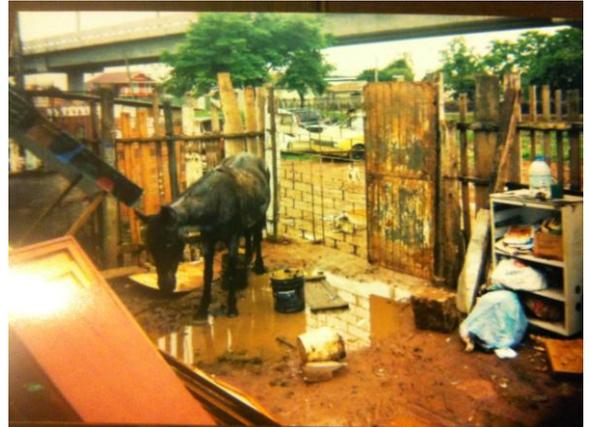
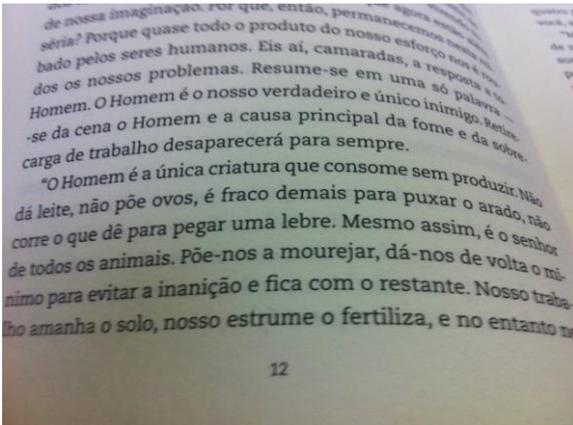
Entendemos, dessa forma, que não existe uma única experiência de autonomia e tampouco consideramos a pergunta binária se um sujeito é ou não autônomo, e sim, de que forma o sujeito exerce suas autonomias dentro de um jogo de heteronomias. Dessa maneira, a pergunta que nos fazemos sobre autonomia poderia traduzir-se em chegar à pergunta ética:

pensar sobre sua própria vida, como sugeriu o Secretário, e o que estamos fazendo aqui, como sugeriu o grupo do PAS, e isto tudo a partir de determinadas práticas de liberação – saúde, renda, habitação, educação, etc. Assim, a “luta pela autonomia, enquanto tomada de consciência, cede lugar à afirmação do poder das experiências, através das quais os agentes sociais se reconhecem e são reconhecidos nos tempos e espaços diferenciados que os compõem” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 68).

Desta forma, pode-se pensar que enquanto o trabalho e a assistência social estiverem funcionando juntos como um dispositivo na relação com os usuários da assistência, a autonomia estará circunscrita em um modelo de heteronomia no qual o tensionamento entre as práticas de confissão e a *parrhesía*, operadas na assistência, objetivam o limite do campo de liberdade: o discurso do usuário começando como subjugado ao do outro/mestre/técnico. Quando o campo de trabalho é abordado de dentro do campo da assistência e quando começam a existir algumas não-coincidências entre o sujeito usuário verificado no regime de confissões e o sujeito ético, reflexivo sobre sua condição de sujeito livre em meio às relações de poder construídas em ambos os campos, talvez se possa falar de autonomia do sujeito usuário. Aqui a autonomia pode ser também relacionada à produção de singularidades (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que surgem como efeito de processo de ruptura do que está cristalizado e das evidências, como veremos na discussão sobre a acontecimentalização.

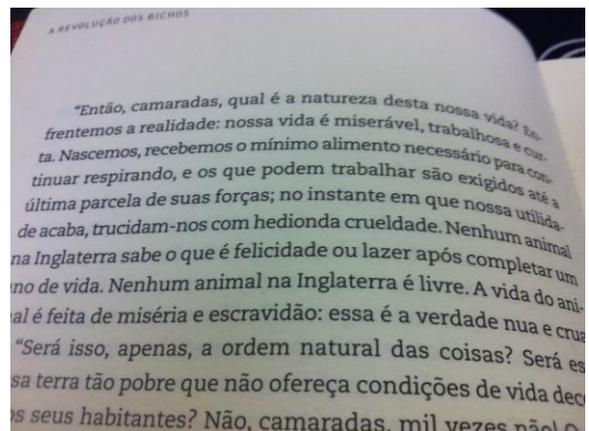
## NARRATIVA DA FÁBULA DO CAVALO

Estas fotografias já contêm uma mistura de olhares; algumas foram produzidas por mim, outras pelos beneficiários do PAS. O encontro de olhares e intervenções produziu uma mescla inesperada de histórias, cores e borrões. Eis alguns desses textos.

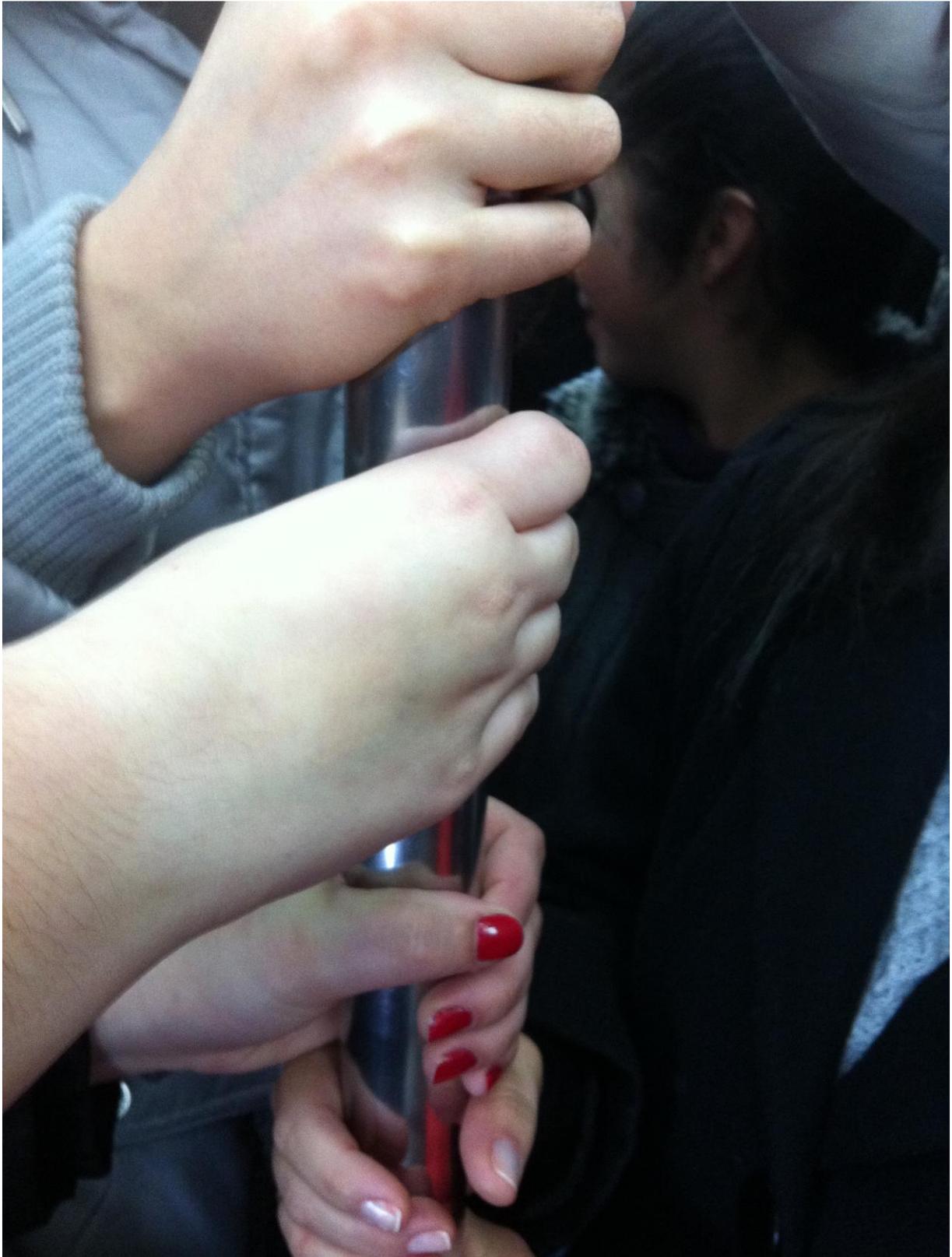


Fotografia do livro "A revolução dos bichos" (ORWELL, 2000).

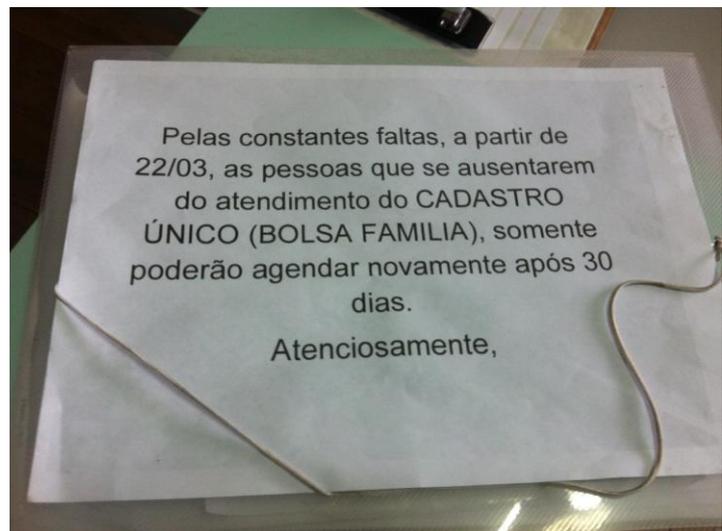
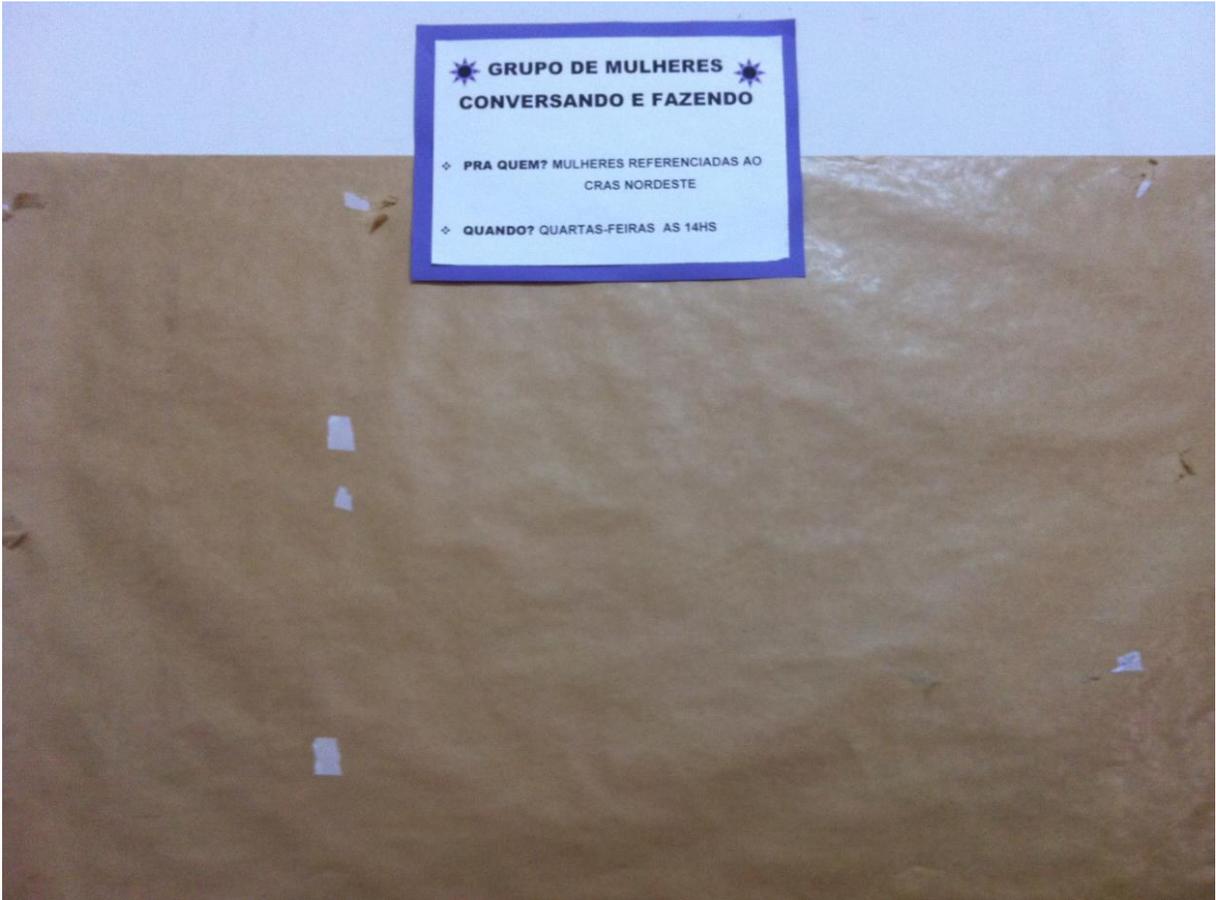
*"Falsa foi meu terceiro. Já perdi as contas das minhas dívidas. No final, já estava fraquinha, com a pata machucada... acho que de tanto trabalhar, né? Que nem nós."*



*"É olho grande que botam na gente. Não pode ter uma carroça melhor, que já tão querendo também. Esses dias, o eixo da minha carroça partiu no meio, só que era de ferro! Vê se isso não é olho grande?"*



*“Quando os outros estão na pior, eu reparto as minhas coisinhas... quero ver quando eu estiver mal. Hoje eu recebi. É só alegria! Por isso, comprei essas bolachas aqui.”*



*“Não estamos fazendo nada aqui...”*





## 5 O pesquisar

Pesquisar o que é? Essa é uma pergunta que tem me acompanhado durante o percurso de mestrado e sobre a qual eis algumas considerações que pude fazer até então. O pesquisar pode ser entendido como uma experiência. Foucault (1984) refere que a experiência diz respeito a algo da ordem de uma transformação; prática que transforma. Quem se transforma? Ou o que é transformado? Parece-nos que a transformação, no sentido da experiência como transformadora de si, dá-se no sujeito, ou seja, envolve as condições de objetivação e sujeição no campo em que se intervém. A transformação de si, podemos dizer, refere-se a como se tem possibilidades de modificar seu campo de relações. Trata-se do sentido do que constitui esse sujeito, de tudo que o circunscreve, o assujeita, o permite emergir como tal.

Podemos considerar a própria noção do conjunto pesquisa (campo, problemática, hipóteses, leituras teóricas, entre outros) uma experiência: para algo ser considerado um campo, já há uma abstração e uma transformação em um jogo de verdade – a discursividade científico-acadêmica. Assim sendo, o pesquisador não existe sem estes elementos se compondo, sem historicidade e sem jogos de força que produzem a pesquisa como efeito desses jogos. Faz-se pesquisador no tecer dessas relações em ação. Também o sujeito pesquisador entra em determinados jogos de verdade, produzindo eticamente outros jogos dentro desses e deixando afetar-se subjetivamente por eles.

Desse modo, o sujeito produz e reproduz as discursividades nas quais entra, opera, sendo que elas são atualizadas e modificadas na relação com grupos, em diversas situações e vivências, ora visibilizando alguns aspectos das relações de poder atuantes, ora invisibilizando-os, colocando outros aspectos em análise. Isto diz de uma relação ética com a prática: refletir sobre os discursos (práticos) em liberdade.

Segundo Foucault (2008b), “nenhum método deve ser, em si, uma meta”; o método deve ser adotado “para nos livrarmos dele” (FOUCAULT, 2008b, p. 160). De igual forma, há de se pensar os caminhos e modos a partir dos quais se colocam determinados elementos em análise. O autor aponta menos para uma questão de método do que para uma maneira de “fazer o suporte das coisas girar pelo deslocamento de quem as observa” (FOUCAULT, 2008b, p. 160). Esse deslocamento produz efeitos importantes para as relações de poder, que vão se mostrando instáveis à medida que são desinstitucionalizadas genealogicamente.

## 5. 1 A escrita de si como uma experiência

Para pensarmos a escrita de si como uma experiência na pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre alguns elementos importantes, tais como implicação, autoficção, diários, tipos de texto e hypomnêmata. Começamos pela breve discussão sobre implicação, já iniciada nos capítulos iniciais deste estudo.

Lourau (ALTOÉ, 2004) coloca que o termo implicação tem sido usado seguidamente como “comprometimento”, ativismo, identificação, investimento, julgando e correspondendo religiosamente a uma espécie de “presença no mundo” (ALTOÉ, 2004, p. 187). E, mesmo que movimento de implicacionismo não corresponda ao que originalmente foi pensado para a noção de implicação na Análise Institucional, não se trata de abandonar o termo, e sim, admitir que o conceito “trabalha”, assim como a madeira (ALTOÉ, 2004).

O autor sugere, neste contexto, o termo “sobreimplicação”, querendo significar a demanda, no senso comum, de implicar-se – enquanto envolver-se – mais nos processos sociais, como um sobretrabalho do cidadão, produzindo estresse, doença e mais-valia<sup>99</sup> de sua subjetividade. Lourau, no entanto, aponta que não é a quantidade ou qualidade de participação que diz da implicação; implicados estamos todos (ALTOÉ, 2004; BARROS, 2007). Tampouco diz respeito à redução do impacto que determinados aspectos têm sobre a vida do pesquisador ou, ainda, a uma vaidade de se fazer conhecer (BARROS, 2007). O que importa é analisar os lugares que se ocupam constantemente sob um viés ético-político (ALTOÉ, 2004).

A implicação configura um nó de relações que deve ser analisado individual e coletivamente, geralmente se apresentando como uma tarefa dolorosa. Para o sujeito pesquisador, por exemplo, a análise de implicação deve levar em conta os jogos de verdade acadêmicos que autorizam, possibilitam e demandam determinados textos. Trata-se de uma análise coletiva das condições de pesquisa (ALTOÉ, 2004). Lourau (ALTOÉ, 2004) divide a implicação do pesquisador em dois tipos: a) primária (do pesquisador com relação à sua intervenção, ao seu local de pesquisa e demandas criadas socialmente) e b) secundária (epistemológica e de escrita ou exposição da discussão).

Quanto à implicação secundária, considerando-se esta escrita atual, podemos pensar: que relação é possível de se constituir com o que escrevemos? Ao que nossa escrita nos remeterá em outros tempos? Dissertar uma dissertação. Escrever é, de certo, uma ação.

Pode-se entender a escrita como uma “abertura de um espaço onde o sujeito que

---

<sup>99</sup> Lourau utiliza termos marxistas para clarificar um processo que considera de “exploração da objetividade do homem no trabalho alienado” (ALTOÉ, 2004, p. 189).

escreve não pára de desaparecer” (FOUCAULT, 1969). A tradição da narrativa, para os gregos, existia como uma forma de imortalidade. Escrita como sacrifício. O que é singular é a ausência do autor na escrita; ao fixar sua narrativa por escrito, o autor morre. Como se houvesse uma entrega, uma doação do material vivo do pesquisador, material este ainda inenarrável, transcrito agora, com sentidos um pouco menos intensos, talvez mais organizado, um pouco mais morto, pois teve que aquietar-se e caber dentro de uma ordem gramática e sintática.

Lopes (2002 in KLINGER, 2007) fala da importância de repensar o ato da escrita na relação com o sujeito pesquisador para ampliar a afetividade na pesquisa. Diz: “a experiência se sobrepõe ao lugar da identidade, fazendo da narrativa importante recurso teórico-metodológico” (LOPES, 2002, p. 39 in KLINGER, 2007, p. 16). Talvez se possa considerar a narrativa uma autoficção<sup>100</sup>, reconhecendo-se a impossibilidade de exprimir uma verdade na escrita (KLINGER, 2007). Autoficção diz respeito a um movimento de desnaturalização de si, estranhamento de si. A escrita de si é uma tradição bastante antiga no Ocidente (KLINGER, 2007; FOUCAULT, 1992), “as pessoas escrevem sobre si mesmas há dois mil anos, mas não do mesmo modo” (FOUCAULT in DREYFUS; RABINOW, 1995a, p. 275).

Trata-se de um exercício de si sobre si no qual o autor pode criar dispositivos que o auxiliem a reconhecer-se como sujeito a determinados jogos de verdade, mas que também possibilitem transformá-los em objeto ético: “a escrita opera a transformação da verdade em ethos” (KLINGER, 2007, p. 28) ou, ainda, a escrita elabora a transformação de discursos considerados verdadeiros (FOUCAULT, 1992). Desde que se assuma verdade como sendo um jogo de verdade, e não uma verdade de validade universal não-histórica, pronta para ser desvendada.

Klinger (2007) faz uma análise literária e filosófica do retorno do autor a partir da crise da noção de sujeito na filosofia no século XX: haveria uma morte do autor e a entrada da “função autor” (KLINGER, 2007, p. 27), que, para a autora, não se trata de um autor sujeito do trauma, tampouco de um autor sujeito romântico. Klinger defende, pois, que a noção de autoficção pode dar conta dessa nova função autor que surge após a crise da noção de sujeito na filosofia.

Considerando que desde a Antiguidade até os dias de hoje “a escrita performa a noção de sujeito” (KLINGER, 2007, p. 27), podemos pensar o exemplo citado pela autora das

---

<sup>100</sup> Este conceito foi primeiramente formulado por Sergue Doubrovsky em 1971. Para ler mais sobre isso, indicamos o livro “Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica”, de Diana Irene Klinger (2007, Ed. 7 Letras).

“Confissões” escritas por Agostinho como uma escrita autobiográfica sobre o seu processo de conversão a Deus e seu temor, pelos atos cometidos, diante da divindade. Para Foucault (2010), o pensamento antigo ocidental de Platão até Agostinho apresenta basicamente três formas de reflexividade na filosofia: memória, meditação e método, sendo que meditação e método influenciaram e estiveram presentes, por exemplo, em Descartes<sup>101</sup>.

Na memória, o exercício da reflexividade dizia respeito a um acesso à verdade através da lembrança. O reconhecimento da verdade opera uma liberação e uma modificação no sujeito que tem, então, “seu retorno a seu ser próprio” (FOUCAULT, 2010, p. 413). Já na meditação, desenvolvida pelos estóicos principalmente, há uma prova de si mesmo: o sujeito pensa e age como pensa para constituir-se como sujeito ético da verdade. Sujeito da enunciação deve equivaler ao sujeito da conduta<sup>102</sup>. E, por último, o método, forma reflexiva pela qual é possível elaborar um certo critério universal para a verdade que possa organizar e sistematizar todo o conhecimento. Essas três formas de reflexividade estão presentes na herança da cultura cristã, que transforma o preceito “conhece-te a ti mesmo” em renúncia de si para alcançar a salvação em outro mundo. O “si” passa a ser objeto de confissão e doutrinação, descaracterizando-se como prática de si na arte de viver, elemento tão fundamental na cultura grega antiga.

Neste contexto, o exercício da escrita de si na pesquisa talvez tenha como condições de emergência o tensionamento entre práticas de confissão do pesquisador, sua análise de implicação para melhor governar-se e aos outros nas intervenções de grupo e um desdobramento de si que tome a produção da pesquisa como uma obra de arte. A produção neste tensionamento só é possível a partir da pergunta ética sobre as práticas.

Há que compartilhar alguns apontamentos com interlocutores, ou seja, que o que é questão para nós faça algum sentido para eles também. Talvez isto diga um pouco da solidão<sup>103</sup> do pesquisador que deixa de ser solidão no momento em que consegue escrever, expor, compartilhando com outros. Será o diário capaz de diminuir um pouco essa solidão ou distância? Constituindo-se parte da ansiedade do pesquisador em não ter muitas de suas

---

<sup>101</sup> Foucault (2010) considera que Descartes tenha operado a própria fundação do que constitui método, invertendo o jogo do sujeito com seu pensamento para “jogo do pensamento sobre o sujeito” (FOUCAULT, 2010, p. 319). Desse modo, nas “Meditações” de Descartes, trata-se de um exercício no qual o sujeito se põe em movimento pelo pensamento, deslocando-se para uma situação fictícia na qual realiza uma experiência de si.

<sup>102</sup> Foucault (2010) diz que “será preciso então que o *lógos* se tenha tornado a tal ponto o próprio sujeito da ação, que o próprio sujeito de ação se tenha tornado a tal ponto o *lógos* que, sem ter sequer de cantar novamente a frase, sem sequer ter de pronunciá-la, [ele] aja como deve agir” (FOUCAULT, 2010, p. 291).

<sup>103</sup> “Aquilo que os outros são para o asceta numa comunidade, sê-lo-á o caderno de notas para o solitário” (FOUCAULT, 1992, p. 129).

perguntas respondidas, grupos não realizados e intervenções vagas, isto se configura, muitas vezes, como um vazio que ocupa muito espaço no fazer da pesquisa.

Pensando a questão do diário, este parece ter um endereçamento ao menos fictício (divino?), ilusório de que alguém em algum momento irá ler o que foi pensado, para sequer poder ser escrito. O próprio valor geralmente agregado a “diário” acaba sendo associado a algo da ordem de um segredo, um mistério, mas sempre na perspectiva de poder ser desvelado, de um dia ver a luz do sol e ser desbravado. Ou seria possível falar sem alguém (nem fictício) para ouvir? Pesquisar sem dividir as dúvidas? Hess e Weigand (2006) sugerem, com base em Rimbaud, que o destinatário possa inclusive ser o eu mesmo, como um outro eu comparado ao eu do momento da escrita.

A escrita de um diário acontece de forma fragmentada; escreve-se o que é possível de cada encontro ou cada pensamento que se produz individual ou coletivamente. A cada momento em que se revisita alguma vivência relatada, esta já se transforma, transformando também a possibilidade de objetivação na escrita e subjetivação no autor também. Este tipo de escrita permite transversalidade e complexidade de assuntos, pois não prescreve nenhum tipo de linearidade ou hierarquia de eventos.

Foucault (1992) pondera que, na escrita de si, “dá o que se viu ou pensou a um olhar possível” (FOUCAULT, 1992, p. 129). A escrita de si constitui parte do exercício ascético da arte de viver (FOUCAULT, 1992). Deve-se meditar (*meletan*), escrever (*graphein*) e treinar (*gymnazein*). Foucault (1992) continua:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso (FOUCAULT, 1992, p. 143).

Podemos entender a escrita da dissertação como uma escrita de si. A função autor operou na pesquisa-intervenção principalmente através de diários que foram sendo escritos ao longo da pesquisa, tanto relatando e descrevendo quanto já analisando as próprias condições do que se relatava. Esta chamada “escrita implicada” (HESS; WEIGAND, 2006, p. 16) justamente ocupa-se das percepções, experiências vividas, diálogos e outras sobras do cotidiano de pesquisa com o objetivo de produzir questionamentos acerca das práticas.

A diferenciação que Lourau aponta (ALTOÉ, 2004) entre o texto M (o termo é dado ao trabalho do etnógrafo Malinowski) e o ET (extratexto) talvez elucide um pouco mais a função de diário que eu vejo aqui: enquanto o texto M se refere aos resultados abertamente

publicáveis e de domínio de todos, o ET poderia ser aquilo que se incorpora sombriamente ao texto M; o impúblicável, a própria análise de implicação, talvez. Mesmo ela, indecente, incoerente, errante como um simulacro<sup>104</sup>, se apóia na crença de um interlocutor, de alguém que se implique junto, que em algum espaço-tempo dê atenção ao que não se deseja saber. A noção de Lourau sobre a “trajetória transdutiva” (ALTOÉ, 2004, p. 26) já aponta para uma tentativa de incorporação dos extratextos e extratos da vida cotidiana e suas implicações para dentro do campo da pesquisa, agora imundo com dejetos não-neutros e totalmente implicados com o pesquisador. O autor refere que não se faz um ofício de tal a tal hora, obedecendo a limitações pré-estabelecidas; e sim, é algo da ordem do tempo integral (ALTOÉ, 2004, p. 28). Transdução (conceito este estudado primeiramente por Simondon na sua teoria sobre individuação), diferentemente de indução e dedução, significa colocar algo em perspectiva, trazer para perto, não deixar distanciar o objeto<sup>105</sup> do seu pesquisador, atualizar a relação entre ambos.

Neste sentido, o diário como um instrumento no qual se transduz, se auto-implica como pesquisador no seu fazer, se apresenta como uma rica possibilidade de “rever seu ponto de vista sobre o objeto” (ALTOÉ, 2004, p. 29). Trata-se de ver o pensamento em movimento, conforme descreve Altoé (2004). Também nos traz a ideia de que a passagem de um texto para outra forma de tecnologia textual (por exemplo, da escrita manual à datilografia, ou ainda, no nosso caso, do texto escrito clássico ao texto fotográfico) modifica o texto como um todo.

Mas o chamado “diarismo” não é o único recurso possível do ET para a análise de implicação do pesquisador: outras reflexividades são possíveis, segundo Lourau (ALTOÉ, 2004). Por exemplo, a imagem pode ser um recurso reflexivo potente no exercício de diário do pesquisador, como veremos mais adiante.

As “hypomnémata servem para nós, mas compreendemos que possam também servir para os outros” (FOUCAULT, 2010, p. 322). Trata-se de uma tecnologia que dá suporte de lembranças, anotações que podem ser feitas a partir de leituras, conversas ou aulas, como um caderno de anotações (FOUCAULT in DREYFUS; RABINOW, 1995a). Mas não só isso; pode ser entendido como um instrumento de constante relação consigo (FOUCAULT, 1992), objetivando um “governo perfeito de si” (FOUCAULT in DREYFUS; RABINOW, 1995a, p. 271).

---

<sup>104</sup> O termo será retomado adiante.

<sup>105</sup> Ver discussão sobre objeto e prática.

Não constitui uma descrição de si, nem deve ter caráter revelador de coisas ocultas nem caráter confessional para fins de purificação, e sim, reúne coisas lidas e ouvidas que têm como objetivo a constituição de si, de ter uma relação consigo mesmo o mais adequada ou perfeita possível a partir do discurso dos outros, podendo culminar em ações para além da escrita, por exemplo, no campo de intervenção da pesquisa. Dessa forma, escrita de si e constituição de si estão intrinsecamente ligadas, também para o sujeito pesquisador.

A escrita da dissertação podem ser textos múltiplos, compostos por *hypomnémata* como uma forma de ET, entre outros suportes possíveis, legíveis e inteligíveis para os interlocutores da escrita. A multiplicidade dessa escrita dá-se pelo encontro com as várias escritas dos outros, visibilizam discursos enunciativos, seja em forma de imagem, texto clássico ou outro recurso. Sendo que a produção de imagens também pode configurar uma relação de escrita de si, podemos supor que ela possa constituir experiência para quem as produz. Dessa forma, sujeito beneficiário e sujeito pesquisador estão ambos implicados nesse processo complexo de escrita de si, utilizando-se de diferentes suportes técnicos para tanto.

## 5. 2 A Acontecimentalização na pesquisa

Com o objetivo de pensar a pesquisa como acontecimentalização, faz-se necessário elucidar o princípio genealógico de Foucault. A perspectiva genealógica dos estudos de Foucault diz respeito a como as relações de poder se formam, “se conectam, se desenvolvem, se multiplicam, se transformam a partir de algo totalmente diferente delas mesmas” (FOUCAULT, 2008b, p. 160). Diferentemente da história clássica, a genealogia não pretende dar conta do passado, e sim, indaga sobre os processos que tornaram possível uma determinada configuração presente. Assim, a genealogia

*es una forma específica de indagación que requiere el análisis minucioso de la sucesión de procesos avasallamiento más o menos profundos, más o menos independientes entre si, que tienen lugar en la cosa, a lo que hay que añadir las resistencias utilizadas en cada caso para contrarrestarlos, las metamorfosis intentadas con una finalidad de defensa y de reacción, así como los resultados de contra-acciones afortunadas* (NIETZSCHE in FOUCAULT, 1996b, p. 14).

Foucault (2002) chama de genealogia a forma de história que explique como saberes, discursos, domínios de objetos, entre outros estão constituídos. Veyne refere-se à genealogia como iluminar a prática ou o discurso (VEYNE, 1998). É cinza, a genealogia (2002), pois se demora entre trabalhos documentais e questionamentos sobre acontecimentos que, para a história clássica, talvez pouco importem. Marca os acontecimentos em sua singularidade e onde menos se espera que apareçam, “longe de toda finalidade monótona” (FOUCAULT, 2002, p. 15). Em outras palavras, é acontecimentalizar a história.

A genealogia proposta por Foucault, baseado em Nietzsche, estuda, em última análise, como se constituem e se atualizam as relações de poder. Trata-se de um trabalho metódico e erudito de pesquisa que não se ocupa com a “origem” de fenômenos, como veremos a seguir, e sim com a maneira como a relação (ética) consigo se deu ao longo de diferentes momentos da história (DREYFUS; RABINOW, 1995a).

Diferentemente da pesquisa genealógica, postula Foucault (2002), a pesquisa fundada na busca por origens esforça-se em “recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade (...), sua forma imóvel e anterior a tudo que é externo, acidental, sucessivo” (FOUCAULT, 2002, p. 17). É a tentativa de desvelar uma identidade primária, divina, preciosa e perfeita do objeto de estudo, de reencontrar o “aquilo mesmo” (FOUCAULT, 2002, p. 17), uma grande verdade absoluta e tomar por acidental todo o entorno deste objeto, suas condições de existência. O autor continua: não se trata, para a genealogia, da descoberta da origem das coisas, pois para Foucault não existe essência a ser desvelada. E sim, a pesquisa

genealógica encontra discórdia, e não identidade ou equivalência entre as coisas estudadas; ela procura seu objeto ali onde aparentemente não se encontram grandes revelações, mas onde há intensidades. Detém-se nas histórias dos detalhes, dos desvios, daquilo que à primeira vista não parece importar. Nesse sentido, o autor define a pesquisa histórica genealógica como uma tentativa de

(...) demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 2002, p. 21).

Foucault retoma, pois, Nietzsche para problematizar e desconstruir essa noção essencialista da origem, propondo variáveis da palavra “origem”. Desse modo, temos dois termos que dizem respeito à pesquisa da origem, mas, como veremos, totalmente diversos do sentido de “quimera de uma unidade substancial” (FOUCAULT, 2002, p. 22) do modo positivista de fazer ciência: a proveniência (*Herkunft*), que inclui o corpo na articulação com a história, e a emergência (*Entstehung*), que inclui o jogo de forças possibilitando um determinado cenário. Assim, pesquisar genealógicamente significa suspender as buscas por pretensas verdades universais e assumir uma historicidade complexa que tenha relação com o corpo como superfície de inscrição dessa historicidade (FOUCAULT, 2002).

Por último, considerando que a “emergência se produz sempre em um determinado estado das forças” (FOUCAULT, 2002, p. 23), faz-se necessário olhar atentamente para as condições que fazem algo emergir como objeto – de estudo, de conhecimento, de política pública, entre outros. A emergência de um objeto acontece exatamente ali onde não há lugar aparente; é na distância e no não-lugar, sendo que ninguém é responsável por ela, e sim, trata-se de um conjunto de fatores – uns mais aleatórios que outros – que vão desencadeando-a como efeito.

Historiadores clássicos chamam acontecimento toda guerra, vitória, morte, entre outros, que evidenciem uma certa estrutura que a disciplina história quer trazer à tona, quer revelar. No entanto, a noção de acontecimento, para Foucault (2003), traz outros elementos de análise, que justamente se interrogam sobre feitos históricos considerados fechados em si. Para o autor, não interessa, no estudo do acontecimento, uma lógica do sentido nem uma lógica da estrutura, e sim, qual função algo teve em determinado momento (FOUCAULT, 2003). E isto interessava a Foucault em suas pesquisas, pois “somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2003, p. 258), ou seja, interessava, a partir do estudo dos efeitos de determinados acontecimentos percebidos no presente (fossem eles

discursivos ou não<sup>106</sup>), analisar como eles se constituíram historicamente e com que função estratégica dentro das relações de poder.

Contra a lógica de considerar um acontecimento importante ou não, Foucault (MARTINS in RAGO, ORLANDI, VEIGA-NETO, 2002) aponta que a história passa a considerar a serialidade, isto é, os acontecimentos sendo tipificados, limitados e desdobrados de acordo com as suas especificidades. Esta nova forma de entender o acontecimento acaba por levar a relações que configuram um quadro ou uma imagem que seja própria do tempo daqueles acontecimentos relacionados. Desse modo, no lugar de enxergar a história como um grande encadeamento lógico de continuidades, Foucault considera a história como uma multiplicidade de durações diferentes e descontínuas superpostas (MARTINS in RAGO, ORLANDI, VEIGA-NETO, 2002).

Nesse sentido, acontecimento não é substância, nem corpo, nem qualidade: “produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 1996a, p. 57-58 in MARTINS in RAGO, ORLANDI, VEIGA-NETO, 2002). Acontecimentalizar é romper com as evidências, ou seja, com aquilo sobre o que se apóia o conjunto de saberes e práticas que operamos. A própria história pode ser, com isso, acontecimentalizada, desnaturalizada. Nessa perspectiva analítica, não se tomam os fatos como naturais ou lógicos segundo uma certa ordem dada e aceita universalmente. “Trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’” (FOUCAULT, 2003, p. 339) nas práticas, singularidade que é composta por múltiplos processos, tais como conexões, apoios, bloqueios, estratégias, entre outros elementos que parecem firmar as evidências<sup>107</sup>.

Uma forma como Foucault (2010) utiliza a noção de acontecimento está presente quando o autor se refere ao exercício de preparar-se para o indefinido, o imprevisto. Enquanto o chamado atleta cristão é um atleta de si mesmo, pois renuncia a si para superar-se, já que é o seu próprio adversário, o atleta do acontecimento é aquele da espiritualidade antiga. Nela, o

---

<sup>106</sup> Pode-se discutir se existem elementos não-discursivos, considerando-se que o poder opera através do discurso, como vimos anteriormente.

<sup>107</sup> Foucault (2003) chama de “desmultiplicação causal” o processo pelo qual se decompõem os vários elementos naturalizados de um acontecimento que estão servindo de suporte para um determinado saber. Esse processo de decomposição nunca está acabado, constituindo o chamado “poliedro de inteligibilidade” (FOUCAULT, 2003, p. 340), isto é um número indeterminado de faces passíveis de análise dos elementos.

elemento adversário para o qual o atleta deve preparar-se vem do mundo exterior. Acontecimento assume aqui uma função de um porvir, diferentemente de um devir<sup>108</sup>.

Na discussão sobre a singularidade que o acontecimento faz surgir, faz-se necessário que desdobremos um pouco algumas noções da Análise Institucional que são importantes para seguirmos pensando. A Análise Institucional surgiu na França na década de 60 a partir de uma crítica a métodos de grupo centrados no grupo (ALTOÉ, 2004) e também da crítica à hegemonia analítica de especialidades. Foi uma resposta ao movimento grupista que encomendava intervenções na época. O termo “Análise Institucional” foi proposto por Guattari, enfatizando a dimensão analítica e também afirmando que “toda análise é institucional” (BARROS, 2007, p. 256).

Para Foucault (2002), instituição é todo comportamento coercitivo e aprendido em uma determinada sociedade e que não está em um plano discursivo. Enquanto Foucault (2002) trata a instituição como “lugar, forma de distribuição e mecanismo” (FOUCAULT, 2002, p. 126) de relações de poder, Lourau (1993) coloca que a instituição “não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na [e em] história, ou tempo” (LOURAU, 1993, p. 11).

A Análise Institucional propõe-se a trabalhar a partir e com contradições numa perspectiva dialética. Neste caso, a coerência se dá pelo reconhecimento das contradições com as quais se trabalha. Uma das contradições que Lourau (1993) cita é o uso diferenciado do conceito “instituição”, comparado ao senso comum, conforme explicitado.

Instituído, instituinte e instituição são conceitos em relação. Lourau (in ALTOÉ, 2004) coloca que o instituído diz respeito ao que está estabelecido, representado e organizado de determinada maneira, enquanto que o instituinte denota uma contestação e inovação em relação ao instituído. Diferentemente do que o senso comum toma como instituição (estabelecimento, entidade, organização ou valor), esta, para o autor, é a síntese entre instituído e instituinte. É o tripé originalmente embasado na dialética hegeliana de tese-antítese-síntese, pois o instituído (universalidade), o status quo com força inerte, deve ser

---

<sup>108</sup> Deleuze (1993) diferencia porvir e devir da seguinte maneira: o devir não está na história; a história apenas dá as condições das quais se parte para o devir, para criar algo novo. O porvir está do lado do acontecimento. O autor utiliza o exemplo da revolução: ela é um porvir, mas o devir revolucionário surge nas pessoas. Já Foucault (2010) ressalta que o porvir pode ser algo predeterminado que nos coloca como impotentes frente a ele ou então pode ser nada e, com isso, objeto de nossa pré-ocupação. De qualquer forma, Foucault (2010) associa o porvir à memória do passado e imagina que haverá uma grande mudança do pensamento ocidental “quando se puder pensar que o olhar para a memória é ao mesmo tempo um olhar para o porvir” (FOUCAULT, 2010, p. 417). Já Bauman (2001) coloca que o porvir se refere ao *noch-nicht-geworden* (ainda não acontecido, traduzido livremente do alemão) e que se constitui tarefa iminente do presente levar o indivíduo mais perto desse *noch-nicht-geworden*.

negado pelo instituinte (particularidade), que, também negado, faz surgir a institucionalização (singularidade), o devir (LOURAU, 1993). E a força motriz que faz movimentar e enredar esses elementos continuamente é a instituição.

Podemos pensar nas contradições presentes na política de assistência social, quando, por exemplo, o sujeito da conduta não corresponde ao sujeito do enunciado ou ao sujeito usuário que a política prevê. A maneira como o usuário se enxerga muitas vezes não equivale em nada à maneira como ele é visto pelos serviços de assistência. No PAS também se evidenciaram algumas contradições, como a de considerar o PAS um trabalho, sendo que é um direito<sup>109</sup>. Trata-se de contradições discursivas que seguidamente não encontram desfecho no período de atendimento ao usuário. Estas contradições podem ser problematizadas no contexto da Análise Institucional, provocando a pesquisa como acontecimentalização.

---

<sup>109</sup> Este aspecto é um dos efeitos da antiga condicionalidade de trabalho no PAS sobre a vida dos beneficiários do programa e que foi discutido no CMAS de São Leopoldo-RS entre os anos de 2008 e 2009.

### 5.3 A pesquisa-intervenção

A pesquisa-intervenção surge como uma proposta da Análise Institucional francesa que, diferentemente da pesquisa-ação<sup>110</sup>, não considera o pesquisador como um especialista que visa a uma conscientização do grupo pesquisado (BARROS, 2007), tampouco dividido entre a teoria e a prática (SANTOS; BARONE in MACHADO; FERNANDES; ROCHA, 2007). Nesse sentido, “a palavra intervenção se junta à pesquisa, não para substituir a ação, mas para produzir outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto” (BARROS, 2007, p. 230). No momento da intervenção, busca-se desnaturalizar as práticas no campo pesquisado a partir da construção de analisadores como catalisadores de sentido (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Ao lado do dispositivo, já visto anteriormente, importa-nos olhar para como o analisador funciona neste contexto. Lourau (1993) define analisador como “acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores; produtos de uma situação que agem sobre ela” (LOURAU, 1993, p. 132). Trata-se de acontecimentos que fazem emergir análises, no próprio contexto operante, sobre instituições invisíveis (LOURAU, 1993). Os termos “revelador” e “catalisador” parecem-nos elucidar algo que é trazido à tona e a que se dá visibilidade. O composto dispositivo trabalho-assistência mostra-se bastante revelador e potente para catalisar diversos processos no aqui-e-agora.

Dispositivo e analisador compõem uma dupla força de análise que se constitui mutuamente, justamente por entendermos que os elementos catalisador e revelador (do analisador) podem corresponder aos campos de visibilidade e dizibilidade que o dispositivo dispara. Catalisar pode significar, neste contexto, disparar um processo, acelerá-lo, colocá-lo em evidência. Ambas as noções – de dispositivo e de analisador – compõem parte fundamental do processo de pesquisa-intervenção pela relação ética que entendemos fundar-se nesta perspectiva de pesquisa: a de reflexão das práticas em liberdade (FOUCAULT, 2004a), seja através de palavra, de imagem ou outro artifício.

Aguiar e Rocha (2007) partem do pressuposto de que sujeito da experiência e sujeito do conhecimento não estão desvinculados. Antes pelo contrário: à medida que efeitos são produzidos (a partir das intervenções no campo), produzem-se também conhecimentos acerca

---

<sup>110</sup> A pesquisa-ação como uma forma de pesquisa participante surgiu na década de 30 com Kurt Lewin com a proposta de ajustamento da população marginal e também em situações de crise nas relações de trabalho. Através de entrevistas, dinâmicas e devoluções, toma-se a conscientização dos grupos como um objetivo a partir da ênfase na ação transformadora. Apesar de ter rompido com o paradigma positivista de pesquisa, a pesquisa-ação tem um caráter muito funcionalista, mantendo as dicotomias entre sujeito e objeto e teoria e prática (ROCHA; AGUIAR, 2003).

de um grupo, instituição, entre outros. O próprio conhecimento pode ser entendido como um efeito das intervenções. Portanto, ambas as noções – a de experiência como uma prática transformadora e a da vinculação necessária entre a experiência e a produção de conhecimento – fornecem uma base para pensarmos a experiência de pesquisa junto ao PAS.

A partir da ótica da pesquisa-intervenção, toma-se o sujeito como produção em meio às práticas sóciohistóricas (AGUIAR; ROCHA, 2007), em consonância com a teoria de Foucault. Tanto sujeito quanto objeto de estudo “se constituem no mesmo momento, no mesmo processo” (BARROS, 2007, p. 232). Para esta visão metodológica, não existe uma verdade ou uma essência a ser revelada, descoberta, como perseguem algumas perspectivas metodológicas, tais como a positivista, fenomenológica, ou até a pesquisa-ação (PAULON; ROMAGNOLI, 2010). Esta premissa já torna inválida qualquer pretensão de neutralidade que o pesquisador possa assumir. Não só se deveu ao percurso histórico no Brasil desde a década de 60 para que fosse possível a emergência de elementos da pesquisa-intervenção, como também se reconheceu a “complexidade dos modos de existência e organização social” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 651).

Esta forma de pesquisar, podemos dizer, acontecimentaliza o cenário da pesquisa, pois rompe com a visão clássica positivista de pesquisa e ciência, colocando estas em cheque, questionando-as, também, por fazerem uma cisão entre ciência e política. Na perspectiva da pesquisa-intervenção, o pesquisador passa a portar-se como um “intelectual orgânico às causas populares” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 651), assumindo seu caráter de ação política na pesquisa. Começa a ter relevância observar que é uma realidade em construção e que a própria noção de realidade é uma construção a partir de jogos de tensões e das relações de poder. O intelectual

não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes – segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos – onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma. dizer: eis o que vocês devem fazer! (FOUCAULT, 2002, p. 151)

Pesquisar com base nesses pressupostos epistemológicos<sup>111</sup> significa fazer e assumir uma escolha ética, política e estética (ROCHA, 2006; ROCHA; AGUIAR, 2003) de

---

<sup>111</sup> *Épistémè*, para Foucault (2002), é um dispositivo e, portanto com função estratégica, que dá condições de qualificar determinados enunciados como cientificamente aceitáveis ou não.

visibilizar certas relações produzidas em um contexto, muitas vezes disparadas e/ou problematizadas pelo próprio pesquisador no campo de pesquisa como jogo de verdade<sup>112</sup>. A visibilidade destas relações ocorre através de diversas formas na comunidade pesquisada (dimensão micropolítica), assim como também na comunidade acadêmica, no âmbito jurídico-legal, em nível de política pública (dimensão macropolítica). O elemento qualitativo da pesquisa-intervenção “está ligado aos sentidos produzidos nas relações socio-historicamente determinadas, afirmando a alteridade e as turbulências que nos movem a analisar, a dialogar, a buscar entender o que vivemos” (ROCHA, 2006, p. 171).

Neste estudo, operamos com a perspectiva da pesquisa-intervenção, associando produção de conhecimento à possibilidade de transformação micropolítica social. A partir dos pressupostos teóricos – principalmente foucaultianos – que embasam esta pesquisa, entende-se mais que coerente a perspectiva desta metodologia, uma vez que

Ao pesquisador que conceba a subjetividade à luz de um paradigma ético-estético, que se proponha a observar os efeitos dos processos de subjetivação de forma a singularizar as experiências humanas e não a generalizá-las, que tenha compromisso social e político com o que a realidade com a qual trabalha demanda de seu trabalho científico, não é dada outra perspectiva que não a pesquisa-intervenção (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 92).

Operar com o método da pesquisa-intervenção também implica assumir que não se esgotam as possibilidades de leitura e releitura de analisadores, mas sim, que estas dependem justamente da condição de pesquisador e pesquisados. Sujeito da experiência, vinculado ao sujeito do conhecimento (AGUIAR; ROCHA, 2007), experimentam outras práticas de si e outros modos de enunciação, abertos ao encontro com a diferença, e pretende-se uma desnaturalização dessa cisão histórica entre ambas as posições de sujeição. Aqui a possibilidade de intervenção é vista como potência de criação, de transformação dos modos de subjetivação. Experimentar-se sob outro ângulo, apoiado/a em outras práticas discursivas e posições de saber-poder configura-se como uma possibilidade de deslocamento da posição de sujeito, pois provoca outros olhares sobre si e seu fazer. Tal modalidade de pesquisa participativa não só admite, como, também convoca o pesquisador a intervir, ou seja, a criar dispositivos que servem de análise para os coletivos (LOURAU, 1993), a afetar e deixar-se afetar pelo encontro com os sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

Partindo da noção de pesquisa como experiência, podemos pensar a própria pesquisa-

---

<sup>112</sup> Pautadas em Guattari, as autoras definem ética como sendo pensamentos que avaliam a potencialidade de vida dos acontecimentos. Estética é a dimensão da criação e política diz respeito à responsabilização frente aos efeitos produzidos a partir da e na pesquisa (ROCHA; AGUIAR, 2003).

intervenção também como um jogo de verdade no qual se reconhecem certos saberes e fazeres técnicos como verdadeiros neste meio acadêmico, tais como a análise de implicação, que se faz necessária para a pesquisa-intervenção a partir dos pressupostos franceses. Apesar de que a própria pesquisa e a análise de implicação devem ser analisadas constantemente, evitando-se cristalizações individualizantes dos lugares subjetivos. Ou, ainda, a pesquisa tal como ocorreu só foi possível por jogos de verdade operando no campo e transformando um conjunto de situações em uma pesquisa.

Interessou-nos analisar como se deu a experiência de si da pesquisadora dentro deste jogo de verdade e o que foi possível construir nessa relação. Este exercício analítico pode ser reconhecido na análise de implicação nos diferentes momentos da pesquisa.

Uma das regras da pesquisa-intervenção que pode ser pensada como um jogo de verdade é a restituição, considerada necessária para a pesquisa interventiva, segundo Lourau (1993). Enquanto conceito socioanalítico, a restituição significa trazer à tona elementos geralmente silenciados (LOURAU, 1993) em determinados momentos estratégicos. Não se trata de um ato caridoso, colonialista e nem de uma simples devolução informativa das considerações do pesquisador. E sim, requer um processo de socialização da pesquisa de tal modo, que possa provocar transformações para além da chamada “mercadoria cultural” que serve à academia (LOURAU, 1993).

Nesta pesquisa, a restituição deu-se de tal forma, que permitiu um deslocamento de objetivos para o estudo a partir do que o grupo do PAS trazia e atualizava com relação à assistência social, ao trabalho e à autonomia nas discussões. É uma tarefa coletiva de análise constante que retoma efeitos que foram produzidos por qualquer evento que possa ter sido negligenciado a nível coletivo, mas que retorna, a partir de intervenções, pontuações por parte do pesquisador, entre outros.

#### 5. 4 Discurso, imagem: intervenções, fotografias, discussões

A ideia de discurso está presente em todos os aspectos deste estudo. Há as discursividades na política pública e no jogo de verdade do SUAS, por exemplo sobre quem é o usuário e o que deve ser realizado em termos de acompanhamento e intervenção, na pauta das reuniões de equipe dos trabalhadores, nos pressupostos da pesquisa-intervenção, por exemplo sobre o lugar do pesquisador, no sujeito usuário quando responde a cadastramentos, recebe visitas domiciliares, participa de grupos. No encontro entre todos esses campos discursivos, emergem outras linhas discursivas, por exemplo, sobre trabalho e autonomia: o que estudamos e analisamos até este momento também pode ser considerado como efeito desses discursos encontrados, produzidos e reproduzidos.

Sabe-se que “os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar<sup>113</sup> coisas” (Foucault, 1987, p.56 in VEIGA-NETO, 2009). Portanto, discursos não estão no plano da representação das coisas, e sim, operam de um modo que extrapolam este plano para criar condições para as relações de poder agirem por seu intermédio.

Fundados na razão, os discursos compõem um conjunto de enunciados materialmente existentes e persuasivos. Isto significa que são uma prescritiva espontânea para o sujeito da ação, fazendo-o coincidir como que “naturalmente” com o sujeito da enunciação (FOUCAULT, 2010). Aqui, a prescritiva de comportamento não opera no sentido de obrigatoriedade imposta ao sujeito, e sim, no sentido de que o sujeito reconhece que aquele comportamento é o mais razoável e necessário para se fazer, ou seja, as prescritivas funcionam como “matrizes de ação” (FOUCAULT, 2010, p. 289).

Discurso é também um elemento “em um dispositivo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2003, p. 253), um conjunto de acontecimentos políticos que operam no interior das relações de poder<sup>114</sup>. O poder opera através do discurso; portanto, discurso pode ser concebido como um recurso de manifestação do poder. Foucault (1988a) coloca, também, que discurso é o elemento que articula poder e saber, constituindo-se como uma “série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT,

<sup>113</sup> A palavra “designar” pode nos dar uma pista na discussão sobre signo: se designar significa representar, corresponder, descrever, identificar, então estas noções estão no plano da representação e não levam em consideração o signo como efeito (de-signar passa a ser um processo de desfazer o sentido de efeito do signo).

<sup>114</sup> Veyne (1998) alerta para o risco de entender que Foucault tivesse sugerido algum tipo de finalidade na função do discurso ou da prática. É importante salientar, pois, que Foucault não relacionava discurso e prática a uma infra ou supra-estrutura idealista.

1988a, p. 95). Considerando que o poder só existe em relação, na ação, então discurso, ao mesmo tempo como instrumento e efeito de poder (FOUCAULT, 1988a), também é ação.

Para além de uma discussão sobre os sentidos do discurso, Foucault (2003) buscou estudar a função estratégica que determinado discurso opera, ou seja, com relação à sua historicidade e analisando as relações de poder implicadas. Isto significa que o autor acontecimentalizava um certo discurso em suas relações com outros discursos e acontecimentos. Para tanto, não leva em consideração o sujeito do discurso, e sim, parte do discurso “tal qual ele é!” (FOUCAULT, 2003, p. 253).

Veyne (1998) aponta, baseado em Foucault, que o discurso não é semântica, nem ideologia e tampouco implícito. Considera que discurso seja aquilo que se diz sem consciência do fato de dizê-lo e nem das limitações que o circunscrevem. Com isso, Veyne (1998) parece igualar discurso à palavra dita e à sua zona<sup>115</sup>, pois há “preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas” (VEYNE, 1998, p. 252) que aparecem no contexto do dito. Entretanto, se considerarmos a noção de discurso como regulador e atualizador das relações de poder e como uma ação, então definitivamente o discurso está presente muito antes da palavra dita ou do gesto mostrado. O discurso está contido na sua complexa amarração com tantas outras formas que nem saberíamos elencar sem que apareçam, justamente, nas práticas.

Partimos do pressuposto, para este estudo, de que imagens também compõem linhas discursivas, juntamente com outros recursos técnicos de produção e expressão. Afinal, sabe-se que não é só palavra – dita, pensada ou escrita – que contém um certo discurso de verdade; também as imagens são textos – muitas vezes mais potentes e – capazes de afetar quem as produz, quem as observa, constituindo um determinado estatuto de verdade. Mais ainda consideramos pertinente olhar com atenção para o recurso fotográfico e imagético quando se constata que vivemos em um mundo-imagem (SONTAG, 2004).

A imagem faz-se cada vez mais presente nas relações contemporâneas. Na imagem está não só um produto que se vê “pronto” (a fotografia, por exemplo), como também uma certa discursividade em torno deste produto: como ele é constituído, de que ângulo e por quem é visto, de que momento ele diz, com quem ele se relaciona, entre outros elementos possíveis de se analisar. Em outras palavras, para além da representação, função esta clássica da fotografia por décadas e até séculos pela herança da comparação com a pintura, assumem-se, também, movimento e processualidade como alguns autores a seguir evidenciam.

---

<sup>115</sup> Podemos dizer que se trata também das condições de possibilidade de emergência da palavra.

Deleuze (in GUATTARI, 1992) também trata imagem não como mera representação, mas como vetor de subjetivação. O autor opera com os conceitos de imagem-tempo e imagem-movimento como germes de produção de subjetividade<sup>116</sup>.

Dubois (1994) fala da “inaptidão da fotografia para exibir toda a sutileza das nuances luminosas” e também que a imagem “apresenta muitas outras falhas na sua representação pretensamente perfeita do mundo real” (DUBOIS, 1994, p. 38). Estas considerações do autor vão ao encontro do tipo de proposta metodológica que tivemos neste estudo: de duvidar da função meramente representativa – e falha – da imagem, apostando muito mais na capacidade de o sujeito conseguir produzir uma divergência daquilo que prende os olhos à representação, um outro recorte possível do real a partir do que vê, sente, ouve, enfim, a partir do que o constitui.

Sontag (2004) refere que a humanidade continua vivendo na Caverna de Platão, modificando apenas sua maneira de ver, de “fotografar” seu entorno e concebê-lo. Ao nos ensinar um novo código visual, as fotografias, esses “vestígios espectrais” (SONTAG, 2004, p. 19), modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que “temos o direito de observar” (SONTAG, 2004, p. 13), constituindo uma ética do ver. Por meio das fotografias, famílias constroem uma “crônica visual de si” mesmas (SONTAG, 2004, p. 19), marcando ritos, mostrando coesão e história familiar.

Magritte (in FOUCAULT, 1988b) fala sobre sua obra “Isto não é um cachimbo”: “não busquem no alto um cachimbo verdadeiro; é o sonho do cachimbo; mas o desenho que está lá sobre o quadro, bem firme e rigorosamente traçado, é este desenho que deve ser tomado por uma verdade manifesta” (in FOUCAULT, 1988a, p. 13). Com estes dizeres, pode-se tomar a imagem como discurso.

Um dos desafios metodológicos deste estudo foi a discussão em torno da aparente dicotomia imagem-palavra<sup>117</sup>. Há muita coisa entre imagem e palavra, se estes se configuram como dois pólos de análise. Talvez seja nesse intervalo que algo se constitua para o sujeito pensar sobre si. Os espaços em branco, destituídos de texto ou imagem, carregam as relações. É uma “ausência de espaço” (FOUCAULT, 1988b, p. 33), ausência de cruzamento entre palavra e imagem, dando lugar a outra coisa, a uma pausa, talvez uma divisão da ordem gráfica, algo que negue tanto o que vem acima quanto o que vem abaixo, mas nem por isso ausente de sentido.

---

<sup>116</sup> Sobre estes conceitos, consultar o livro “Caosmose” (GUATTARI, 1992).

<sup>117</sup> Flusser (1985) apresenta o seguinte curso histórico resumido: as imagens tradicionais (pintura, desenho) são criadas para acessarem o mundo; textos são criados para acabarem com a idolatria das imagens; imagens técnicas (fotografia ou filme) são criadas para acabarem com a *textolatria*.

Parece-nos que Foucault, no livro “Isto não é um cachimbo” (1988b), não explora muito o espaço vazio como um lugar entre. E, no entanto, pode ser justamente um espaço potente para deixar surgir algum deslocamento subjetivo, alguma ressignificação manifesta na possibilidade da relação entre o dizível e o mostrável. Afinal, o lugar comum da imagem e do texto é este: o vazio e suas infinitas possibilidades antes de qualquer traço, qualquer marca reconhecível como tal.

Pode-se também conceber uma certa experiência (transformadora de si) estética de trabalhar com palavras e imagens no sentido de reconhecer alguns limites: nem tudo pode ser dito e nem tudo pode ser tornado imagem. Há limites para o dizível<sup>118</sup> e para o visível. No entanto, quando se trabalha com as duas dimensões, se pretende colocá-las em uma tensão na qual uma encontra sua potencialidade justamente no ponto em que a outra é desafiada a não mais acompanhar.

Pode-se perguntar em que medida o pesquisador em conjunto com o grupo no qual atua tem liberdade de visibilizar determinadas relações a partir de suas práticas. Pois sobre os efeitos da produção de conhecimento a partir de sua pesquisa como uma intervenção só se pode conjecturar. Não se tem controle sobre o que se vai produzir em termos de efeitos a partir de suas práticas. Nesse sentido, as produções feitas a partir de pesquisas-intervenções são, elas próprias, além de efeito das relações de poder e suas discursividades, uma possível intervenção, assim como esta escrita.

No início dos encontros do grupo do PAS que acompanhei nesta pesquisa, o educador social trabalhou aspectos dos bairros dos participantes com o uso de revistas, jornais e outros meios que continham imagens. Foi pedido aos participantes que recortassem e colassem as imagens que eles associassem à situação do seu bairro ou a como gostariam que fosse. Apareceram vários aspectos, tais como crítica à situação das ruas (com barro), à falta de segurança para as crianças, alagamento, ao mau uso e deterioração dos espaços públicos bem como o asfaltamento de áreas nas quais havia banhados e braços fluviais anteriormente<sup>119</sup>,

---

<sup>118</sup> Pode haver múltiplos limites para o dizível. Penso aqui em dois principalmente: a) o limite do vocabulário, que não comporta tudo o que se quer dizer, ao mesmo tempo que funciona como um continente de ferramentas que tornam possível o próprio pensar e b) o limite do que é permitido ou não dizer dentro das relações de poder constituídas em determinado ambiente.

<sup>119</sup> Um dos participantes que escolheu uma embarcação como imagem para falar do seu bairro relatou que gostava muito de pescar antigamente onde hoje já tem ruas construídas. Reclamou dessa situação, apontando para o progresso como responsável pelo sumiço da água na cidade.

mas também o desejo de o trem ficar logo pronto<sup>120</sup>, a relação com a igreja local, com a família, os vizinhos, uma casa com flores<sup>121</sup>, entre outros.

Durante a rodada final de troca de ideias na qual cada participante dizia da sua escolha de imagem, uma das participantes se negou a falar sobre a imagem que havia recortado, alegando “*eu não preciso falar mais nada, a minha imagem já tá ali, é só ver*”. Neste momento, abriu-se uma brecha no grupo para a problematização do estatuto de verdade da palavra em detrimento da imagem. Começamos uma discussão sobre o ver/mostrar e o falar que, claro, não se esgotou neste encontro, mas acompanhou o grupo nas suas próximas produções. Foi precisamente neste momento que me pareceu mais interessante ainda trabalhar com a intervenção fotográfica na pesquisa.

Mais do que operar com a fotografia necessariamente, a proposta metodológica deste estudo foi trabalhar com o que é dizível/indizível, visível/invisível, dizível/invisível, visível/indizível, dizível/visível, indizível/invisível. Para não considerar estas posições como dicotômicas, nossa proposta foi considerá-las como um jogo, no qual, semelhantemente à noção de jogo de verdade, existem certas formas de dizer e de mostrar que são consideradas verdadeiras, mas que podem modificar-se a partir do momento em que não servem mais para o jogo. O jogo pode ser um caligrama<sup>122</sup> ou então deixar margem para provocar a tensão entre palavra e imagem, bem como entre possibilidade e impossibilidade, ou seja o que pode ser dito/mostrado e o que não o pode.

Uma intervenção importante que operou esse jogo de visibilidade e invisibilidade no grupo do PAS foi quando uma das participantes relatou o “*medo de ser confundida com o lixo*”. Neste momento, foi apontado para as suas unhas bem feitas e a sua feminilidade, apesar de trabalhar com coleta e a sujeira decorrente. Um pouco embaraçada, ela continuou sua história, contando sobre carroças e cavalos que já teve e dívidas que adquiriu a partir de seus instrumentos de trabalho.

O jogo de visibilidade e invisibilidade opera muito claramente nesta situação, assim

---

<sup>120</sup> No bairro onde a maioria dos participantes reside, está sendo construída uma linha do trem que amplia o trajeto de São Leopoldo até Novo Hamburgo (RS). A linha ainda está inoperante devido a finalizações e ajustes de construção.

<sup>121</sup> Uma das participantes relatou que havia se tornado avó na noite anterior, e que por isso escolhera flores para dizer da sua felicidade e família.

<sup>122</sup> O caligrama é um recurso que permite dizer a mesma coisa de jeitos diferentes (como através de imagem e palavra), admitindo-se que nem um nem outro modo é completo, mas que ambos têm condições de se afirmarem e sustentarem com estatuto próprio. É imagem que diz e texto que mostra. Cercando o sujeito *voyeur* de vários lados, a obra prepara, assim, sua armadilha: o que ocorre com o que não é dito nem desenhado? Afinal, estas são as três funções do caligrama: compensar o alfabeto, repetir o sentido (mas não retoricamente) e armar uma captura de duas maneiras gráficas. Para mais informações, consultar o livro “Isto não é um cachimbo” (FOUCAULT, 1988b).

como em outras relatadas pelo grupo: um trabalho invisível podendo ser visibilizado através de determinadas operações dos sujeitos: seja pela unha pintada, pela assinatura da rua construída – ambas ações que constituem imagens –, pela narrativa da educação dos filhos, pelo feitio de pães, bolos e crochês, pelas lembranças sempre vivas do “*trecho*”. Todas são operações que os sujeitos da assistência social vêm fazendo para tentar mudar as regras do jogo de verdade do SUAS que os enquadram ainda como invisíveis e improdutíveis.

Inclusive, segundo Sontag (2004), o recurso da fotografia tem funcionado como um apelo a pessoas que vivem “submetidas ao imperativo do trabalho” (SONTAG, 2004, p. 20): produzir fotografia no tempo livre, por exemplo, passa a ser uma forma de ocupar-se sem trabalhar<sup>123</sup>. E a fotografia, principalmente com a sua crescente democratização<sup>124</sup>, tem ocupado um lugar por excelência não somente de eventos importantes na vida familiar e social, como também de propor enquadres para o vivido; vivência que vira *souvenir* (SONTAG, 2004).

Se fotografia é produção, então todo o processo que ela envolve (o ato e a intervenção fotográfica) é igualmente produzido; não existiria em parte alguma do real se não fosse por esta intervenção específica, este encontro específico e inusitado entre o sujeito e seus modos de ver. Neste sentido, o estudo vai na direção de Dubois, pois se “coloca a noção de processualidade e de intencionalidade, tomando a fotografia não apenas como uma produção ou registro de verdade” (OLIVEIRA in TITTONI, 2009, p. 113).

São aparelhos nas mãos de pessoas que terão a oportunidade de refletir visualmente sobre os aparatos das relações de poder. Enquadrar, criar, clicar (capturar) uma cena pode contribuir para a problematização da sua própria condição de sujeito, inaugurando outros caminhos de dizer da sua relação com a assistência social, com o trabalho e a autonomia. Sua perspectiva, desde a qual o usuário falava, pode ser agora estranhada, a partir de outro lugar, talvez mais visibilizada ou não; mas certamente já no meio do jogo de visibilidades, dizibilidades, invisibilidades e indizibilidades.

A fotografia convoca o seu autor a viver, pensar e brincar com a sua realidade, conforme dizia Flusser (1985): o termo “aparelho” (fotográfico, filmico) aparece como sendo

---

<sup>123</sup> Como veremos nos exemplos de intervenção fotográfica, o grupo do PAS utilizou-se do recurso fotográfico mais como uma maneira de visibilizar outras formas de produção, justamente no anseio de considerar que suas formas de trabalho muitas vezes não são reconhecidas pelo SUAS, ou até mesmo minimizadas pela preocupação de enquadrá-los como sujeitos usuários dentro da política de assistência.

<sup>124</sup> Atualmente, praticamente todos os modelos de telefones celulares têm função de fotografar e/ou filmar, o que reforça o processo de democratização do acesso à produção de imagens. Os celulares também foram utilizados no contexto desta pesquisa, como veremos adiante.

um “brinquedo que simula um tipo de pensamento” (FLUSSER, 1985, p. 9). Simulacro<sup>125</sup>, poderíamos dizer: produção de imagem marcando ou inaugurando formas de pensar, de ver. Não se nega os possíveis referentes; estes existem, a função representação existe. Com a diferença de que, no simulacro, não constituem objetivo final, mas brincam e flertam com ele, podendo tomar caminhos mais desviantes – e menos fiéis aos possíveis referentes.

Se a produção de imagens diz respeito à produção de subjetividade, encontro com a diferença, linhas de (in)visibilidade, então também se relaciona intrinsecamente com o a discussão sobre relações de poder e liberdade. Afinal, é possível criar, produzir resistência em um determinado território de saber-poder de diversas maneiras.

Também no processo de apropriação das imagens, do sustentar o olhar sobre o fotografado a partir da visão do pesquisador, constituem-se restos, sobras. Algumas fotografias foram escolhidas e levadas para casa dos usuários, outras sobraram sobre a mesa, ninguém as quis.

Kehl, a respeito da discussão sobre a potência da imagem, sustenta que “em um mundo estabilizado pela força da imagem, não há o que inaugurar” (KEHL, 2004). Pois bem, a relação que a autora coloca com a imagem é a de representação do real (semelhança). Não é dessa relação com a imagem que falamos neste estudo; e sim, de uma relação de similitude, conforme explica Foucault acima: de simulacro, errante e desviante na produção de si. Neste sentido, há sempre o que se inaugurar. Em “Theatrum Philosophicum” (FOUCAULT, 1970 in SALES, 2006) Foucault problematiza conceito de verdade da seguinte forma: “a verdade não se opõe aqui ao erro, mas à falsa aparência” (p. 5). Olhar uma segunda, terceira, quarta vez para um personagem ou uma cena permite um encontro cada vez diferente e inusitado com o que se produziu tantas vezes. E cada vez será algo verdadeiro daquele momento e, talvez, íntimo demais para ser revelado em grupo; e também, por que não, rico demais para ser experimentado individualmente.

Foucault (1988b) faz uma diferenciação entre semelhança e similitude, que, ao meu ver, é o ponto culminante do seu livro. Diferentemente da função de semelhança, que é um

---

<sup>125</sup> A noção de simulacro vem originalmente da divisão platônica do mundo sensível (como o conhecemos) e mundo inteligível (modelo ideal), sendo que Platão só concebia conhecimento sobre o mundo inteligível pela sua exatidão e estabilidade; o que povoa o mundo sensível só é reconhecido como um saber verdadeiro na medida em que conseguir copiar seu modelo do mundo inteligível. Em outras palavras, esta é a noção de representação, de semelhança que Platão traz. Porém, nem tudo no mundo sensível é subjugado a ser boa cópia do mundo inteligível, virando um resto, algo que não se encaixa, o simulacro. Deleuze (1974) diz: “o simulacro inclui em si o ponto de vista diferencial; o observador faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista” (DELEUZE, 1974, p. 264). Com isto, define-se simulacro como sendo algo construído a partir de uma dissimilitude, uma diferença. Sales (2006) chama a contemporaneidade de “império dos simulacros” (p. 6); as mídias se prestam a uma avalanche de manifestações de cópias imperfeitas.

recurso da pintura clássica e, portanto, pura representação, reprodução, pois “faz reconhecer o que está muito visível” (FOUCAULT, 1988b, p. 63), a obra de arte similar trabalha com uma noção de simulacro, pois não se pretende representar um objeto, e sim, percorrer e circular por diferentes versões de um mesmo objeto. A incerteza é que possibilita a liberdade de relação entre as coisas; forma-se uma rede aberta de sentidos. “A similitude multiplica as afirmações diferentes, que dançam juntas, apoiando-se e caindo umas em cima das outras” (FOUCAULT, 1988b, p. 64). Similitude tem relação com o que está escondido, invisível, indizível e pressupõe a condição de um espaço vazio, da possibilidade do encontro com o diferente para o surgimento dessas relações. Destitui-se o lugar-comum e abre-se espaço para o que não tinha lugar anteriormente.

## SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DO GRUPO

Estas são as fotografias que o grupo do PAS elegeu, dentre todas as que foram produzidas e manipuladas (pintadas) durante a pesquisa, para possivelmente compor uma exposição.







## 6 A pesquisa como experiência: os encontros do PAS

O grupo do PAS que acompanhei durante o período desta pesquisa iniciou-se em meados de julho de 2011. Por volta do terceiro encontro do grupo, eu comecei a participar regularmente dos seus encontros semanais com o educador social responsável. Os encontros têm duração de aproximadamente duas horas (das nove às onze horas da manhã de quintas-feiras) e se realizam na sede do último CRAS no qual trabalhei.

Este grupo com dezesseis beneficiários – em sua maioria mulheres – está em seu primeiro ano de participação no PAS, ou seja, estão no currículo mínimo, conforme já explicado anteriormente no capítulo sobre a legislação do Programa. Isto significa que o espaço para o grupo ocorrer já estava instituído e independeu da proposta de pesquisa para acontecer. Entretanto, como sabemos, todo grupo é atravessado por uma complexidade de elementos e relações de poder que se modificam, se atualizam conforme sua composição, local, tempo e outras condições. Nesse sentido, entendemos grupo não somente como “(...) um conjunto de pessoas organizadas por certas estabilizações de espaço e tempo, mas os processos que se constituem entre elas e a partir delas no exercício permanente de buscar sentido para o desdobramento das ações e para o significado de sua própria existência” (ROCHA, 2006). E seu percurso até o presente momento tem apontado fortemente para uma busca de sentidos do seu lugar na assistência social.

Como a duração do currículo mínimo é de um ano, então a previsão é de que este grupo termine o currículo mínimo em junho de 2012. Após este período, o grupo ingressará na modalidade da inclusão produtiva, do segundo ano do Programa. Tenho participado dos encontros desde julho de 2011 até o presente momento, pois considero que ainda falte uma importante parte da intervenção: o processo de exposição das fotografias produzidas pelos beneficiários ao longo da pesquisa<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> No momento, o grupo tem debatido muito sobre a sua situação de moradia, apontando vários problemas, como alagamento, barro, presença de animais nocivos (mosquitos, ratos, cobras) em função de água parada e as várias promessas, por parte do órgão público, de que os moradores daquela região ainda serão removidos ou receberão aluguel social para pagar nova casa ou apartamento. Isto tem gerado descontentamento, sendo que o grupo resolveu utilizar algumas das fotografias produzidas para fazer esta discussão com os responsáveis. Uma ideia foi levar as fotografias até a Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB como um apelo à urgência de medidas. Foram selecionadas algumas fotografias por parte do grupo e também foram escritas algumas frases, por iniciativa própria de algumas beneficiárias, reivindicando melhores serviços, melhores ruas e condições de habitação. Em conversa com o grupo e também com parte da equipe do CRAS, ainda não se sabe a melhor maneira de levar a ideia adiante: se em comunicado às secretarias envolvidas (SACIS e SEMHAB), se junto com algum documento redigido pela coordenação do CRAS ou se simplesmente levando-se o material fotográfico até a SEMHAB, por exemplo. Certo é que, como uma beneficiária disse, “*só não vamos colocar no museu, pois lá ninguém vê*”, e talvez as fotografias que agora têm função provocativa, instigante, ficariam esquecidas no tempo ou se tornariam objetos de contemplação.

De maneira geral, os encontros iniciavam com alguma temática proposta pelo educador social, como por exemplo situações de moradia, água e saneamento, aspectos do bairro, participação em conferências e outros espaços de debate para os usuários, tipos de trabalho e emprego, lógica de assujeitamento à modalidade CLT, alienação do trabalho, preparação para o mercado de trabalho, atividades de cooperativa, crédito e confiança, visitas às casas dos beneficiários e à horta comunitária, transversalidade das políticas, atraso ou outros complicadores no pagamento do benefício, eleições e a relação com representantes governamentais, agressões domésticas, ameaças, dívidas, vida, saúde, doença, fé, relação entre os vizinhos<sup>127</sup>, entre outros. Muitos destes temas surgiram pelas próprias situações que os beneficiários traziam ao grupo ou por intervenções minhas.

Em três encontros, foram feitas visitas às casas dos beneficiários do grupo, ao que alguns reagiram “*mas minha casa não está arrumada*” e também “*leva para a Habitação<sup>128</sup> e mostra como estamos morando mal*”, referindo-se às fotografias que produzi com a permissão do grupo. Talvez estes dois aspectos que o grupo trouxe apontassem para o tipo de lógica assistencial que estava se reproduzindo ali: as visitas pareciam instrumentais (visitas domiciliares) e as fotografias pareciam ter função de confissão e denúncia, de encaminhamento intersetorial (assistência-habitação).

As fotografias que produzi dessas visitas como um exercício meu de deslocamento de olhar<sup>129</sup> foram reveladas e trazidas de volta ao grupo, ao que muitos reagiram com espanto, não se reconhecendo, muitas vezes, ou então se achando “*muito feia*”. De maneira geral, esta intervenção causou um certo estranhamento no grupo, fazendo com que alguns quisessem levar algumas fotografias para casa – o que combinamos que pudessem fazer – e outros não quisessem nenhuma relação com esta produção. Outro efeito desta intervenção foi que muitos beneficiários que tinham máquina fotográfica e/ou celular com esta função começaram a trazer ao grupo, fazendo eles mesmos fotografias de situações do grupo. Considero este movimento importante, principalmente para romper um pouco com a via de mão única que acaba ocorrendo na política de assistência: somente o técnico visita a casa do usuário, não o inverso; isto porque a confissão está claramente organizada para ocorrer do lado do usuário.

---

<sup>127</sup> Castel (1998) chama a vizinhança de “rede de proteção próxima” por assumir, muitas vezes, o papel de amenizar as precariedades vividas pelas relações de trabalho e vulnerabilidade social.

<sup>128</sup> Secretaria Municipal de Habitação.

<sup>129</sup> Somente vários encontros depois eu pude analisar minha implicação e o porquê dessas fotografias que produzi naquele momento: talvez fosse um jeito de sobrepor a prática confessional com a possibilidade de estranhar um cenário antes muito conhecido a partir do lugar de trabalhadora do SUAS. Poder estranhar algo antes naturalizado se configura como uma tarefa da pesquisa, justamente considerando o efeito da acontecimentalização, da ruptura com as evidências.

Em um dos encontros em que o educador social não esteve presente e que não houve lista de presença, convidei, juntamente com uma colega de pesquisa, os beneficiários da seguinte forma: *“hoje a gente vai fazer uma atividade mais livre”*. A isto uma beneficiária respondeu *“nem tão livre assim”*. Esta fala nos diz muito sobre como o sujeito atendido pela assistência social se referencia ao serviço e como reflete práticas em liberdade. A operacionalização da política de assistência social parece estar pautada em que um profissional não só se faça presente em um grupo, como também diga o que deve ser feito (o técnico deve saber fazer); assim o acabam esperando os participantes. Isso nos leva a questionar o lugar do profissional nessa relação, também do profissional de pesquisa, que não está previsto nesta política. Talvez a coordenação de um grupo pudesse provocar outras práticas para além das técnicas esperadas, possibilitando ao profissional que construa junto com o grupo um campo e vetores de análise das suas práticas.

A proposta *“mais livre”* deste dia era que cada um do grupo escolhesse uma ou mais de uma fotografia das visitas, desta vez reveladas em preto e branco, para olhar e pintar com tinta colorida. A primeira reação foi *“vai estragar a foto”* e *“tem que fazer da mesma cor que era no original”*<sup>130</sup>. Sugeri que talvez nesse momento cada um pudesse dar as suas cores e características às fotografias, não precisando ater-se a como as imagens eram lembradas dos dias das visitas, ao que uma beneficiária respondeu *“então, vou fazer do meu jeito”*.

Deu-se um processo interessante no qual tintas foram derrubadas, umas mais sem querer que outras e uma nova técnica de manipulação da imagem foi descoberta – a raspagem com a ponta contrária do pincel acabou por apagar dois cachorros de uma fotografia, que logo depois foram apelidados de *“cachorros-fantasma”*.



<sup>130</sup> Aqui a noção de *“fazer igual”* a um original remete novamente à discussão sobre cópia, representação e simulacro.

Por fim, quando fizemos uma breve avaliação deste encontro, algumas beneficiárias referiram que se sentiram como em uma creche. Este aspecto foi considerado muito interessante, pois os beneficiários falavam do lúdico, da pintura, do brincar como algo já muito distante deles, pouco ou nada experimentado até agora<sup>131</sup>.

Quando perguntados sobre se os papéis de rascunho que estavam por baixo da pintura poderiam estar junto das fotografias pintadas<sup>132</sup>, os participantes primeiramente responderam que não, que eram apenas rascunhos sobre os quais se escreveu seu nome, entre outros. No entanto, após um pouco de insistência e a sustentação da possibilidade de reflexão sobre esse lugar de resto, alguns participantes apontaram uma direção interessante: sim, poderiam ser considerados arte<sup>133</sup> e estar junto das fotografias pintadas, pois algumas crianças haviam rabiscado, pintado, etc ali. Isto significa que se passou a considerar outras formas de expressão e participação na transformação de algo. Não se tratava mais somente da pintura sobre as fotografias em preto e branco, tampouco da correspondência do grupo a um convite explícito feito pelas pesquisadoras. Ali começava a desenhar-se um quadro diferente, estavam sendo inaugurados outros elementos que também faziam parte do todo, do processo de transformação de uma imagem maior, qual seja a própria imagem do grupo se fazendo grupo, incluindo, por exemplo, as crianças, que foram participantes constantes nos encontros.



<sup>131</sup> Esse aspecto lúdico de ver as coisas de outra forma lembrou-nos da definição de Flusser (1985) a respeito do aparelho (fotográfico) como um brinquedo simulador de pensamentos. Nesse caso, outros aparelhos operaram e constituíram-se como brinquedos nessa experimentação do grupo sobre as possibilidades de ver as mesmas coisas de outro jeito.

<sup>132</sup> Por exemplo em uma exposição da produção do grupo.

<sup>133</sup> Aproveitando o contexto de catadores, achei pertinente a definição de arte dada por Vik Muniz no filme “Lixo extraordinário” (2009): arte é o que transforma material em ideia/pensamento.

A partir desta oficina de manipulação de imagem, sendo que as imagens manipuladas partiram do meu olhar como pesquisadora, boneca, ex-trabalhadora do SUAS, “professora” e psicóloga, foi possível propor a intervenção fotográfica como metodologia da pesquisa. O grupo aceitou meu convite de cada um levar uma máquina fotográfica analógica para casa para fazer algumas fotografias – entre 12 e 15 poses – e trazer de volta ao grupo para revelarmos<sup>134</sup>. Pareceu-me potente, naquele momento, sugerir que fizessem fotografias daquilo que era importante para eles, que marcasse sua vida de algum jeito. Não como mais uma prática de confissão no jogo da assistência social; mas como exercício de si, prática de si, experiência de si.

Quando as máquinas fotográficas foram recolhidas, perguntei-lhes o que tinham achado desta vivência. Uma beneficiária havia pedido para sua irmã fotografar, dizendo-me “*tu nem sabe o que tem aí dentro*”; outra pediu para sua filha fazer as fotografias. Alguns ficaram inseguros quanto a se tinha funcionado ou não, pois o *flash* não saiu. E, assim que os filmes foram revelados, eu trouxe as produções de volta ao grupo, sendo que cada um levou para casa as suas fotografias, podendo deixar no grupo aquela(s) fotografia(s) que quisesse compartilhar com os demais.

Com relação aos critérios operados para compartilhar as fotografias com o grupo, os beneficiários disseram que deixariam as fotografias repetidas, as mal-feitas e as menos bonitas. E levariam para casa aquelas em que aparecem bem os familiares, principalmente. Esses critérios modificaram-se quando surgiu a perspectiva de uma futura exposição, por exemplo no CRAS<sup>135</sup>. Neste caso, sugeriu-se que se escolhessem “*fotos bonitas*”, tais como flores para enfeitar o ambiente do grupo.

Muitos evidenciaram que não tinham fotografias suas ou de sua família. Talvez por isso também grande parte das fotografias foi com a família, a casa, o pátio, os animais de estimação e de trabalho (cachorro, galinha, pato, cavalo). Também apareceram produções referentes a feitiço de pão, trabalho de catador cooperativado, ambiente de exame de saúde, festas familiares, vizinhos (muitos do próprio grupo), crianças, árvores e flores e situação de “*patrolagem*”<sup>136</sup>.

<sup>134</sup> Também participaram desta proposta o educador social e eu como pesquisadora.

<sup>135</sup> Outra mudança de critérios evidenciou-se quando surgiu a proposta de fazer uma exposição de fotografias ao prefeito ou na Câmara de Vereadores do município. Isto evidencia que há determinadas estratégias no jogo das visibilidades: importa para quem se quer mostrar o que.

<sup>136</sup> Patrolagem é como a equipe do CRAS apelidou o movimento da prefeitura de consertar as ruas e trocar os dutos de água, usando patrôas, o que acabou interditando a saída de muitos moradores de suas casas. De acordo com um morador e beneficiário do PAS, a patrolagem “*melhorou algumas coisas e estragou outras*”, ironizando sua própria situação de ter barro na porta de sua casa em função da pretensa melhoria da rua.

Um dos pontos culminantes e que mais gerou ansiedade no grupo foi quando o prefeito do município aceitou o convite para conhecer o grupo em dezembro de 2011. A ideia para este convite surgiu a partir da intervenção fotográfica realizada. Das fotografias feitas pelo grupo foram selecionadas algumas que eles queriam mostrar para os “grandões”. Quando perguntei quem seriam os grandões, responderam: “o prefeito, os vereadores”. E o que queriam mostrar/dizer-lhe? “*Nossa vida triste*”, “*que a gente cuida dos bichos*”, “*que mulher também trabalha firme*”, “*que criança também vem para o grupo*”, “*minha família*”, “*nossas festas*”, “*o jeito que eu moro*”.

Dessas falas, destaco apenas duas (“*nossa vida triste*” e “*o jeito que eu moro*”) que parecem ter um caráter confessional do sujeito usuário com relação à assistência social. As demais falas parecem apontar para outras questões, tais como as relações de cuidado, o gênero no trabalho e as produções para além do trabalho.

O breve encontro de meia hora que se sucedeu entre usuários de uma política e seu representante no governo também é efeito da pesquisa-intervenção junto ao grupo, justamente a partir do dispositivo de visibilidade que o grupo foi criando. Queria-se mostrar e dizer-lhe “*tudo*” naquele momento. O grupo operou as regras do jogo de verdade a seu favor neste encontro com o seu representante, visibilizando algumas dificuldades pontuais, tais como problemas na iluminação pública, desafios e organização no trabalho de catadores, entre outras.

O prefeito foi convidado a olhar para as fotografias como produção do grupo do PAS, ao que alguns beneficiários foram explicando o que queriam mostrar-lhe. “*Essa é minha casa*”; “*neste dia, nós pintamos*”; “*tem muito lixo na frente da horta comunitária*”; “*esta usina (de reciclagem) foi onde minha mãe pegou doença e morreu*”. De maneira geral, o grupo pareceu afirmar-se como trabalhadores discutindo algumas condições de vida e trabalho com o seu representante.

Em meio a vergonhas, ousadias e outras sapiências, o grupo também demonstrou estar a par do interesse político-partidário desse encontro por parte da autoridade. “*Eles sempre querem nosso voto, então a gente tem que saber pedir as coisas em troca, mesmo que acabe não votando neles*”. Parece-nos que há estratégia em ambos os lados, movimento esse que pode se exacerbar com as eleições para prefeito se aproximando. Pedir torna-se um saber necessário, talvez uma arte na estratégia de confronto com o poder público, nesse jogo de verdade que o SUAS opera.

## NARRATIVA COM O BARRO

O barro não vai desaparecer. Está sempre ali, de um jeito ou de outro. Ah, mas a transformação... Essa bendita possibilidade!









## 6. 1 Produção de si: alguns analisadores da pesquisa

A boneca foi uma personagem importante e delicada, por apontar ao grupo o lugar no qual os usuários não queriam mais estar: de fazer nada. Agora fazem mais sentido as frases ouvidas “*não quero participar das reuniões*<sup>137</sup>, *prefiro mil vezes capinar na chuva*” e “*eu só venho nas reuniões por causa do dinheiro*”. O fazer nada é assustador e imobilizador. Isto é tão verdade, que muito se fez. Um dos maiores efeitos que esta intervenção teve foi o surgimento e a constante atualização do questionamento ético do cuidado de si como inquietação no grupo: quem somos, o que fazemos, para que isto serve, até quando vamos estar aqui, entre outros.

Haja visto que neste estudo analisamos algumas relações de trabalho e autonomia no SUAS, a figura da boneca pode funcionar como um dispositivo e um analisador para diversos elementos. Dispositivo, porque, segundo Foucault e Deleuze (1990; EIZIRIK, 2002), esta intervenção pode se configurar como uma máquina abstrata que faz ver e falar a respeito das relações possíveis neste campo de estudo. Da mesma maneira, foi um analisador na medida em que correspondeu a “acontecimentos ou fenômenos reveladores e ao mesmo tempo catalisadores; produtos de uma situação que agem sobre ela” (LOURAU, 1993, p. 132). O fato de a participante ter me convocado como boneca no grupo visibilizou, para mim, meu lugar visto como alguém que não se envolve nas atividades juntamente com os demais do grupo.

No entanto, já que a noção de “boneca” provoca uma tensão entre o fazer algo e fazer nada<sup>138</sup>, também interessa pensarmos a noção de trabalho implicada aqui. Qual é a experiência que os usuários vêm fazendo na sua relação com a política de assistência social? Em que medida estão encontrando no caminho parceiros não-bonecos que consigam sair de uma relação de estática e realizar uma transformação de si? Também de que modos estão os próprios usuários possibilitando outras condições de sujeição à política de assistência? Parece-nos que este modo de fazer nada foi privilegiado nas relações entre gestor, trabalhadores e usuários, mobilizando assim uma discussão acerca do trabalho – e de quanto se faz, mas que não aparece, não se visualiza.

Durante a pesquisa, o grupo sinalizou querer ocupar outro lugar na política de assistência. Está apontando para outras produções (de si) que vão para além da carteira

---

<sup>137</sup> Reunião é como os usuários se referem aos encontros semanais do grupo do PAS.

<sup>138</sup> Esse ponto é extremamente importante, pois a pergunta “o que estamos fazendo aqui?” torna-se recorrente no grupo do PAS sobre os próprios encontros e as possibilidades de sentido que os encontros podem ter para os usuários.

assinada, das contas pagas, dos cadastros preenchidos, etc. Trata-se de um novo objeto emergindo a partir das intervenções que visibilizam outras formas de produções: a potência, não mais somente a vulnerabilidade.

A participação de crianças e bebês no grupo foi uma constante durante os encontros deste grupo do PAS. Muitas mães e cuidadoras não tinham com quem deixar as crianças naquele horário da manhã e as traziam junto. Estas acabavam inevitavelmente participando de alguns momentos. Inclusive, constituíam parte dos assuntos, como por exemplo, quando o educador social falava sobre o trabalho na perspectiva de Marx, alguns participantes começaram a trazer aspectos laterais à conversa, tais como *“olha o que a menina já sabe fazer!”*, admirando-se com o desenvolvimento do seu bebê de sete meses. A questão dos filhos também apareceu de outra forma neste mesmo contexto, quando um dos participantes relatou que construiu uma casa que tem a idade do seu filho mais novo – trinta anos. Esta casa ainda existe, assim como o filho, sendo que o participante se disse orgulhoso disso.

A partir dessas situações, pode-se pensar como a questão do trabalho está atrelada a várias formas de produção (de si). É o trabalho de carteira assinada, é o popular “bico”, é também o trabalho doméstico não-remunerado, é o trabalho de educar e cuidar de filhos, da família, entre outros. Estes tipos de trabalho constituem formas de produção de si que extrapolam a relação marxista de possuidor de meios de produção explorando força de trabalho alheia. Todas as formas de produção são também produção de si na medida em que o sujeito se vê implicado nelas necessariamente.

Além desse aspecto de ampliação da noção de trabalho para a noção de produção de si, observamos também a necessidade de tornar visível o que se produz. Quando a mãe diz *“olha o que a menina já sabe fazer!”*, ela quer mostrar algo, apontar para algo que talvez não esteja encontrando lugar, não esteja sendo visto. Também o participante que referiu estar orgulhoso da casa que construiu e que *“ainda está lá”* está falando da visibilidade de uma produção que se compara à dos filhos crescidos e educados. Passaram-se trinta anos, e a casa continua lá, assim como o filho está aqui, produzindo outras coisas e a si mesmo. Filhos, como marcadores das visibilidades do trabalho, da produção, fazem ver e falar das produções da vida dos beneficiários do PAS.

Neste mesmo encontro no qual a questão dos filhos foi trazida à tona pelo grupo, perguntei sobre trabalhos e produções que não são tão visíveis. Uma das participantes logo retrucou, dizendo que a limpeza da casa era algo invisível; logo começava a sujar novamente. Continuando sobre o trabalho invisível, esta mesma participante relatou que não gosta do jeito que olham para ela quando ela está coletando resíduos. Disse: *“pensam que eu também sou*

*lixo*". Isto remete a pensar que essa sobra da qual ninguém além dos catadores parece se ocupar – o lixo, o resíduo – é algo invisibilizado. Ou ainda, que o jeito como é visibilizado coloca o sujeito olhado em um lugar de resto também, de equivalente do seu produto.

Ao fim deste mesmo encontro, uma das participantes levantou algumas perguntas que eu considero determinantes no processo de grupo: “*que curso é esse que a gente não aprende nada e nem ganha diploma<sup>139</sup>?*” e também “*a gente não faz nada, só conversa e fala da vida dos outros*”. Sem uma aparente resposta a estas questões éticas levantadas – o que estamos fazendo aqui<sup>140</sup> – o grupo seguiu se encontrando e pensando. Certa vez, quando estávamos falando sobre trabalho, foi dito a respeito do “*trecho*” que valia a pena sujar as mãos, o esforço, suor e sofrimento dos trabalhos de embelezamento da cidade. Todos elementos de um jogo de visibilidades: a mão que fica suja e calejada, o corpo que sua, os canteiros que ficam aparados.

Um dos exemplos que surgiu em um dos encontros do grupo foi quando um participante narrava a construção de uma rua da qual ele participou ativamente. Disse sentir-se orgulhoso de ter ajudado a construí-la, mas que achava que deveria poder assinar seu nome nessa rua para mostrar quem a fez.

E retornou a pergunta sobre o que estavam fazendo ali: “*não estamos fazendo nada*”. Isto poderia indicar que se está fazendo tudo, pois se nega o nada (não-nada). Perguntamos se os usuários achavam que havia alguma forma de trabalho nos encontros do PAS, ao que responderam que “*sim, da cabeça*”. Também alguns participantes reagiram a estas perguntas, dizendo que os encontros também servem para distrair, para se divertir, para pensar e que isto também seria trabalho. Uma situação interessante se deu quando o educador social convidou o

---

<sup>139</sup> Interessante notar que a participação do currículo mínimo do PAS concede, sim, um certificado de participação, mas que talvez não seja o que a beneficiária esteja querendo dizer. Talvez a questão aqui seja a expectativa de receber um atestado sobre um saber-fazer de ordem mais técnica validado como verdadeiro no mercado de trabalho.

<sup>140</sup> Bauman (2001) traz a questão da procrastinação como algo que se coloca entre as coisas do amanhã. Diz “procrastinar é manipular as possibilidades da presença de uma coisa, atrasando e adiando seu estar presente, mantendo-a à distância e transferindo sua imediatez” (BAUMAN, 2001, p. 179). Talvez esta pergunta recorrente no PAS diga das condições em que os sujeitos usuários se sintam com relação à sua vida e seu trabalho: um eterno adiamento das coisas para o amanhã. Fazer um curso profissionalizante agora, para amanhã conseguir assinar a carteira. Bauman (2001) coloca que o amanhã aparece como o lugar natural das coisas, uma vez que o presente é peregrino e apenas nos leva para mais perto do porvir. Talvez a pesquisa tivesse conseguido acontecimentalizar essa naturalização do espaço do amanhã na assistência: como o trabalho e a produção de si não são um porvir, e sim, constituem parte de um exercício de prática e cuidado de si, talvez o amanhã pudesse ter sido deslocado um pouco quando as mulheres começaram a trazer bolo e crochê para vender, falaram do trabalho que dá limpar a casa, educar os filhos e daquilo que já se construiu ao longo da vida. Esta discussão não será aprofundada aqui, mas pode-se pensá-la e ampliá-la também para como as relações de trabalho no geral podem estar atravessadas por um viés procrastinador no contemporâneo que, demandando homens econômicos, acaba por gerar endividamentos do sujeito, aparentemente nunca preparado o suficiente para o mercado de trabalho: há que sempre estudar mais, ter mais experiência, etc.

grupo para trabalhar com argila e moldar o que quisesse; o grupo embarcou na proposta e, em meio a conversas, surgiram várias figuras diferentes. Após fez-se uma analogia do processo de transformação que se passara ali com a situação do trabalho: o trabalho transforma algo; o trabalhador transforma-se. O grupo continuou a analogia, sugerindo que o trabalho “*vai soltando as ideias*” e ocupando as mentes de outras formas.

A partir dos questionamentos anteriores, surgiu este, crucial: “*o que estamos fazendo aqui?*”. Esta última pergunta perdurou até o fim dos encontros, constituindo uma matriz operadora do grupo. A partir deste questionamento maior, pôde-se abrir espaço para o grupo formular e reformular sua vinculação com o SUAS no CRAS e dar lugar a outra forma de ser e estar em um grupo de transferência de renda como o PAS. “*Eu tô aqui pra falar!*”, disse um dos beneficiários, não coincidindo com esta pergunta maior nem resolvendo necessariamente a questão acima, mas entendendo o exercício de si proposto neste espaço grupal.

Um efeito importante desta brecha que se abriu foi o fato de algumas participantes começarem a trazer produtos do seu trabalho manual, caseiro. Uma participante começou a trazer bolo para vender, outra trouxe amostras do seu trabalho de crochê e ofereceu para quem quisesse fazer encomendas, outra contou histórias de como ajuda na sua igreja, outro participante pediu para sair mais cedo para realizar uma faxina, entre outros. Aqui se abriu um pouco a preocupação constante dos participantes sobre a continuidade do PAS, sobre sua preparação para o mercado de trabalho, seu benefício, para algo que diz respeito a um saber fazer que não está necessariamente ligado ao PAS.

Além do trabalho, a produção em saúde também constituiu um importante tema para o grupo do PAS. Durante os encontros, muito se falou, se mostrou e se viveu com relação a morte de familiares, doenças, gestações inesperadas, abortos, assassinatos, convivência familiar, relações de cuidado na família e com animais, exames de sangue, biópsias, diagnósticos, tratamentos, descobertas sobre si, perda de peso.

Para muitas dessas questões, grande parte do grupo atribuía ganhar forças a partir de sua fé em Deus. “*Quando eu estava na pior, rezei muito para que aparecesse uma sacola (com alimentos) na frente da minha casa, e no dia seguinte apareceu!*”. Em muitas situações do grupo, parecia que transformações só eram possíveis com a crença religiosa e com a confiança no divino. Inclusive algumas beneficiárias mais envolvidas com atividades de sua igreja trouxeram o chamado “*maná*”, que são versículos da bíblia escritos separadamente em papezinhos, para cada um do grupo pegar um papel e ler em voz alta. Um pouco contrariados, os demais beneficiários aceitaram e, quem conseguisse ler, leu o seu versículo para os demais. Alguns não quiseram ler, outros pediram que alguém lesse para eles.

Considerando todas essas produções supracitadas e seus efeitos, podemos considerar quatro tipos de tecnologias que podem ser pensadas no âmbito da produção, conforme Foucault (1990, p. 48):

1) tecnologias de produção, que nos permitem produzir, transformar ou manipular coisas; 2) tecnologias de sistemas de signos, que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significações; 3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins ou de dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito; 4) tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.<sup>141</sup>

Cada uma das tecnologias apresentadas está relacionada com um tipo mais ou menos específico de dominação e, segundo o autor, elas não funcionam isoladamente. As tecnologias de poder estão em constante transformação, pois “não são estruturas rígidas que visam imobilizar processos vivos mediante sua própria imobilidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 161).

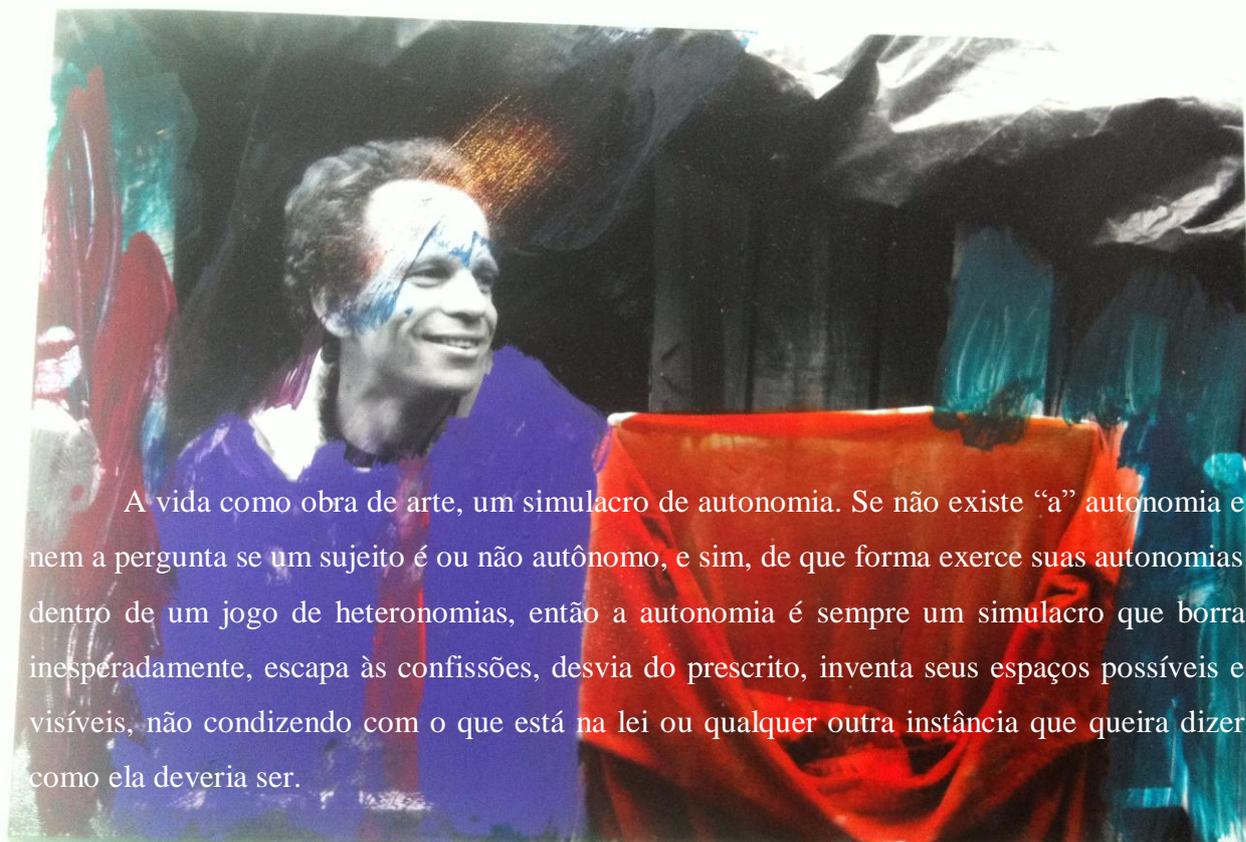
*Tékhne* é definido por Foucault (2010) como uma arte, uma prática e uma reflexão que estão todos organizados e relacionados a princípios gerais. Pode ser a *tékhne toû bíou* (arte de viver). Foucault (2010) define *tékhne toû bíou* como o “procedimento refletido da existência” (p. 160).

Para os gregos da Antiguidade, a *tékhne* de si não constituía uma questão, e sim, era a *tékhne toû bíou* (FOUCAULT, 1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995a). Dito diferentemente, aos gregos importava saber quais técnicas poderiam utilizar para viver da melhor forma possível.

A noção da arte de viver foi cada vez mais cedendo espaço a uma técnica de si, uma arte de cuidado de si como aquela com a qual o cristianismo se apropriou e aprimorou. Isto teve como efeito, entre outros, que se considerassem só os objetos como obra de arte. No entanto, Foucault (in DREYFUS; RABINOW, 1995a) se questiona por que a própria vida das pessoas não poderia ser uma obra de arte – “a partir da ideia de que o eu não nos é dado, creio que há apenas uma consequência prática: temos que nos criar a nós mesmos como uma obra de arte” (FOUCAULT, 1983 in DREYFUS; RABINOW, 1995a, p. 262).

---

<sup>141</sup> Tradução nossa do espanhol para o português.



A vida como obra de arte, um simulacro de autonomia. Se não existe “a” autonomia e nem a pergunta se um sujeito é ou não autônomo, e sim, de que forma exerce suas autônomoias dentro de um jogo de heteronomias, então a autonomia é sempre um simulacro que borra inesperadamente, escapa às confissões, desvia do prescrito, inventa seus espaços possíveis e visíveis, não condizendo com o que está na lei ou qualquer outra instância que queira dizer como ela deveria ser.

## 7 Pesquisadora-catadora: considerações para finalizar um trabalho

A temática da coleta de materiais foi uma constante nos encontros do grupo do PAS. Isto levou-nos a desenvolver algumas reflexões acerca da função catadora também para o pesquisar, problematizando a potência de transformação do resíduo – de materiais e também de processos grupais.

Durante um atendimento psicossocial<sup>142</sup> a uma usuária do CRAS que trabalhava com coleta e separação de resíduos, aconteceu algo interessante: em um pedaço de papel amassado e embolado havia a palavra “lixo” escrita, porém ela não sabia disso. E, no entanto, nem precisava saber. Pois ela tomou a bolinha de papel e disse muito convicta “*sabe o que é isso aqui? É uma vida!*”, referindo-se à importância da coleta na sua vida. E, como disse Lutzenberger (1990), “a vida se mantém pela reciclagem.” (LUTZENBERGER, 1990).

Também, certa vez, quando me referia a um material como sendo lixo, fui corrigida por uma bióloga trabalhadora do CRAS; disse que tal material não seria lixo, e sim, resíduo. Lixo, de acordo com o que ela havia estudado, era algo que não se podia mais aproveitar, enquanto resíduo é aquilo com que ainda se pode fazer alguma coisa. Há, portanto, lugares diferentes aqui. Lugares que dizem respeito a possibilidades de transformação. “*O que é resto pra uns, é começo pra outros*”, continuava a usuária referindo-se à sua atividade de coleta e separação.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004 in RODRIGUES; LEITE, [200-]) define lixo como resto das atividades humanas. É considerado algo inútil e indesejável pelos que o geram. Dessa maneira, também Ribeiro e Lima (2000 in RODRIGUES; LEITE, [200-]) definem lixo como sendo um conjunto heterogêneo de elementos que são desprezados durante um determinado processo e, pela forma como ele é tratado, esse conjunto adquire uma dimensão depreciativa, sendo muitas vezes associado a sujeira, pobreza, entre outras considerações.

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2001 in RODRIGUES; LEITE, [200-]), o depósito geral de lixo, chamado “lixão”, é uma forma inadequada de depositar os resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas, pois isto provoca vários impactos ambientais considerados negativos. Esse caráter “inadequado” do lixo também remete à definição de Lutzenberger (1992): “Lixo não é outra coisa senão material bom no lugar

---

<sup>142</sup> Isto ocorreu quando eu era trabalhadora do CRAS onde fiz a pesquisa depois.

errado” (LUTZENBERGER, 1992, p. 51). Para o dicionário online Michaelis<sup>143</sup>, lixo significa resto e refugio de cozinha, jardim, mas também imundice, escória e algo que não é mais necessário.

Já resíduo é considerado pela ABNT (2004 in RODRIGUES; LEITE, [200-]) aquilo que resulta de atividades industriais, agrícolas, domésticas, comerciais, hospitalares, podendo assumir diversas formas (sólidos, semi-sólidos, líquidos ou gasosos). De acordo com o dicionário online Michaelis<sup>144</sup>, resíduo é algo que resta, remanesce, subsiste, sobra. Pode ser também um elemento cultural que sobreviveu a mudanças.

Vemos, pois, que lixo e resíduo se aproximam bastante enquanto conceitos de algo restante de algum processo. No entanto, o que pode diferenciá-los é o modo como são vistos, reconhecidos e tratados.

Lutzenberger (1992) faz uma comparação da situação do lixo no Brasil com a da Alemanha, afirmando que a disposição final e o tratamento que se dá ao lixo constitui uma preocupação para todos os governantes. No Brasil, afirma, “a miséria é grande, os materiais são valiosos e não falta mercado”. Porém, muitas vezes, os catadores são mantidos à distância, principalmente em cidades grandes, nas quais a catação acaba não mais sendo livre. “Começa a escassear o dinheiro para fazer loucuras; talvez possamos então começar a fazer coisas inteligentes – abrindo espaço para trabalho criativo de profissionais hoje ameaçados de desemprego” (LUTZENBERGER, 1992, p. 51). Esta é uma consideração importante para pensarmos a situação dos usuários do PAS.

Em um dos exemplos relatados e analisados pelo autor, o chamado “lixão dos prazeres” na Recife de sua época, Lutzenberger (1992) critica a solução tomada pela prefeitura do município então: a de iniciar um aterro sanitário energético com um empréstimo do Banco Mundial no lugar de incentivar, qualificar e oportunizar melhores condições de trabalho aos quase dois mil catadores que já estavam fazendo desse lixão um meio de sobrevivência. “Uma insignificante fração do custo de projeto mirabolante bastaria para prover os catadores de macacões de trabalho, luvas, botas e ferramentas”, diz (LUTZENBERGER, 1992, p. 56).

O que Lutzenberger propõe, em outras palavras, é uma reorganização das forças já presentes em torno e no lixão para unir soluções para ambas as problemáticas biossociais: do lixo e das pessoas vivendo em condições miseráveis. Coloca que é na falta de recursos

---

<sup>143</sup> Verbete encontra-se no seguinte endereço eletrônico:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=lixo>.

<sup>144</sup> Verbete encontra-se no seguinte endereço eletrônico:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=res%EDduo>.

financeiros, que o trabalho passa a ser criativo. Também aponta para o perigo e a necessidade de estarmos atentos aos “apelos publicitários que nos querem atochar sempre mais produtos e embalagens desnecessárias” (LUTZENBERGER, 1992, p. 58), que produziriam mais lixo. Com isso, problematiza a relação que se estabelece com o consumo no que já à sua época levava o nome de “sociedade de consumo” (1990; 1992). Sua análise é biológica, social, política e econômica.

Ademais, Lutzenberger (in LEWGOY, 1986) desconstrói a visão cartesiana de ciência, problematizando o ponto de vista externo com que se contempla a natureza, fundando a noção de “ambiente natural” (p. 9). Trata-se, para o autor, muito mais de uma unidade funcional na qual todos os elementos, sejam eles vivos ou não, fazem parte de um conjunto, a “gaia” (LUTZENBERGER in LEWGOY, p. 23), um organismo com uma certa funcionalidade e mutualismo. Isto é interessante no contexto da discussão sobre lixo e resíduo, pois o catador não trabalha com o fim de uma cadeia; ele realiza um trabalho importante socialmente (LUTZENBERGER, 1992), dando continuidade a um processo que não pára na etapa do consumo dito “final”. Em outras palavras, o catador é aquele que reconhece no material bom que está no lugar errado uma possibilidade de outra destinação e de transformação.

Para Foucault (2002), a questão do lixo aparecia no século XVIII como uma das ocupações dos pobres, que os fazia circular nas cidades, recolhendo-o, revendendo-o, entre outros. A vida no centro urbano era regulada e instrumentalizada também por este funcionamento.

Unindo-se as falas da usuária atendida com a definição de lixo e resíduo por Lutzenberger, cabe perguntar sobre que movimentos são necessários e possíveis para ver resíduo no lixo? Em outras palavras, como inaugurar e sustentar um lugar de potência para transformação de si ali onde o sujeito sente-se estagnado ou é visto como incapaz? E como tornar isso visível ou dizível?

Ser pesquisador na perspectiva da pesquisa-intervenção remete a trabalhar com aquilo que não tem necessariamente visibilidade no campo de pesquisa. Entendemos que esta é uma das posturas políticas do pesquisar: criar condições para que também o invisível e o indizível emirjam sob diferentes formas – talvez ainda não legitimadas, mas possíveis naquele momento e a partir de determinadas intervenções. Em outras palavras, pode-se dizer que o pesquisador trabalha com o que resiste ser objetivado, inclusive sua escrita como parte da produção em pesquisa.

O invisível é um resto, uma sobra, um desvio daquilo que se reconhece como visível e verdadeiro no jogo de verdades. Não seria com essa sobra que o pesquisador da pesquisa-

intervenção trabalha, necessariamente? Como uma espécie de “pesquisador-catador” que procura no resíduo, no que está decantando em termos de processos de grupo, algo de dispositivo, que possa fazer ver ou falar<sup>145</sup>.

Tudo o que pode ser transformado não é lixo, é resíduo; é material que retorna de outro jeito, que insiste em ser visto, revisto<sup>146</sup>. Talvez resida aí um devir catador interessante para se operar na pesquisa: lançar, produzir um olhar que potencialize transformação nos processos invisibilizados. Como foi o caso na intervenção fotográfica desta pesquisa, em que a possibilidade de produzir olhares deslocou o sujeito usuário da assistência, por exemplo, trazendo o elemento do cuidado com os animais domésticos, com a casa, o cavalo no trabalho, entre outros. Mas deslocou igualmente pesquisadora e profissionais da equipe. Podemos considerar que a fotografia foi um instrumento residual de pesquisa.

Não por acaso o tema da coleta produziu algumas considerações nesta escrita. Durante os encontros do grupo do PAS, a função de coletar e separar resíduos na cidade teve um lugar de destaque entre os participantes, visto que muitos trabalham com isso e tiram dali o seu sustento, além do benefício do programa. Tanto é que, quando o prefeito de São Leopoldo foi convidado a conhecer o grupo do PAS, o principal assunto foram as condições de trabalho dos carroceiros e catadores no município. Rumores de que o prefeito teria proibido a circulação de carroceiros no centro da cidade iniciaram o diálogo com o grupo. Deste encontro saíram algumas ideias de negociações posteriores para melhor organizar e articular os grupos já existentes de catadores da região, como por exemplo, a construção de um depósito para o material coletado. O prefeito, inclusive, colocou-se à disposição para ajudar nessa organização daqui para frente.

Provocar um olhar sobre o resíduo, reconhecendo-o como potencial de produção (de si) e transformação, é algo da ordem instituinte, de movimento que rompe com aquilo que está cristalizado e não se transforma necessariamente. Significa, também, fazer surgir singularidade como efeito do movimento instituinte. Dessa forma, trabalhar com a noção de resíduo como algo que pode se transformar é assumir uma acontecimentalização das condições de sujeição. As condições de sujeição do sujeito usuário da assistência, a partir dessa perspectiva, não precisam limitar-se na condição de não-trabalhadores e não-produtores, por exemplo. Reconhecer suas formas de produção para além dos atuais critérios da política

---

<sup>145</sup> E este seria também o instrumento do intelectual, que, visibilizando alguns pontos para análise, está operando na lógica residual, diferentemente do lixo, com o qual nada mais teria para se fazer.

<sup>146</sup> Há uma diferença entre resistir ser objetivado e insistir ser visto: enquanto o objeto diz de uma relação bastante clara de circunscrição na prática, o que quer ser visto não necessariamente quer ser objeto. Ser visto talvez aponte mais para o sentido de poder existir no horizonte das práticas com possibilidade de retorno (reciclo) e sem determinação de relação de condutas, como é o caso do objeto.

de assistência já configura uma forma de deslocamento dessas condições de sujeição.

Parece tratar-se realmente de uma vida, como dizia a usuária atendida. Reciclar, colocar algo de volta ao ciclo das visibilidades, ser visto de outra forma, olhar para outros processos. E também “ciclar”, colocar o ciclo em movimento, pois nem tudo já existia antes com lugar claro, visível, garantido no ciclo reconhecido como verdadeiro. Talvez algumas coisas puderam ser inauguradas e incluídas na condição de sujeito da assistência.

Também com relação à composição escrita a partir da pesquisa-intervenção, sentimo-nos como pesquisadores-catadores. À medida que as verdades teóricas cristalizadas vão sendo deslocadas, desconstruídas e dando lugar aos resíduos, faz-se necessária uma reorientação também teórica para o pesquisador, como explanamos na introdução deste trabalho. A partir da visibilização do trabalho de catador dos usuários, por exemplo, passamos a buscar conceitos sobre lixo e resíduo para articular melhor a discussão com o fazer do grupo.

Desse modo, podem-se considerar os desvios importantes que foram feitos do caminho pensado antes da intervenção: o projeto de pesquisa pretendia estudar o trabalho como estratégia e afirmação da posição de sujeito de direitos e autonomia com relação às discursividades circulantes no SUAS. Ao longo do percurso da pesquisa, no entanto, o grupo do PAS foi apontando para outros aspectos dos quais precisamos nos ocupar também: produção de si. Assim, as várias histórias contadas e mostradas através das produções fotográficas foram ocupando um lugar de destaque, agora já mais visível, sobre o qual pudemos olhar e do qual pudemos constituir novo objeto.

São vários os mínimos presentes e que servem de referência para as práticas da assistência social. Temos o salário mínimo nacional, o currículo mínimo do PAS, a equipe mínima dos serviços, os mínimos sociais da lei do SUAS, além das necessidades que também são básicas na LOAS, PNAS e no SUAS. Certa vez, quando o educador social falava aos beneficiários do grupo do PAS, referindo-se a quando trabalhavam e ganhavam bem, um respondeu “*bem mal*”, provocando justamente essa referência mínima que está instituída na política de assistência social.

Que efeitos subjetivos esta relação dos mínimos pode ter sobre os sujeitos usuários da política? De certa forma, os beneficiários do PAS já apontam para essa problematização quando, no encontro com o prefeito, sugerem que seja aumentado o valor do PAS. De que maneira essas condições mínimas darão conta de promover autonomia e emancipação dos usuários? Talvez se deva pensar, na possibilidade de uma continuação deste estudo, sobre como a intervenção junto aos beneficiários pode ocorrer entre os mínimos presentes e atuantes na política de assistência e o cuidado para não cair na armadilha da encomenda da

sobreimplicação como uma exploração da subjetividade dos usuários.

A pergunta recorrente no grupo (*“o que estamos fazendo aqui?”*) talvez diga também um pouco da relação de comunidade vivida pelo grupo. Afinal, no desenrolar da pesquisa, ficou claro que as pessoas entre si se conhecem muito bem, sentem-se à vontade umas com as outras, têm relações de parentesco, se acolhem, brigam, se roubam e se caluniam, se protegem, cuidam uns dos filhos dos outros, entre outros. A fala *“eu venho nas reuniões só por causa do dinheiro”* rendeu algumas risadas no grupo e, além de provocar o sentido dos encontros, parece dizer dessa relação existente entre os beneficiários.

Se já se conhecem, sabem das dificuldades uns dos outros, têm liberdade de brincar também entre si, qual é a diferença que este grupo fez e faz para estas pessoas? Não seria justamente um exercício de estranhamento de si e do outro? Até porque, na noção de que tudo já se sabe sobre si e sobre o outro, não há possibilidade de deslocamento, não cabem estranhamentos, se dificultam as possibilidades de ressignificação de experiência e até mesmo a própria noção de experiência de si como uma prática transformadora de si.

Um dos desafios da assistência social talvez seja pensar sua posição frente a esta tensão individualizante-socializante que atravessa o sujeito assistido por ela nos seus diversos espaços de circulação: como fazer valer o desejo e o projeto de vida individual – como uma demanda pós-moderna – dentro de uma perspectiva demasiada social e grupal, na qual parâmetros de estudos da massa foram aprimorados para estabelecer os critérios de entrada na política de assistência? De que forma a assistência social pode contribuir para a promoção de novas subjetividades?

Os grupos do PAS passam constantemente por reestruturações do programa a partir das quais se diz que eles devam ter maior participação na decisão sobre sua permanência, encaminhamentos, entre outros. Como considerar as vontades individuais dos usuários, se a forma de poder presente na política que os assiste reflete eminentemente uma visão sobre os grupos? Será que é possível garantir uma participação democrática destes sujeitos-indivíduos na decisão dos rumos do programa daqui para frente? Estas são algumas das reflexões elaboradas a partir do que já foi possível de estudar e analisar no contexto da assistência social.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Kátia F.; ROCHA, Marisa Lopes. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2007, 27(4), 648-663.

ALTOÉ, Sônia (org). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. 287 p.

BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Poro Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. Sobre os fundamentos dos direitos do homem. In: BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217 p.

BOLSA FAMÍLIA. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução n°17*, de 20 de junho de 2011. Resolve ratificar a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/informativo-suas/032/Resolucao%20CNAS%20n%20o%2017%20de%2020%20de%20junho%20de%202011.pdf/view>>. Acesso em 09 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Resolução n°109*, de 11 de novembro de 2009. Resolve aprovar a Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Resolução n° 130*, de 15 de julho de 2005. Resolve aprovar a NOB-SUAS e apresenta recomendações referentes a ela. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/suas/menu\\_superior/legislacao-1/nob/nob-versao\\_final.zip/view](http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/nob/nob-versao_final.zip/view)>. Acesso em: 08 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. Decreto n° 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 jun. 2007, p. 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. Brasília, dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, novembro 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei n° 8.742*, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Lei n° 12.435*, de 06 de julho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/L8742\\_de%201993\\_alterada%20pela%2012435\\_de\\_2011.pdf/view](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/L8742_de%201993_alterada%20pela%2012435_de_2011.pdf/view)>. Acesso em: 06 mar. 2012.

CADASTRO Único. In: *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CALVETE, Cássio; COUTO, Berenice Rojas. A assistência social e a inserção produtiva: garantia de renda ou inserção precária no mundo do trabalho? In: MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). *O sistema único de assistência social: entre a fundamentação e o desafio da implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 195-207.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. 611 p.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referência técnica para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008).

DADOS Socioeconômicos de São Leopoldo-RS. In: *Prefeitura Municipal de São Leopoldo-RS*. Disponível em: <[https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show\\_page.asp?id\\_CONTEUDO=1372&codID\\_CAT=21&id\\_SERVICO=&categoria=%3Cb%3ECidade%3C/b%3E](https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_CONTEUDO=1372&codID_CAT=21&id_SERVICO=&categoria=%3Cb%3ECidade%3C/b%3E)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

DELEUZE, Gilles. Control y devenir. Entrevista de Gilles Deleuze con Toni Negri publicada no *Magazín Dominical*. N° 511. “Dossier Deleuze-Guattari”, 7 Feb 1993, p. 14-18.

\_\_\_\_\_. Platão e o simulacro. In: \_\_\_\_\_. *Lógica do sentido*. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 259-271.

\_\_\_\_\_. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DIAS, Daniela Duarte. *Política pública de assistência social, entre o controle e a autonomia*. Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 29 de maio de 2009 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1994.

EIZIRIK, Marisa Faermann. *Michel Foucault: um pensador do presente*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 160 p.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985. 92 p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a (Ditos e Escritos V). 322 p.

\_\_\_\_\_. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *Hermenêutica del sujeto*. Edição, tradução e prólogo: Fernando Alvarez-Uría. La Plata: Altamira, 1996b.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988a. vol. 1.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b. 86 p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 474 p.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Ditos & escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. pp. 260-281.

\_\_\_\_\_. O que é um autor? *Ditos & escritos III – estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. pp. 231-249.

\_\_\_\_\_. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b (Ditos e Escritos V). pp. 192-217.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. pp. 253-278.

\_\_\_\_\_. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992. 208 p.

\_\_\_\_\_; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HESS, Remi; WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. In *Revista Reflexões e Debates*, Universidade Metodista de São Paulo, abril 2006, S. 14-25.

KEHL, Maria Rita. Imagens da violência e violência das imagens. *Sinopse*, revista de cinema, nº 10, ano VI, dezembro 2004. p. 68-75.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*: Bernardo Carvalho, Fernando Vallejo, Washington Cucurto, João Gilberto Noll, César Aira, Silviano Santiago. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 190 p. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=pZon0gr6VXAC&pg=PA5&dq=Genealogia+da+Moral&lr=&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q=Genealogia%20da%20Moral&f=false](http://books.google.com.br/books?id=pZon0gr6VXAC&pg=PA5&dq=Genealogia+da+Moral&lr=&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q=Genealogia%20da%20Moral&f=false)>. Acesso em: 29 fev. 2012.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 108 p.

LEI DO PAS. *Câmara Municipal de São Leopoldo*. Disponível em: <<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?pg=tmpl.leis&id=29&l=553>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

LEWGOY, Flávio (org). *Política e meio ambiente*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 116p.

LIXO. In: *Michaelis – moderno dicionário da língua portuguesa*. Editora Melhoramentos Ltda. UOL, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=lixo>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

LIXO extraordinário. Direção: Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley. Com Vik Muniz. 2009, 1 DVD (99 min), son., col.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. In: *René Lourau na UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LUTZENBERGER, José. *Do jardim ao poder*. 11ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1992.

\_\_\_\_\_. Folha seca não é lixo. *A Garça* – Jornal da Riocell. 13 fev. 1990. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-folha.html>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Gaia: o planeta vivo*. Porto Alegre: L&PM, 1990.

MACHADO, Ceres Valle. *Programa de Auxílio Solidário: que autonomia é essa?* Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gestão do Social na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Primeiro Manuscrito. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 23 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital* – crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Vol. I. 7. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1982a, p. 41-579.

\_\_\_\_\_. *O capital* – crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Vol. II. 7. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1982b, p. 583-653.

\_\_\_\_\_. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx-Engels* (História). 3. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 146-164.

MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

NARDI, Henrique Caetano. *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 222 p.

ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem: poética da geografia*. Porto Alegre: L&M, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Normas Internacionais do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/normas.php>>. Acesso em: 6 mar. 2011.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e Estética da Existência*. São Paulo, Graal, 1999.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Editora Virtual Books Online M&M Editores Ltda., 2000. 117 p.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. *Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ-RJ, ano 10, nº 1, pp 85-102, 1º quadrimestre de 2010.

RADDE, Ronald. Transe. 1970. *Revista de Teatro*, pp. 51-61.

RESÍDUO. In: *Michaelis* – moderno dicionário da língua portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda. UOL, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=res%EDduo>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. *Psico*. PUCRS, Porto Alegre. vol. 37, nr. 2, p. 169-174, 2006.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 23, n° 4, Brasília. Dez de 2003. pp 64-73.

RODRIGUES, Elisabeth T.; LEITE, Juliana F. *Proposta de implementação da coleta seletiva de lixo* [com o aproveitamento de garrafas pets e latas de alumínio]: no condomínio residencial prive das laranjeiras, Goiânia-GO [200-]. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/Continua/PROPOSTA%20DE%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20DA%20COLETA%20SELETIVA%20DE%20LIXO%20NO%20CONDOM%C3%8DNIO%20RESIDENCIAL%20PRIVE%20DAS%20LARANJEIRAS.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

SALES, Alessandro Carvalho. Platão e o simulacro: a perspectiva de Deleuze. *Revista Univ. Rural*, Sér. Ciências Humanas. Seropédica, Rio de Janeiro, EDUR, v. 28, n. 21, jan-dez, 2006. p. 01-08. Disponível em: <<http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch28n1-2/1-8.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2011.

SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar – os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Nair I. S. dos; BARONE, Luciana R. In: MACHADO, Adriana M.; FERNANDES, Ângela M. D.; ROCHA, Marisa Lopes da (orgs). *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 67-86.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social. Resolução nº 24 de 28 de agosto de 2009. *Programa de Auxílio Solidário-PAS*. Regimento Interno.

SILVA, Claudia Osório da. As ações de saúde do trabalhador como dispositivo de intervenção nas relações de trabalho. In: \* \*ROSA, Edinete Maria (Org.) et al. \**Psicologia e saúde: desafios às políticas públicas no Brasil*. \* Vitória: EDUFES, 2007.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Assistência social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional* – RBDC nr. 10 jul/dez 2007.

TITTONI, Jaqueline (org). *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções fotográficas*. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2009. 151 p.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, poder e sujeição*: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007. 240 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Governo ou governo?* Disponível em:  
<<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art03.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história* – Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 239-285.

XIMENDES, Alexandra Maria Campelo. *Política de assistência social e produção de autonomia*. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Instituições em Análise, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Recurso Eletrônico.

WACQUANT, Loïc J. D. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 174 p.

## ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: “Trabalho e Assistência Social: experiências junto a usuários do PAS em São Leopoldo/RS”

Prezado Participante,

Meu nome é Anna Luiza Trein, sou aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta é uma pesquisa sobre a participação no PAS e será realizada como parte da minha Dissertação de Mestrado. O objetivo principal deste estudo é analisar como o trabalho pode ser estratégico na produção da condição de sujeitos da assistência social como sujeitos de direito.

A participação neste estudo é voluntária, portanto não envolve custos nem obrigatoriedades aos pesquisados. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Mas espera-se que o estudo proporcione maior visibilidade da realidade sobre a assistência social no seu município. Caso você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua saúde e dignidade.

Os resultados deste estudo poderão ser eventualmente publicados, mas é importante ressaltar que seu nome não aparecerá, e será mantido sigilo de informações que possam identificá-lo. Ou seja sua identidade será protegida nos fins deste estudo.

Caso houver dúvidas em relação a esta pesquisa, entre em contato com a pesquisadora, através dos telefones: (51) 9207-2247, ou ainda pelo e-mail [annatrein@gmail.com](mailto:annatrein@gmail.com). Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas diretamente com a pesquisadora ou pelo telefone (51) 3308-5066 do Comitê de Ética em Pesquisa.

Solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa, em duas vias, uma para o pesquisado e uma para o pesquisador.

